

1. INTRODUÇÃO

*A psicopatologia só é um tempo
de nosso empreendimento -
mas tempo privilegiado,
na medida em que nos permite situar-nos
na interseção da estrutura
que subentende o discurso
e da mensagem que condiciona
a organização estrutural.*

Jean-Louis Lang.

A presente pesquisa situa-se na confluência da psiquiatria e da neurologia infantil com a psicopatologia psicanalítica, por um lado, e as teorias do desenvolvimento infantil, por outro.

No que diz respeito a uma psicopatologia infantil, nem sempre as categorias nosográficas propostas pela psiquiatria contemplam as situações que se apresentam ao clínico.

No que se refere ao corpo teórico psicanalítico, o vasto campo de pesquisa sobre o tema das PSICOSES INFANTIS e do AUTISMO tem muitas questões em aberto. Desde Melanie Klein (1930), passando por Margaret Mahler (1952), Maud Mannoni (1967), Bruno Bettelheim (1987), Rosine e Robert Lefort (1991), até teóricos mais recentes como Marie-Christine Laznik (1991), Alfredo Jerusalinsky (1993 a) e Jean-Jacques Rassial (1997 a), muitos psicanalistas tem tentado avançar quanto ao diagnóstico, o tratamento e o prognóstico destes pequenos pacientes.

Iniciaremos com um levantamento teórico sobre as psicoses na infância, para situar a dificuldade de delimitação do diagnóstico em categorias claramente distintas

e chegar à proposta da categoria diagnóstica PSICOSES NÃO-DECIDIDAS. Esta constitui nossa **primeira hipótese de trabalho**: adotamos esta categoria como o diagnóstico que melhor contempla a posição da criança na linguagem, enquanto sujeito em constituição, bem como seu estatuto social de indivíduo em desenvolvimento.

No segundo capítulo, abordaremos a questão do desenvolvimento infantil, articulando o conceito do tempo cronológico ao conceito de inconsciente e à concepção de tempo lógico daí decorrente, para centralizar nosso estudo neste entrecruzamento do tempo maturacional - de desenvolvimento de um organismo, com um tempo estrutural - de constituição psíquica de um sujeito.

No terceiro capítulo, enfocaremos o processo de constituição subjetiva, a partir dos conceitos desenvolvidos pelo corpo teórico da psicanálise freudolaciana, que permitem acompanhar o surgimento de um novo sujeito como um processo, uma construção, que se dá dentro de uma relação com um outro da espécie.

No quarto capítulo, nos deteremos no estudo de uma concepção psicanalítica das psicoses e no papel determinante da função paterna nesta questão.

No quinto capítulo, apresentaremos nossa segunda hipótese de trabalho, descrevendo, neste processo de constituição subjetiva, momentos-chave no caminho de uma definição estrutural. A clínica psicanalítica, como descreveremos, permite-nos identificar estes momentos, para os quais atribuímos o estatuto de operações psíquicas. Nestes momentos, é fundamental, para a criança, encontrar um interlocutor - que cumpra a função que denominamos como a de um bom entendedor - a fim de prosseguir seu caminho. Caso contrário, encontrar-se-á num momento suspensivo, de paralisação, que poderá determinar a entrada em cena de processos defensivos de aspecto psicótico.

No sexto capítulo, apresentaremos nosso material de pesquisa: os relatos das análises de duas crianças que se encontravam, cada qual, num destes momentos de suspensão, o que permitiu situar seu diagnóstico na categoria das psicoses não-decidas anteriormente propostas.

O sétimo capítulo aborda nossa terceira hipótese de trabalho, ou seja, que para estas crianças que apresentam uma psicose não-decida, o tratamento psicanalítico representa uma alternativa fundamental no rumo da definição estrutural.

Finalmente, na conclusão discutiremos os resultados a que chegamos após estas leituras da clínica, realizadas no só-depois constituído por este tempo de pesquisa e de reflexão teórica.

Passemos à discussão sobre as psicoses na infância e aos impasses que este diagnóstico pode apresentar.

1.1. Sobre as psicoses na infância

Desde Freud, encontramos na psicanálise um enfoque peculiar das patologias que afligem o homem, no que concerne a sua vida psíquica: não se trata de fazer um levantamento de sintomas e a partir daí relacionar no quadro nosográfico de qual doença se trata. Freud apontou para este mais além do concretamente observável, caracterizando o homem enquanto ser de linguagem e marcado pelo inesperado de ter um inconsciente.

Lacan, a partir da importância do inconsciente e da transferência nos tratamentos, define o diagnóstico, em psicanálise, a partir da relação transferencial que aí se estabelece, da posição em que o paciente se coloca e na qual coloca o Outro¹. Define, então, três estruturas básicas, a partir do referente da castração (apontada a partir da percepção da diferença sexual) e das respostas que o sujeito encontra, no campo da linguagem, para fazer face à falta: a PSICOSE (cuja resposta é a forclusão); a PERVERSÃO (cuja resposta é o desmentido); e a NEUROSE (cuja resposta é o recalque).

No que se refere à PSICOSE, Lacan (1966 a) a define como uma estrutura onde o tipo de resposta à falta corresponde ao mecanismo de **Verwerfung**, mais tarde traduzido como forclusão :

“A VERWERFUNG interrompeu abruptamente toda manifestação da ordem simbólica, quer dizer, a BEJAHUNG, que Freud concebe como o processo primário em que se baseia o juízo atributivo, e que não é outra coisa senão a condição primordial para que, desde o real, algo venha a oferecer-se à revelação do ser” (pp. 387-388).

¹ Outro: conceito que define tanto a língua, a estrutura da linguagem, a cultura, as leis, quanto aquele semelhante (pequeno outro) da espécie que representa esta função, ao introduzir o sujeito neste campo.

Assim, neste tipo de resposta, não ocorre a simbolização da falta. Não se dá a afirmação dos significantes primordiais (Bejahung). Conseqüentemente, o sujeito fica situado fora do campo simbólico, no que diz respeito a estes significantes, que Lacan relaciona com o Nome-do-Pai, como desenvolveremos mais adiante. Esta não inscrição dos significantes primordiais tem como efeito um buraco no simbólico, que pode ser apreendido, segundo Lacan, no dizer do paciente psicótico.

Entretanto, isto concerne a uma definição geral de psicose. No que diz respeito à psicose na infância, Lacan faz uma observação precisa no Seminário de 2 de fevereiro de 1955: *“A psicose não é estrutural, de jeito nenhum, da mesma maneira, na criança e no adulto”*(...) *“sobre este ponto ainda não temos doutrina nenhuma”*(...) *“sobre a psicose do adulto, a fortiori sobre a da criança, reina ainda a maior confusão”* (p. 135).

O que nos leva a considerar que a psicose, no tempo da infância, no tempo mesmo da passagem que conduz o *infans* ao estatuto de falasser, é um campo a definir, bastante aberto às pesquisas.

Muitos psicanalistas que trabalharam este tema enfatizam a dificuldade de estabelecer quadros nosológicos claros e precisos da psicose da criança.

Melanie Klein, por exemplo, já em 1930, em seu artigo sobre “A psicoterapia das psicoses”, criticava o adultomorfismo dos critérios diagnósticos em psiquiatria, indicando que *“os fundamentos das relações com a realidade na primeira infância são de caráter completamente diferente”*. Esta autora é uma das pioneiras na descrição da angústia no tempo da infância, utilizando-se de categorias que diminuíram bastante a divisão clássica entre “normais” e “anormais” do ponto de vista da saúde mental. Para ela, a psicose é uma potencialidade comum a todos, o que não significa uma generalização da psicose, pois afirma ao mesmo tempo que *“em geral, os traços diagnósticos da psicose infantil são essencialmente diferentes daqueles da psicose clássica”*. Melanie Klein concebe a psicose na infância como curável, como podemos observar nas palavras de conclusão do artigo ora mencionado: *“uma das tarefas principais do analista de crianças consiste em descobrir e curar as psicoses infantis. O conhecimento teórico assim adquirido seria sem dúvida uma valiosa contribuição para nossa compreensão da estrutura da*

psicose e nos ajudaria também a conseguir um diagnóstico diferencial mais correto entre as diversas enfermidades". Num artigo posterior, "Uma contribuição à psicogênese dos estados maníaco-depressivos", de 1934, Melanie Klein aborda esta articulação entre as "ansiedades psicóticas e os mecanismos de defesa da criança", assinalando que "*no desenvolvimento normal as ansiedades e os mecanismos psicóticos nunca predominam isolados*"; justificativa que a leva a propor o termo "posição" para "*as primeiras ansiedades e defesas psicóticas no desenvolvimento da criança*", para melhor diferenciar o que ocorre com a criança - e que está ligado ao seu desenvolvimento, podendo ou não fixar-se patologicamente - e o que ocorre nas psicoses do adulto.

Frances Tustin (1984), seguindo as idéias de Melanie Klein, após trinta anos de prática e pesquisa na área das psicoses infantis, descreve estados autísticos em crianças psicóticas e também em crianças neuróticas. Mas, diferentemente de Melanie Klein, ela é partidária de uma postura educativa e adaptativa, propondo claramente que "*temos que ajudar a criança a desenvolver esta capacidade para ajustamento e adaptação*" (...) "*O objetivo principal deverá ser ajudar a criança a sentir-se segura em mãos firmes e compreensivas, de modo que estruturas internas possam começar a se desenvolver*" (p. 197). Para Tustin, é possível pensar na "*reversão do autismo patológico*". Ela chega inclusive a propor oito passos seqüenciais para obter este resultado, concluindo que "*há diferentes meios de reverter o autismo patológico, mas, seja qual for o método usado, o profissional necessita ter dedicação, paciência, critério lato e habilidades muitos grandes*" (p. 241).

Se tomarmos o aspecto educativo em jogo nestas abordagens segundo uma concepção mais ampla da educação como processo principal de inserção no campo simbólico e não somente como processo pedagógico, observaremos que estes autores pressupõem uma maleabilidade das estruturas psíquicas da criança.

Encontramos este aspecto reeducativo também na escola norte-americana. Para Margaret Mahler (1952), descritora de quadros de psicose específicos à infância: síndrome simbiótica e síndrome autística, o que ocorre é "*a falta ou a perda da capacidade de utilizar o objeto simbiótico (gratificador de necessidades), o que vem*

*prejudicar a integração, a sintetização e a organização das funções do ego” (p.44) . Sua proposta de tratamento baseia-se na correção desta falta ou perda, através da “restauração, tão completa quanto possível, da primitiva unidade dual mãe-filho”. A análise consiste, pois, na reunião da criança e da mãe numa “experiência simbiótica corretiva”, cujo prognóstico é considerado “moderadamente favorável”. A descrição do caso de Violet, uma criança com traços autistas que iniciou seu tratamento aos 2 anos e 9 meses e que aos quinze anos é acompanhada ainda em terapia, embora não seja mais psicótica, ilustra o que a autora chama de *tratamento tripartido*: “a terapeuta atrai a criança para fora de sua concha autista e se torna uma ponte entre mãe e filho, a fim de estabelecer uma unidade dual simbiótica entre ambos. Após esta situação ser vivida por algum tempo, podem então sobrevir no tratamento os estágios subseqüentes, comparáveis ao processo normal de separação-individuação. A partir daí, a criança pode emergir como entidade individual” (p. 102).*

Outro psicanalista da escola americana que tem como eixo em sua prática com psicóticos a reeducação é Bruno Bettelheim (1987), que define sua tarefa como a de “criar um ambiente que favorecesse a reconstrução da personalidade” (p. 9). Para isto, Bettelheim fundou a Escola Ortogênica de Chicago, “no sentido de providenciar as experiências gerais de vida e as experiências terapêuticas especiais que ajudariam as crianças mais gravemente perturbadas a se recuperar”. Trata-se de um trabalho que tenta reparar as experiências vividas anteriormente pela criança: “criar para ela um mundo totalmente diferente daquele que, em desespero, abandonou e, além disso, um mundo do qual possa fazer parte de imediato, tal como ela é” (p. 11). Para este autor, a psicose infantil nem sempre é definitiva, ele tem “a convicção de que uma seqüência de acontecimentos poderá ser alterada através da nossa influência. Que, aplicando um novo elo à cadeia da causalidade, poderemos alterar o curso dos acontecimentos, cujo desfecho será inteiramente diferente daquele que teria sido sem isso, sem nossa ação espontânea” (p. 56). Os relatos que faz dos resultados das pesquisas realizadas em sua escola - por exemplo o caso Joey, menino autista que após um longo percurso ali teve outro destino - são um testemunho desta prática.

Para outros autores, vemos um eixo preventivo direcionando seu modo de pensar a psicanálise como alternativa de tratamento das psicoses da criança. Winnicott (1952, 1978), expoente da escola inglesa, relaciona psicose com cuidados maternos deficitários. Para ele, *“a base da saúde mental da personalidade é estabelecida nos primórdios da infância pelas técnicas naturalmente adquiridas por uma mãe que esteja preocupada com o cuidado de seu próprio bebê”* (p. 315). Quando não há esta preocupação, surgem *“atrasos e distorções, regressões e distúrbios nos estádios iniciais do nascimento da organização meio ambiente-indivíduo”* (p. 386), que vão caracterizar a psicose. Winnicott, conhecido por sua atenção à função materna, afirma: *“A profilaxia contra a psicose é portanto uma responsabilidade dos pediatras, se estes ao menos o soubessem”* (idem), referindo-se aos primórdios da relação mãe-bebê e às possibilidades de intervenção neste campo.

Esta ênfase na prevenção também aparece na Escola Francesa, em Françoise Dolto (1988), para quem *“o que conta não é unicamente a possibilidade psicanalítica do tratamento da psicose infantil, como também a prevenção das causas perversoras exercidas por um casal parental”*.

Nesta mesma linha, Maud Mannoni (1984), também da Escola Francesa, enfatiza o papel do discurso familiar que envolve a psicose da criança: *“o problema da ‘alienação’ na criança se apresenta de modos um tanto quanto diferentes e não pode ser compreendido se não abarcarmos o modo como sua ‘loucura’ foi retomada na vida fantasmática de cada um dos pais. Para que a criança reencontre uma fala pessoal que lhe seja própria, é-lhe necessário primeiro poder destacar sua verdade dos votos de morte e das múltiplas formas de alienação nas quais ela se perdeu numa fixação com um outro”* (p. 24).

No que se refere aos estudos sobre o autismo, um psicanalista como Donald Meltzer (1983) acredita na possibilidade de as crianças autistas abandonarem seu retiro e entrarem em estado pós-autístico, quando então podem submeter-se a uma psicanálise: *“trata-se sempre de encontrar o momento de contato e de discernir aí o conteúdo emocional, e então interpretá-lo”*. Sua concepção do autismo, bem como das psicoses na infância, compartilha de conceitos propostos por Esther Bick, como o de *“identificação adesiva”*. Segundo ele, o tratamento psicanalítico permite à criança

se desembaraçar deste tipo de identificação e evoluir para a identificação projetiva e, finalmente, para a identificação introjetiva.

Encontramos ainda teóricos preocupados em destacar a indefinição da psicose na infância, tomando caminhos diversos. Para Roger Misès (1978), entre estrutura não-psicótica e psicótica situa-se o conceito de pré-psicose, para contemplar “*a dificuldade real, que se coloca em determinados casos, de diferenciar claramente estas duas formas de organização patológica*” (p.115). Este autor descreve sob este conceito crianças que apresentam adaptação de características superficiais, reforço das formações reativas, restrição dos laços patológicos, superinvestimento parcial de determinadas características cognitivas, pseudoedipização, para concluir com uma ressalva: “*o diagnóstico permanece por vezes hesitante e, em certos casos, o peso dos fatores que influenciam o desenvolvimento joga no sentido de uma mutação favorável ou desfavorável*” (p. 116).

Jean-Louis Lang (1979) aponta a não relação entre estados patológicos infantis e adultos, pois, segundo ele, “*o advento da primazia genital e de suas conseqüências acarreta remanejamentos estruturais ainda pouco estudados de um ponto de vista catamnético*” (p. 24). Lang assinala ainda o caráter lábil e não fixado das organizações psicopatológicas da criança, para ele “*um ser em pleno desenvolvimento maturativo e libidinal*” (p. 25). Ao estudar as diversas categorias de fronteira entre as neuroses e as psicoses, Lang conclui que “*o denominador comum de todos estes estados ‘limites’ ou ‘atípicos’ é o reconhecimento de um núcleo psicopatológico que delimitamos estruturalmente, e que é de natureza psicótica*” (p. 46).

Para Jorge Volnovich (1993), psicanalista argentino radicado no Brasil, com vasta pesquisa no campo das psicoses, “*O polimorfismo que os quadros da infância costumam apresentar (que em poucas oportunidades é uma psicose “pura” e, mesmo quando consegue sê-lo, não deixa de ter elementos de outra série psicótica) confundia os diversos autores, tornando necessária a criação de novas categorias (pré-psicose, parapsicose, estágios desarmônicos, etc.)*” (p. 95). Este autor conclui afirmando: “*a psicose na infância, muito mais que um conjunto de signos, revela-se como formas clínicas que atestam a vicissitude do desejo da criança. Em outras*

palavras, as formas clínicas são, antes de mais nada, formações do inconsciente” (p. 45).

Como pudemos ver neste rápido percurso teórico, estas abordagens psicanalíticas de diversas escolas, mesmo em suas diferenças, têm em comum pelo menos três pontos: a importância de distinguir as psicoses da criança das psicoses do adulto; a reserva quanto a um diagnóstico definitivo de psicose em muitos casos da clínica de crianças; e a alternativa do tratamento psicanalítico como uma proposta terapêutica.

Tomando o conceito sugerido por J.L.Lang, de “*núcleo psicopatológico*” e relacionando-o com o que apresentamos anteriormente dos desenvolvimentos lacanianos sobre as psicoses, podemos relacionar este núcleo psicopatológico com a forclusão do Nome-do-Pai e tentar pensá-lo no tempo da infância, tempo de instalação justamente das estruturas fundamentais, como um núcleo que tem a ver com uma problemática quanto à função do Pai.

1.2. Um problema de pesquisa

Na atualidade, os avanços da teoria laciana em direção a uma noção de estrutura, processo lógico e atemporal, produziram um novo impasse em torno do qual os teóricos se dividem para pensar a psicose da criança. Se à psicanálise interessa o tempo lógico e não o tempo cronológico do desenvolvimento, como pensar o momento de inscrição desta referência à falta - o Nome-do-Pai, a função paterna?

E no caso da psicose, que como vimos pressupõe a não inscrição ativa deste significante, isto é, a instalação do mecanismo da FORACLUÇÃO (VERWERFUNG), em que momento esta poderia ser situada? Seria uma não-inscrição definitiva?

No caso do autismo, por exemplo, onde se trata de uma recusa desta inscrição, de uma exclusão ativa do campo simbólico, tratar-se-ia de algo irreversível?

Anne Lysi-Stevens (1996), num artigo intitulado “*As chamadas ‘psicoses não deflagradas’*”, aponta como esta indagação sobre o surgimento da psicose é abordada várias vezes por Lacan, que se pergunta sobre o estado anterior à psicose. Num primeiro tempo (que engloba o período que vai do texto *As psicoses paranóicas* até os do *Seminário III* e *De uma Questão Preliminar*), Lacan utiliza o termo pré-psicose, embora depois o tenha abandonado (no período dos últimos seminários: *RSI* e *O Sinthoma*), porque, segundo ela, “*este termo se tornou “muito vago”*” (p. 106).

Neste primeiro tempo, Lacan trabalha a idéia de psicose deflagrada “*como um conjunto de fenômenos que aparecem bruscamente num determinado momento*” (idem), para se questionar sobre o que havia antes. Então, numa primeira acepção, este termo de psicose não-deflagrada se define no só-depois, isto é, após seu desencadeamento.

Há contudo uma segunda acepção, mais comum, que “*designa um estado no qual se mantém alguém que nunca deflagrou, propriamente, (...) os fenômenos psicóticos indubitáveis, que são as vozes acompanhadas de idéias delirantes, mas que, em compensação, nada permite diagnosticar como neurótico*” (p. 107). Surge então outra questão: como explicar o não deflagramento? Lacan pôde explicar isto, em Joyce, pela noção de “*suplência*”: “*uma função que tem por efeito paliar o defeito de modo tal que o deflagramento não ocorra*” (p. 108), ou seja, para Lacan, parece possível uma estrutura mudar o rumo de sua definição (questão que desenvolveremos melhor mais adiante) .

Retomando, de um modo geral, podemos dizer que os psicanalistas lacanianos, quanto a esta questão, se dividem em dois grupos principais:

1) há os que consideram única e exclusivamente um tempo do sujeito, lógico, referido ao Inconsciente, já que este, sim, é sem idade - e sobre o qual uma vez definida uma estrutura fundamental não haveria possibilidade de mudança - quer se trate de um adulto, quer se trate de uma criança.

2) em contrapartida, há aqueles que, embora sem questionar o Inconsciente como referido a uma lógica e um tempo próprios, fazem uma diferença ao considerar o tempo do desenvolvimento como refletindo no tempo lógico, podendo considerar diferenças fundamentais no processo de estruturação do sujeito no tempo da infância e, portanto, na condução da análise de crianças e nas conseqüências desta análise em sua história.

No primeiro grupo, temos, por exemplo, teóricos como Rosine e Robert Lefort (1991), para quem *“Não há especificidade na psicanálise de crianças. A estrutura, o significante e a relação com o Outro não concernem de maneira diferente à criança e ao adulto. É isto que faz a unidade da psicanálise”* (p. 13). Estes teóricos se opõem radicalmente a qualquer referência à especificidade do sujeito enquanto criança: *“Não podemos, por outro lado, deixar de constatar o fracasso da descrição do desenvolvimento da criança a partir de um ponto de vista psicopatológico: é o da criança sem Outro”* (p. 14).

Este posicionamento, que influencia de modo importante os trabalhos clínicos e teóricos dos analistas lacanianos, foi recentemente questionado por Jacques-Alain Miller (1992), que propõe abrir novamente a questão:

Esta vocação de dissolver a criança, é a dificuldade que introduz esta perspectiva lacianiana. Do ponto de vista do Inconsciente, se tomarmos a fórmula freudiana de que este não conhece o tempo, pode pensar-se que o Inconsciente não conhece a criança tampouco. Assim, a criança seria uma denominação cronológica e quando se é partidário da perspectiva estruturalista, não se pode sustentar que a criança existe. (...) Parece que, com o conceito de criança temos, desde o ponto de vista estrutural, uma dificuldade (...) Devemos recuperar um conceito operativo da criança, e isto é um trabalho a ser feito. É um trabalho de investigação” (p. 9).

Mais adiante, este mesmo autor afirma:

“Há uma definição da criança: é o sujeito cuja libido não se deslocou dos objetos primários. Não vou dizer que é uma excelente definição, mas na libido não é indiferente o fator temporal” (p. 10).

Colette Soler (1983), no texto *Hors discours: autisme et paranoïa*, questiona o lugar possível do analista frente às psicoses na infância: “*ao ler todos estes textos sobre a psicose infantil, parece-me pouco duvidoso que o analista se coloque no lugar do Outro primordial: lá onde estava a mãe, vem o terapeuta*” (p. 23). Segundo ela, não há propriamente análise, pois o terapeuta estaria fazendo suplência ao genitor que não tem condições de cumprir seu papel educativo. A partir daí, a autora se interroga sobre os efeitos propriamente analíticos, já que só os encontra no plano educativo. Para Soler, o maior obstáculo desta clínica é que a separação permanece impossível, isto é, há impossibilidade de inversão da mensagem do Outro. Na psicose, segundo ela, estas crianças são “*ou marionetes do Outro ou puro real*” (p. 24), sem acesso à significação do falo. A autora parece não considerar estes casos descritos na literatura (principalmente no que se refere às escolas inglesa e americana, baseadas no princípio da reeducação) nem como tratamentos psicanalíticos nem tampouco como bem sucedidos.

Compondo o segundo grupo temos, por exemplo, Jean-Jacques Rassial (1999), que, a partir de seu trabalho com adolescentes, situa o que define como *estado-limite*: “*Existem sujeitos para os quais pode ser atribuído, provisoriamente o diagnóstico de estado-limite, e que se caracterizam, adultos, por terem ‘parado’ na adolescência, sob o efeito de um acontecimento traumático. (...) Estes pacientes se caracterizam por uma indecisão que provém muito mais de um isolamento do mundo, de tipo esquizofrênico, do que de uma dúvida obsessiva, que eles podem também formular*” (p. 95). Ele justifica o uso deste conceito: “*nestes adolescentes, não ocorreu uma forclusão do Nome-do-Pai, no sentido de uma rejeição irremediável da ordem simbólica. Mas há uma suspensão da orientação para a neurose ou a psicose. O sujeito é assim deixado numa incerteza, próxima do autismo, quanto aos mecanismos que permitem, mais ou menos bem, administrar este período, este prazo antes da ‘escolha’ da estrutura*” (p. 96).

Para Rassial (1997 a), na infância, a validade da operação do Nome-do-Pai depende da metáfora paterna que a funda: “*toda metáforização que substituir gozo por saber permitirá um funcionamento neurótico*” (p. 30). Ele vai distinguir, no caso

do sujeito criança, uma *estrutura clínica RSI*, que seria suscetível a mudanças, da *estrutura primeira RSI* (p.32).

Para ele, é na adolescência que a inscrição ou forclusão do Nome-do-Pai será posta à prova, isto é: se o sujeito ganhará sua independência simbólica, podendo reduzir o lugar do Outro para além da metáfora paterna, podendo constituir, por escolha, outros nomes-do-pai (p.31).

Elsa Coriat (1999), da equipe do Centro Lydia Coriat de Buenos Aires, critica os autores que fazem uso deste conceito de estrutura de modo a fazer “*convergir passado, presente e futuro numa eterna sincronia*”. Segundo ela, não há como negligenciar um tempo cronológico, com “*as sucessivas transformações que se vão operando no devir*”. Remete-se a textos freudinos para lembrar que é na repetição das experiências que “*vai se construindo a estrutura do aparelho psíquico*”. Com isto, enfatiza a incongruência, para os psicanalistas, de tentar isolar, da questão do sujeito, a posição em que ele se encontra na linguagem. Afirma que “*as duras críticas que Lacan efetuou às muitas concepções do desenvolvimento pós-freudianas fizeram com que o conceito mesmo de desenvolvimento ficasse semiforacluído das conceitualizações lacanianas, com os conseqüentes efeitos limitantes sobre a clínica de crianças*”.

Para Hector Yankelevich (1991), psicanalista que trabalha com casos de psicose e de autismo, “*Não se pode falar de psicose senão quando o segundo tempo da metáfora paterna tenha se tornado impossível para sempre*” (p. 130).

Finalmente, para Alfredo Jerusalinsky (1993 a), “*se poderia dizer que as psicoses infantis precocíssimas devem ser consideradas, de um modo global, como não decididas. Precisamente porque ainda está para se decidir até que ponto esta inscrição poderia vir a adquirir uma formulação metafórica*”(23).

Este autor (1993 b) propõe o que chama de PSICOSES NÃO-DECIDIDAS, justificando: “*a infância reconhece a possibilidade de estados provisórios, não decididos, que vão se decidir tardiamente quanto à estrutura. E tem o que chamo de psicoses não decididas, ou indecididas, porque realmente não se produziu uma inscrição definitiva, há uma espécie de suspense, de escansão, de dilatação desse momento de inscrição, de captura da criança no campo da linguagem numa posição*

subjetiva” . E acrescenta, como contraponto: “Senão, haveria que pensar que uma estrutura é algo de inefável, está além das palavras, as palavras não teriam eficácia nenhuma, e pelo que sabemos, a psicanálise descobriu precisamente que a estrutura é obra das palavras!” (idem).

Para Angela Vorcaro (1997), adepta desta denominação diagnóstica, *“O sujeito pode constituir invenções para o atamento borromeano, em suprimento aos pontos de fracasso do enodamento, pontos em que a função da metáfora paterna não teve incidência, nas versões (père-versions) que amarram RSI para suportar a modalização subjetiva”* (p. 134). Para ela, autismo, psicose e debilidade mental são modalidades não-borromeanas de estrutura. Afirma ainda, sobre o sintoma: *“abre uma importante via para o tratamento das psicoses e, especialmente, para o tratamento das psicoses não decididas da infância”* (p. 134 n. 41).

Situamo-nos neste grupo, pois pensamos que este diagnóstico de PSICOSES NÃO-DECIDIDAS é um operador clínico mais condizente com estas características da infância e do próprio processo de estruturação subjetiva, que implicam a entrada do pequeno sujeito no campo da linguagem, a partir da relação com um Outro que sustenta este processo, dentro de um tempo que vai constituir o infantil.

1.3. Hipóteses de trabalho

Após termos discutido esta questão do diagnóstico de psicose na infância, do ponto de vista psicanalítico, bem como a importância de uma nova proposta nosográfica, a das PSICOSES NÃO-DECIDIDAS, podemos apresentar os pontos que delinearão nossa pesquisa:

- 1) Uma articulação entre os tempos lógicos da inscrição da criança no campo

simbólico e o tempo do desenvolvimento, para o que procederemos a um estudo do conceito de Inconsciente na obra de Freud e de Lacan, relacionando-o com os conceitos de tempo lógico e de desenvolvimento.

2) Uma apresentação da concepção psicanalítica do processo de estruturação subjetiva e das possibilidades de estruturação. Para isto, desenvolveremos um percurso teórico em torno da questão da constituição subjetiva, definindo conceitos importantes como inscrição primordial, identificação, traço unário, alienação, separação, letra; para, finalmente, podermos apresentar a função paterna, o Nome-do-Pai e a metáfora paterna como determinantes, quando de sua vacilação, para a definição da estrutura psicótica, que também abordaremos.

3) Uma proposição de que há momentos-chave na definição da estrutura. A estrutura, do nosso ponto de vista não seria um dado *a priori*, nem se definiria a partir de um único momento de inscrição. É, muito mais, a resultante de um processo de construção, composto por diversas operações psíquicas essenciais - aí compreendendo o entrecruzamento dos tempos lógico e cronológico - que pressupõem a relação com um outro da espécie, agente que desempenha a função de Outro. Quando o outro parental falha e deixa vaga a encarnação desta função, nossa proposição é de que não há, a princípio, fechamento por parte da criança, deste lugar, mas, pelo contrário: a criança ficaria à espera deste outro. Sua estrutura se manteria em suspensão, através de defesas que podem ter o caráter psicótico, mas não podem servir para um diagnóstico estrutural. É a partir desta pressuposição que situaremos nossa questão sobre a forclusão do Nome-do-Pai e sua instauração ou não no tempo da infância.

4) Discussão dos efeitos da intervenção psicanalítica nas psicoses não-decididas, a partir da hipótese de que a formação do psicanalista lhe dá condições de reconciliar a criança com a função do Outro. O que se pode perceber, a partir de uma leitura atenta dos diversos aspectos envolvidos na prática clínica com estes pacientes, especificamente sob uma abordagem psicanalítica, é que a relação transferencial que

ocorre entre a criança e o psicanalista, entre este último e os pais, no decorrer do tratamento, tem um papel fundamental na evolução do quadro clínico.

Em suma, podemos resumir nossa pergunta de pesquisa na indagação seguinte: **SERIA POSSÍVEL PENSAR NA REVERSÃO DE UM QUADRO DE PSICOSE INFANTIL, NÃO DECIDIDO, A PARTIR DE UM TRATAMENTO PSICANALÍTICO?**

1.4. Justificativa

Esta questão é pertinente, se levarmos em conta a falta de política de atendimento para estas crianças em nosso país; as dificuldades de diagnóstico que impedem o encaminhamento destas crianças a serviços que realmente tenham condições de atendê-las; a evolução progressiva das dificuldades da criança não atendida adequadamente; a falta de profissionais realmente preparados para receber em atendimento estas crianças; o alto custo - pessoal e financeiro - pago pelos pais, que na falta de respostas satisfatórias passam a percorrer os serviços sem encontrar um ponto de parada onde possam dar início e prosseguimento a um tratamento para o filho; e, finalmente, o alto custo também para o Estado, que acaba tendo que arcar com as conseqüências da evolução destes quadros: seja no sentido de uma debilitação progressiva, seja no sentido de uma cronificação da patologia que requer internamentos e pensões vitalícias .

1.5. Metodologia, objetivos e limites da pesquisa

Faremos uma pesquisa clínica, cuja metodologia obedece aos princípios definidos por Freud em seu trabalho de pesquisador, trabalho este que o levou a descobrir o Inconsciente e a inventar a Psicanálise. Assim, foi de nossa clínica que

extraímos o material para formular estas indagações e é nesta mesma clínica que buscaremos as respostas. Para tal, destacamos dois casos de pacientes atendidos há alguns anos, cujas análises - já terminadas - tivemos a oportunidade de registrar de maneira bastante detalhada na época. O direcionamento destas análises obedeceu aos princípios da psicanálise freudo-lacaniana, quais sejam: privilegiar a escuta do significativo e intervir enquanto abertura de um campo de significações.

É importante ressaltar que este trabalho é apenas uma das contribuições ao tema, por demais complexo, da loucura no tempo da infância. Não pretendemos que nossa pesquisa dê uma visão exaustiva do problema, até certo ponto já pesquisado por vários psicanalistas que nos precederam, como pudemos percorrer. Não abordaremos especificamente nem a clínica da psicose nem do autismo, pois nos restringiremos a focar estes estados que denominamos psicoses não-decididas, nos quais as crianças se apresentam ora numa posição psicótica, ora numa posição neurótica, na transferência.

Achamos procedente dar um testemunho clínico dos efeitos deste trabalho, pois são raras as exposições que permitem uma visão deste processo tão particular quanto a psicanálise, o acompanhamento de seus efeitos, na linearidade das sessões, sobretudo no que concerne à clínica dos graves distúrbios.

Esperamos que as apresentações clínicas e as leituras que produzimos possam constituir um material instigador de outras leituras e investigações e, talvez, fornecer subsídios para a criação de novas propostas terapêuticas, principalmente no nível público, para toda uma população que vem sendo tão pouco contemplada em termos de alternativas de atendimento em saúde mental, como é o caso das crianças com distúrbios globais do desenvolvimento.

2. INCONSCIENTE E TEMPO

*“Eternidade não era só o tempo,
mas algo como a certeza
enraizadamente profunda
de não poder contê-lo no corpo
por causa da morte”.*

Clarice Lispector.

O que faz a especificidade da psicanálise é a descoberta freudiana de que o homem não tem domínio sobre o seu destino, na medida em que sofre uma determinação de um Outro lugar, seu **inconsciente**, que Lacan definiu como este discurso do Outro que o constitui. Se o Inconsciente tem estrutura de linguagem, se somos seres de linguagem - falasseres, como conceituou Lacan - , quando se trata da constituição de um sujeito, trata-se da construção de um lugar a partir do qual ele vai se posicionar como falante, isto é, de uma estrutura. Como se articulam inconsciente e tempo para desembocar numa definição de estrutura é o que tentaremos abordar a seguir.

Haveria um tempo - do Complexo de Édipo para Freud, do Édipo para Lacan - para definir esta estrutura. Definição esta que se daria em dois momentos: primeiramente, sob a forma de uma resposta “teórica”(neurose infantil, para Freud; fantasma fundamental, para Lacan), no tempo ainda da infância. Depois, no momento do fim da adolescência e passagem para a vida adulta, tratar-se-ia de pôr-à-prova esta primeira definição e escolher o sintoma.

Para Lacan, estes momentos são entendidos em função de uma lógica, que é a lógica própria do inconsciente, já descrita como atemporal por Freud (1915) em seu artigo metapsicológico sobre “O Inconsciente”: *“Os processos do sistema Inconsciente são atemporais, isto é, não são ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo; não têm absolutamente qualquer referência ao tempo”* (214).

Esta lógica, pois, não é necessariamente coincidente com uma lógica cronológica. O divisor, em psicanálise, para o que é infantil e o que é adulto, é a posição do sujeito diante da falta, da incompletude do Outro. O que implica que ter uma crença fálica situa o tempo “infantil” e renunciar a esta crença situa a passagem ao estatuto de “adulto”.

2.1. Sobre o inconsciente

Freud resgata este conceito - inconsciente - da concepção filosófica em que se encontrava no século XIX, quando tinha uma conotação negativa, designava o “irrefletido”, o que não era consciente. Freud o propõe como um **lugar** psíquico, produtor de um rompimento na racionalidade - lugar de produção dos lapsos, atos falhos, sonhos, sintomas, que vêm quebrar a ilusão de domínio sobre si até então entretida pelos homens. Freud (1900) vai dizer: “*o eu não é mais senhor na sua própria casa*” .

Freud (1915) vai desenhar um aparelho psíquico - a partir de uma primeira tópica - dividido em **Inconsciente/ Pré-consciente/ Consciente** , com uma função dinâmica, tanto quanto econômica . Isto para explicar basicamente como a realidade das coisas e a organicidade do corpo passavam a se constituir em representações psíquicas. Um caminho que vai das pulsões, sua representação, seu recalçamento e seu retorno, transformado pelo processo primário (de condensação e deslocamento), à consciência .

Num segundo momento, Freud (1923 a) vai propor uma segunda tópica: as instâncias **Eu, Isso e Supereu**, onde a cisão radical inconsciente/consciente dá lugar a uma interpenetração entre Isso e Eu, a partir da relação com o mundo externo. Como assinala Joël Dor (1996), de substantivo, o Inconsciente passa a atributo (p. 226) e o rigor das pesquisas freudianas dá margem a desvios no sentido da “psicologia do ego”- produção americana simplicadora das descobertas de Freud.

Entretanto, apesar destes efeitos - e a retomada da leitura de Freud por Lacan permitiu este passo - foi a partir da segunda tópica que Freud pôde dar ao conceito de Inconsciente, mesmo e justamente por adjetivá-lo, toda sua extensão: ao incluir a

pulsão de morte como seu limite. Limite à simbolização, representado pelo automatismo de repetição, onde só os efeitos inconscientes são constatados, mas não há entificação do inconsciente propriamente dito. Segundo Christiane Lacôte (1998), “*a segunda tópica radicaliza o que há de inconsciente em nós, pela irreducibilidade da pulsão de morte, impedindo-nos de coisificar a consistência do conceito de inconsciente*” (p. 58).

Coube a Lacan promover um retorno a Freud que permitiu resgatar do conceito do Inconsciente sua força: “*O inconsciente é estruturado como uma linguagem*”, vai dizer Lacan, propondo o trabalho com as formações do inconsciente - estudadas por Freud nos textos básicos que destacavam o valor da palavra. A partir do corpo conceitual desenvolvido pela lingüística estrutural, Lacan pôde (1963-64), num primeiro tempo de teorização, articular o Inconsciente ao sistema simbólico, propondo-o como efeito dos significantes sobre o sujeito.

Lacan (1957-58) vai explicar o Recalque Originário - operação que constitui o inconsciente, segundo a definição freudiana - como o resultado da ação de um significante primordial que, ao promover na história do sujeito a substituição do significante do desejo da mãe por outro significante - o Nome-do-Pai, institui uma **metáfora paterna** que o divide e o condena a falar, sem saber o que diz .

No percurso de seu ensino, Lacan (1974-75) vai aprofundando sua abordagem do inconsciente, articulando-o aos registros do Real, do Imaginário e do Simbólico: o inconsciente seria um efeito de separação entre simbólico e real , ou seja: uma função de borda entre estes dois registros, inaugurada pelo significante, funcionando com uma lógica própria a esta função impossível que é articular dois elementos de naturezas totalmente diferentes.

Dentro desta lógica, estranha à racionalidade, encontra-se a função de um tempo. Lacan vai dizer, no Seminário 1 (1953-54): “*o elemento tempo, é uma dimensão constitutiva da ordem da palavra*” (p. 276).

2.2. O conceito de tempo

O tempo está de tal forma presente em nossa vida cotidiana que temos a tendência a considerá-lo como um elemento “natural”, um “Real” já dominado. É importante levarmos em conta o quanto se trata de um conceito, até mesmo de uma convenção e pensarmos como o homem vem lidando com isto a partir dos instrumentais simbólicos de que dispõe.

Para Kant (1974), tempo e espaço estão ligados e são condição para o conhecimento e para a percepção, assim como para a física clássica o tempo é medido pelo espaço percorrido por um móvel de movimento uniforme.

A evolução das ciências e da lógica contemporânea obrigam a pensar a concepção do tempo como relativa: isto é, o modo como o tempo é vivido histórica e culturalmente. Durozoi e Roussel (1996) afirmam: “*ao tempo kantiano sucedeu o da relatividade*”. Mas, eles advertem: “*O tempo permanece paradoxalmente inapreensível enquanto nele estamos imersos sem jamais podermos dele nos abstrair*” (p. 462).

Para os fenomenólogos, a temporalidade é consciência do tempo.

Para Heidegger (1990), que se deteve especialmente neste tema em *Ser e tempo*, a temporalidade adquire sentido enquanto marca da finitude do homem; a consciência do tempo implica uma dialética entre passado, presente e futuro, neste encaminhamento para a fim do ser-para-a-morte citado por Nietzsche.

Heidegger afirma que é a *angústia* do homem, enquanto ser dotado de linguagem e interpelado por ela que abre o tempo, a história, para uma busca infundável da verdade da relação do ser com o mundo, com os outros, consigo mesmo.

Reportando-nos à *Breve história do tempo*, contada pelo físico e cientista Stephen W. Hawking (1990), ficamos sabendo que até o início do século XX, imperava a idéia de um tempo único e absoluto. Com a descoberta de que a velocidade da luz parecia a mesma para todos os observadores, independentemente do deslocamento de cada um, que levou à teoria da relatividade proposta por Einstein, foi necessário abandonar esta idéia e o conceito de tempo tornou-se mais pessoal e relativo ao observador.

No campo da física, encontramos uma diferenciação, contudo, entre tempo “imaginário” - trabalhado pela mecânica quântica e que não distingue o conceito de

tempo do conceito de direções no espaço -, e tempo “real” - que considera as diferenças entre passado e futuro. Além disso, supõe-se uma seta direcional, que se subdivide, segundo Hawking, em três: a termodinâmica (direção que segue a desordem ou entropia do universo); a psicológica (o tempo que sentimos passar, podendo considerar o passado mas não o futuro); e a cosmológica (o universo se expande mais do que se contrai).

Henri Bergson (1968), por sua vez, critica a confusão criada pelos físicos, ao colocarem espaço e tempo na mesma linha, pela necessidade de servirem-se do espaço para medir o tempo. Em sua pesquisa, empreendeu um recorte na teoria da relatividade, tomando única e exclusivamente o que concernia ao tempo. Chegou à conclusão de que o paradoxo entre as idéias de tempo único e universal e a teoria da relatividade era apenas aparente e resultado de uma confusão entre a física e a filosofia.

Do ponto de vista filosófico, estudou as equações dos físicos e seus experimentos e concluiu que *“não há diferença, no que concerne ao tempo, entre um sistema animado por um movimento qualquer e um sistema animado por uma translação uniforme”* (p. 213). Isto significa que há um tempo “real”, que marcam todos os relógios do sistema, que são sincrônicos. Não cessa de haver um tempo definível a não ser quando ele gira, ou seja, quando o físico se transporta a um ponto imóvel zero. Neste caso, não é mais um sistema, mas uma infinidade deles, onde encontrar-se-á uma infinidade de Tempos, todos fictícios, nos quais será pulverizado o Tempo real.

Este autor levanta duas possibilidades, então, para o Tempo: ou o disco gira e a gravitação se resolve em inércia (vemo-lo de fora, o físico vivo e consciente não o habita, os tempos são representados, haverá uma infinidade deles, teremos tantos sistemas quantos pontos animados por diferentes velocidades houver); ou o disco fica imóvel, a inércia torna-se gravitação (o físico real habita aí, é realmente um sistema único, o Tempo encontrado é um tempo vivido e real). Sua conclusão final desemboca na seguinte afirmação: *“Mas então encontramos por toda parte o mesmo Tempo”*.

Podemos observar nestas teorias o ancoramento dos dois eixos da lingüística, sincrônico e diacrônico. Há um tempo estrutural e um tempo evolutivo. Mas todos os tempos são do **discurso**, ou seja, construções simbólicas do homem para apreender algo por princípio real, inapreensível.

Também podemos articular o conceito de Inconsciente proposto por Freud como atemporal relacionado a este tempo “imaginário” da física quântica; enquanto os sistemas conscientes consideram o tempo “real” que refere uma cronologia movida por setas direcionadas para a frente.

E ainda podemos utilizar os três registros propostos por Lacan para entender como este “tempo único” pode se desdobrar em diferentes níveis: há o tempo inapreensível, que é um tempo Real no sentido lacaniano do termo (escapa à simbolização); há o tempo medido pelos instrumentos criados pela ciência, a partir de convenções universais, que é então Simbólico (tempo representado) e há o tempo relativo a cada um, que refere-se à construção da noção de tempo para cada sujeito particular, que está relacionada à possibilidade de significação, tempo Imaginário, dependente da noção de identidade.

2.3. O inconsciente e sua estranha concepção do tempo

Freud descreve como uma das características distintivas do Inconsciente a **atemporalidade**.

Temos notícia da pesquisa freudiana das relações entre o Inconsciente e a temporalidade a partir de 1897, quando ele fala em “*falsificação da memória*”, apontando para o fato de que “*as relações cronológicas são postas de lado*” e situando esta questão como dependente da atividade do sistema da consciência (p. 341).

Em 1901, aparece a primeira referência escrita sobre esta característica do Inconsciente: “*todas as impressões são preservadas, não só da mesma forma como foram recebidas pela primeira vez, mas também em todas as formas que adotaram nos desenvolvimentos posteriores*” (p. 327).

No estudo sobre o Homem dos Ratos, em 1909, Freud cita um “esclarecimento” que fez ao paciente: *“O Inconsciente, expliquei, era o infantil; era aquela parte do eu que ficara apartada dele na infância, que não participara dos estádios posteriores do seu desenvolvimento e que, em conseqüência, se tornara recalcada”*(p. 181-2).

Encontramos a síntese destes desenvolvimentos teóricos no artigo metapsicológico sobre “O Inconsciente”, de 1915: *“Os processos do sistema inconsciente são atemporais, isto é, não são ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo; não têm absolutamente qualquer referência ao tempo”*(p. 214).

Em 1920, em “Mais além do princípio do prazer”, Freud complementa: *“a idéia de tempo não pode ser aplicada aos processos mentais inconscientes”* (p. 43-4).

Apesar de todas estas reiteradas afirmações, principalmente em suas pesquisas sobre a histeria, Freud vai ser levado a referir-se a uma outra noção de temporalidade, que vai nomear como **nachträglichkeit**: *“Estes sonhos se esforçam por dominar retrospectivamente o estímulo, desenvolvendo a ansiedade cuja omissão constituiu a causa da neurose traumática”* (p. 48). Trata-se do só-depois, isto é, o segundo tempo necessário à formação dos sintomas - aquele em que o trauma adquire uma significação, mesmo que desconhecida do sujeito.

Assim, do ponto de vista freudiano, aparecem duas idéias, aparentemente contraditórias, articulando inconsciente e tempo:

- 1) No inconsciente, os processos mentais não obedecem a um ordenamento cronológico. A cronologia está a cargo da consciência.
- 2) Há um outro tempo que vigora no inconsciente, e que funciona segundo dois momentos: um primeiro, de fixação de impressões, que ele nomeia de **O Infantil** e um segundo, **o só-depois**, de significação do primeiro, que desencadeia o sintoma.

Estas idéias só são contraditórias na aparência, porque acabam apontando para uma conclusão comum: há um ordenamento no inconsciente, mas submetido a uma outra lei que não a do tempo medido pela cronologia, a lei da **significação**.

Vamos agora abordar dois autores que, por vias diferentes, vão articular estes dois tempos - que representam os eixos sincrônico e diacrônico da linguagem - com a questão da significação, a partir da obra de Freud.

O primeiro, Henri Bianchi (1993) diz haver nos textos freudianos elementos para uma teoria psicanalítica do tempo, mesmo que Freud não tenha ele próprio proposto um conceito psicanalítico para o tempo. Apesar de ter apresentado uma concepção de constituição do sujeito do ponto de vista genético, para Freud, o aparelho psíquico ora admite, ora ignora o tempo.

Do ponto de vista econômico, no que se refere aos destinos das pulsões, há uma inscrição em seqüências temporais. Há o tempo, ou os tempos, do recalçamento, do traumatismo, da ruptura.

A teoria da representação, segundo Bianchi, é ao mesmo tempo tópica e temporal, pois a inscrição dos acontecimentos se dá num espaço e num tempo. Assim, a “*física do psíquico*” inclui o tempo, num movimento que lhe é próprio: procurar e criar sentido.

Bianchi situa três momentos na obra de Freud que consideram diferentes tempos: a atemporalidade do inconsciente (que percorre sua obra do início ao fim); a idéia de ritmicidade (nos textos *Psicopatologia da vida cotidiana*, *Nota sobre o Bloco Mágico*, e *A Negativa*); e o intervalo necessário à formação dos sintomas. Para este autor, intervalo, posterioridade e traumatismo “*constituem para o analista o balizamento mais familiar da temporalidade*” (p. 7).

Para Bianchi, há uma ligação estreita entre a experiência subjetiva do tempo e a intensidade, o traumatismo: o nascimento do tempo psíquico dar-se-ia a partir da necessidade de tratar a intensidade - é uma hipótese econômica da apreensão do tempo. Mas as modalidades de tratamento da energia - processo primário (mantém labilidade, deslocamento) e processo secundário (permite controle) são tópicas. Assim, o psiquismo explora a sucessividade temporal, através de um tempo realista,

objetivo; mas há perenidade dos traços, simultaneidade de inscrições, atemporalidade.

Bianchi conclui afirmando: *“O pensamento freudiano encontra então o tempo no cruzamento dos pontos de vista econômico e tópico. As sucessivas metáforas do aparelho psíquico não podem ignorar o tempo”* (p. 14).

O segundo autor, Alfredo Jerusalinsky (1996 a), explora preferencialmente esta relação entre tempo e sentido. Ele realizou uma pesquisa sobre o percurso empreendido por Freud para tentar responder à questão da significância, ou seja, à questão da produção de um sentido que seja significativo. Segundo ele, a primeira resposta, Freud a encontrou na seqüência libidinal: *“A significância está determinada pela prevalência libidinal do momento da vida em causa”* (p.181). Mas, ele aponta, a partir de Lacan, que não se trata de uma sucessão linear, já que o que intervém aí é a demanda do Outro. Em outras palavras, se a demanda materna investe na pulsão oral, por exemplo, serão os significantes em torno do objeto oral que permitirão à criança encontrar um sentido para si. O que dá possibilidade de produção de sentido, neste primeiro tempo, é a identificação com o objeto da pulsão, que não obedece a uma ordem de necessidade, biológica, mas à demanda do Outro. Uma segunda resposta surge com a formulação freudiana da segunda teoria do trauma, que institui como referência básica para a significância a fantasia inconsciente: *“o trauma muda de posição da primeira para a segunda teoria, onde o fundamental na sua elaboração não consiste em tratar dos restos reais, mas do resíduo significante que Freud denomina fantasia inconsciente”* (p. 187). A terceira resposta freudiana estaria, segundo este autor, ancorada no princípio da repetição como o que leva o sujeito, pela impossibilidade de tudo recobrir com a palavra, a encontrar uma significância para si: *“esta terceira formulação obriga a um ordenamento da temporalidade que toma como pivô este sentido atribuído, que é o que vulgarmente se enuncia como **sentido da vida**. Nos dois sentidos, de significação e de direção”* (p. 189).

É o que encontramos em Lacan (1953-1954), quando ele comenta a afirmação de Freud de que o inconsciente se encontra fora do tempo no Seminário 1, nestes

termos: “*É e não é verdade*”(…) “*porque é o tempo de si mesmo, o tempo puro da coisa, e pode como tal reproduzir a coisa numa certa modulação de que qualquer coisa pode ser o suporte material. Não se trata de outra coisa no automatismo de repetição*” (p. 276). A partir daí, ele vai conceber uma maneira original de considerar este outro tempo, cujo modelo ele aproxima justamente do registro da linguagem: seria antes num processo retroativo (encontra aí o **Nachträglich** freudiano) que o efeito de significação surgiria, seria um processo **lógico**.

Em seu texto *O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada*, de 1945, Lacan vai propor, articulado à lógica, um tempo que obedece a uma estrutura, dependente de três tempos de possibilidade: o **instante do olhar**, o **tempo para compreender** e o **momento de concluir**. Estas instâncias do tempo dariam a gênese do movimento lógico: cada uma delas se realiza na passagem à seguinte, até que a última as absorve e precipita o sujeito numa **asserção sobre si**, que é sempre antecipada: “*é na urgência do movimento lógico que o sujeito precipita simultaneamente seu juízo e sua saída*” (p. 206).

Este movimento, diz Lacan, “*ninguém o atinge senão pelos outros*” (p.84). Nesta conclusão, destacava o valor que têm os momentos de parada, instaurando um tempo de suspensão, que acaba precipitando o sujeito a encontrar uma saída: “*o sujeito, em sua asserção, atinge uma verdade que será submetida à prova da dúvida, mas que ele não poderia verificar se não a atingisse, primeiramente, na certeza. A tensão temporal culmina aí*” (p. 206-207).

O que permite a Lacan este desenvolvimento teórico é justamente o apólogo dos três prisioneiros, um sofisma que traz uma situação coletiva a respeito da qual só há saída para aquele que, a partir do que vê, reflete e conclui dos outros, pode tirar rapidamente uma conclusão sobre si e anunciá-la (antes de perdê-la), para libertar-se da prisão.

Lacan aponta que “*o juízo que conclui o sofisma só pode ser portado pelo sujeito que formou a asserção sobre si*” (p. 207), pois, ao contrário dos dois primeiros momentos - quando aparece o sujeito impessoal do *instante de ver* (“sabe-se que...”); e o sujeito indefinido recíproco, transitivo, do *tempo para compreender*, onde um só se reconhece no outro -, no *momento de concluir*, “*o (Eu), sujeito da asserção conclusiva, isola-se por uma cadência de tempo lógico do outro, isto é, da*

relação de reciprocidade. Esse movimento de gênese lógica do Eu (Je) por uma decantação de seu tempo lógico próprio é bem paralelo a seu nascimento psicológico” (p. 208).

Destaquemos, pois, o que Lacan nos indica:

- 1) Estas operações lógicas constituem os tempos através dos quais, nos hiatos aí produzidos entre um e outro, um sujeito emerge.
- 2) Estas operações se dão em referência aos outros (semelhantes, imaginários), ao Outro (da linguagem, das leis, da cultura, referência simbólica), e ao real das escansões.
- 3) Surge deste processo, como bem o apontou Lacan, uma nova dimensão temporal: a **pressa**, que leva o sujeito a se antecipar, simbolicamente, e só-depois confirmar a resposta que encontrou.

Isto posto, podemos agora, a partir deste arcabouço teórico, abordar a questão do desenvolvimento.

2.4. O tempo “infantil” e a noção de estrutura em psicanálise face à noção de “desenvolvimento”

A função da antecipação é a consequência de sermos habitantes da linguagem e transitarmos pelo simbólico, o que nos permite jogar com as noções de passado, presente e futuro, a qualquer momento, no campo da representação.

Assim, como vimos, estamos sempre lidando com os dois eixos temporais: o sincrônico, estrutural; e o diacrônico, evolutivo.

Evidentemente, isto adquire particular relevo quando nos referimos à criança.

Significante nada psicanalítico, “criança” remete imediatamente à diacronia de um “desenvolvimento” que envolve um corpo real submetido a uma gênese

anatômica, fisiológica, neuronal, etc., como todo ser vivo. Portanto, estamos distantes de qualquer categoria psicanalítica, exceção feita ao registro do Real, proposto por Lacan, onde se poderia situar este corpo real, se pudéssemos isolá-lo simplesmente. O fato é que não podemos. Há uma intrínseca relação entre o que caracteriza biologicamente o homem e seu lugar de falasser: é a partir da linguagem que o desenvolvimento se organiza.

Lydia Coriat e Alfredo Jerusalinsky (1983), em seu estudo sobre *Desenvolvimento e maturação*, enfatizam que *“na constituição do sujeito psíquico são determinantes os processos fantasmáticos, sem que por isso deixem de ter importância os aspectos instrumentais do sujeito (incluídos dentro das funções do eu) que, no entanto, encontram-se determinados desde esta posição”* (p. 69).

No que concerne ao desenvolvimento neurofisiológico, Jerusalinsky e Foster (1988) destacam cinco engramas fundamentais para o desenvolvimento da criança, todos eles dependentes de uma relação com um outro humano em posição de desejante e especialmente concernido pelo bebê: os reflexos arcaicos, que evoluirão para esquemas de ação e depois para coordenações mais complexas e que dependem de uma retroalimentação entre demanda da mãe e resposta do bebê; o tônus muscular, que inaugura o diálogo tônico: intercâmbio afetivo entre mãe e bebê com suas conseqüências; os sistemas posturais correspondentes às diversas etapas de maturação, a partir das quais a mãe atua e responde; a gestualidade reflexa, que vai sendo interpretada e adquirindo valor de comunicação; e finalmente os ritmos biológicos, que introduzem as alternâncias presença/ausência. Os autores ressaltam: *“A estimulação que a criança recebe, se é na medida e qualidade adequadas, favorece sua maturação. Isto se revela não apenas psiquicamente, mas também nos terrenos químicos e anatômicos; a influência do ambiente é absorvida como um componente estrutural dos neurônios do cérebro em desenvolvimento”* (p. 170).

Nestas colocações estão em jogo a possibilidade de surgimento de um sujeito, que está se constituindo neste processo, ao mesmo tempo em que um corpo cresce, amadurece. É importante ressaltar o que Jerusalinsky (1988) bem pontuou: *“o que se desenvolve são as funções e não o sujeito”* (p. 21); e ainda: *“o maturativo se mantém simplesmente como limite, mas não como causa”* (p. 28). Do que se depreende a dominância das questões simbólicas, de estrutura, sobre o que diz

respeito ao corpo em desenvolvimento, embora este, retroativamente, ao se consistir enquanto imagem de unidade dê paulatinamente um suporte narcísico, egóico, imaginário, à estrutura em sua abstração.

Como diz Esteban Levin (1995): “*não há desenvolvimento possível sem uma estrutura que o origine e o sustente*” (p. 18). Este é o aspecto simbólico, que move o processo. Encontramos o ordenamento da linguagem - desde que personalizado através de um adulto desejante - como a “coluna vertebral” que move, organiza, interfere e configura as linhas gerais do desenvolvimento.

O que caracteriza o bebê humano, destinado a ser sujeito de linguagem, é uma carência de instintos que o exclui do funcionamento à base do automatismo tipicamente animal. Nesta hiância, dá-se a abertura para o significante: as marcas de linguagem vão ser os ordenadores de suas funções anatômicas, musculares ou fisiológicas. Ao entrar desde logo no circuito pulsional, o ritmo de seu desenvolvimento vai ser regulado pelo desejo do Outro.

Steban Levin propõe uma distinção, que poderíamos qualificar de didática, entre a estrutura - governada pelo Simbólico e ordenadora do processo; e o desenvolvimento, que concerne ao Imaginário (p. 28). Assim, do ponto de vista simbólico, teríamos o sujeito atemporal; do ponto de vista imaginário, teríamos a criança, que se desenvolve. Em determinados momentos, que ele denomina *pontos de encontro* (apoiado na noção de *tyché* de Aristóteles, recuperada por Lacan), estrutura e desenvolvimento se tocam (p. 20). Ele relaciona estes momentos com a castração.

Já Jean-Jacques Rassial (1997 a) tem uma proposta para este debate: pensar a psicogênese do Outro, em lugar e posição de uma psicogênese do eu {*moi*} (p.28), ou seja, mais importante do que prosseguir no clássico debate entre os desenvolvimentistas e os estruturalistas, caberia prestar mais atenção ao modo como a criança vai constituindo e gradativamente modificando a posição do Outro para ela.

Elsa Coriat (1999) destaca: “*As investigações sobre a plasticidade cerebral nos dão a indicação de que o Outro, ao incidir sobre o sistema nervoso central, e especialmente nos primeiros tempos, ‘desenha o cérebro’ , é condição para a conclusão das estruturas nervosas que chegam prematuras à luz do dia*” (p. 24).

Ao trabalhar a Carta 52, de Freud a Fliess, Elsa Coriat destaca a noção de desenvolvimento, na seguinte afirmação de Freud: “*as sucessivas transcrições representam a obra psíquica de sucessivas épocas da vida*”. Compara o esquema posterior do pente² com esta afirmação e conclui: “*é que o inconsciente não é dado de entrada, nem tampouco aparece de um dia para o outro instalando-se do nada. Precedendo-o, se faz necessária a inscrição, no bebê, de toda uma série prévia de traços mnêmicos*” (p. 15).

Na inscrição de um traço mnêmico, Elsa Coriat enfatiza a necessidade de dois elementos, igualmente considerados por Freud: o orgânico por um lado e o significativo por outro. Não há inscrição sem estes dois elementos. Se o sujeito é afetado pelo significativo, ainda é preciso que haja um sistema nervoso, uma base orgânica, para que este significativo que o afeta fique registrado. E no que se refere ao orgânico, o tempo do desenvolvimento conta, pois há uma dependência de fatores neurofisiológicos, maturacionais.

Enquanto se trata destas inscrições fundamentais, não há como negar a interdependência entre os fatores orgânicos e de linguagem.

Como poderíamos, então, dar conta teoricamente deste processo complexo, sem radicalizar nem para o lado dos adeptos de uma teoria desenvolvimentista nem para o lado de uma teoria estrutural?

Para Lydia Coriat e Alfredo Jerusalinsky (1983), “*o desenvolvimento é um processo no qual o sujeito, que vai se constituindo, vai utilizando em cada instante o corpo que enerva, para realizar seu desejo*” (p. 70).

Angela Vorcaro (1997) propõe definir o significativo criança: “*como a contingência da inscrição do que se reproduz ao longo das gerações, num trajeto em que o ser realiza a torção que o faz sujeito, capaz de transmitir uma herança simbólica que, como Lacan aponta, enreda desejo e nomeação*” (p. 140).

Elsa Coriat (1999), por exemplo, propõe que “*todo desenvolvimento infantil implica em ir recorrendo a uma série de pontos-chave que necessariamente vão se*

² Nome pelo qual é designado este esquema gráfico proposto por Freud, no qual figuram os dois pólos, o perceptivo à esquerda e o da consciência à direita e entre os dois aparecem os diversos traços mnêmicos, lembrando realmente um pente.

sucedendo um ao outro, como uma certa ordem, cada um a seu tempo. Para que cada passo seja dado é condição necessária que haja sido efetuado o anterior, ainda que nenhum seja condição suficiente para garantir o que virá a seguir” (p. 17).

Se tanto Freud quanto Lacan situam a psicanálise neste campo da palavra, a posição do sujeito na fala e na linguagem não pode deixar de ser considerada. A posição não é a mesma quando se trata do **infans**, vivendo as operações de alienação e separação, onde se trata de recortar a mãe como objeto, tornando possível o direcionamento da demanda, passagem da letra ao significante; ou quando se trata de um pequeno sujeito já dando conta disto no estágio do espelho, podendo articular objeto e significante; ou quando já se situou no tempo do Fort!Da!, início da apropriação dos significantes e elaboração da separação pela identificação ao objeto; ou quando está atravessando o Édipo, a partir das estruturas de linguagem e das funções cognitivas que desenvolveu; ou quando está no tempo de latência, tentando compreender o que até ali se inscreveu para dar conta das injunções sociais quanto a sua identificação; ou, ainda, se já entrou na adolescência e está produzindo conclusões que resultem num ato de decisão estrutural.

Estamos sempre no entrecruzamento de uma maturação que é movida por uma lógica de linguagem e marca o acontecimento biológico, ao mesmo tempo que é dependente dele. Os tempos lógico e cronológico se conjugam ou, como no caso das patologias, se “curtocircuitam”.

Freud disse, como vimos: *“O inconsciente é o infantil”*.

Pensamos que o conceito de **infantil**, na obra freudiana, refere-se a este tempo entre o Recalque Originário e o Recalque Propriamente dito do Édipo: recobre a inscrição dos significantes primordiais, a constituição do fantasma fundamental e o encontro com um mito - o de Édipo, constituindo o inconsciente como sede do sujeito.

Assim, o conceito de **infantil** recobre o que seria Neurose Infantil para Freud e o que Lacan define como a Estrutura. Cabe enfatizar aqui dois movimentos: um deles, partindo dos agentes do Outro em direção à criança, marcando-a com os

significantes que lhe indicam um lugar no seu desejo; e o outro, partindo desta vez da criança, que faz uma leitura deste desejo e responde justamente com uma construção - singular - que vem a ser sua neurose infantil. Temos aí a gênese da responsabilidade subjetiva.

Gérard Pommier (1999) explicita este ponto, ao enunciar uma distinção entre o lugar da criança, na fantasia dos pais, sua referência ao infantil e as teorias que ela própria monta, enquanto teorias sexuais infantis: *“a criança representa para seus pais, como também para ela mesma, uma aposta narcísica, e é no seu fracasso que ela inventa a ‘teoria infantil’ que impede identificar o infantil e a criança”* (p. 28).

Além disso, entre o **Infantil** e a o movimento de apropriação, definição, por parte do sujeito, da estrutura, situa-se a adolescência, entendida não somente como etapa do desenvolvimento, mas como operação psíquica, como define Jean-Jacques Rassiál (1999), ao se referir à temporalidade adolescente: *“Este tempo é então ordenado por um momento lógico necessário de apropriação do sintoma enquanto sintoma sexual, e é a efetivação desta apropriação que marcará, de certo modo, o fim da adolescência, enquanto período de funcionamento psíquico”* (p. 211).

Poderíamos então propor uma definição de desenvolvimento compatível com uma abordagem psicanalítica freudo-lacaniana: seria o atravessamento das diferentes interseções de tempos lógicos com estados cronológicos, que permitem o processo simbólico de inscrição e de passagem de um sujeito do tempo infantil ao tempo de apropriação da estrutura, passando pelos diferentes estatutos imaginários que configuram sua posição em relação ao desejo: criança, adolescente, adulto, até o envelhecimento.

Vejamos o que o corpo teórico da psicanálise tem a dizer quanto a este processo simbólico.

3. A ESTRUTURA E OS ELEMENTOS QUE A DEFINEM

*“Não importa que a tenham demolido
A gente continua morando
na velha casa em que nasceu”.*

Mário Quintana.

Enquanto habitantes da linguagem, nossa morada é o campo das palavras - é a *diz-mansão* de que fala Lacan (1972) : a dimensão do sujeito é o significante.

Mais além de uma desconstrução e da passagem dos anos, cada sujeito habita esta “velha casa”, mobiliada pelos significantes primordiais, pela neurose infantil e pelo fantasma fundamental - lugares de produção do sujeito, onde ele reaparece a cada vez, na repetição de um traço unário que lhe permite se reconhecer.

Para poder avançar neste tema, propomos um passeio teórico pelos diversos conceitos cunhados por Freud e por Lacan, para acompanhar este processo que vai do nascimento (ou até mesmo antes), até o momento em que se pode falar de uma “escolha de sintoma”, isto é, uma definição de estrutura. Será que podemos pensar numa ordenação deste tipo? Ou será que a definição já estaria colocada desde o início? São questões importantes para retomar após este passeio, mas que podem nos servir de guia neste percurso.

Resgataremos, pois, o que Freud e Lacan e outros psicanalistas puderam desenvolver sobre a inscrição primordial, a identificação, o traço unário, a alienação e a separação, a letra, o Édipo, a função do pai, do Nome-do-Pai e da metáfora paterna, bem como sua falha enquanto forclusão que implica a psicose.

Optamos por seguir um caminho linear, tanto na obra de Freud quanto na de Lacan, para acompanhar a trilha percorrida por estes autores da gestação ao

aprimoramento dos conceitos, introduzindo alguns outros autores contemporâneos que puderam contribuir originalmente no entendimento atual destes conceitos.

3. 1. Sobre a inscrição primordial

Em Freud

Em 1895 Freud escreveu um trabalho que não publicou, o *Projeto para uma psicologia científica*, onde, a partir do esquema do arco reflexo, propõe um modelo de funcionamento para o sistema nervoso primário, cuja função primeira seria a descarga da tensão, a fim de manter a homeostase do aparelho. Segundo Freud, este “*princípio de inércia*” seria rompido pelo funcionamento do organismo, em função da sobrevivência e da sexualidade, das quais não teria como se esquivar.

É neste texto que encontramos uma descrição do que seria depois “descoberto” como as **sinapses**: “*a estrutura dos neurônios torna provável a localização de todas as resistências nos contatos entre os neurônios, que deste modo funcionariam como barreiras*”.

Freud descreve dois sistemas de registro que têm um funcionamento paradoxal: a memória, como uma capacidade de modificação permanente do tecido nervoso; e a percepção, que permite ao tecido voltar ao seu estado primitivo de receptividade. Freud resolve o paradoxo formulando a incompatibilidade entre as funções da percepção e da memória e propondo uma distinção entre as células perceptivas e as células mnêmicas.

Logo depois, propõe a noção de **Bahnung** (que Lacan propõe traduzir por trilhamento e não por facilitação, como na tradução oficial), que representaria a memória e dependeria da magnitude e da frequência de repetição da impressão. Em seguida, conclui que “*o trilhamento não pode basear-se em uma catexia que permaneça retida, pois isso não produziria as diferenças de trilhamento nas barreiras de contato de um mesmo neurônio*” - o paradoxo voltando a se apresentar.

Freud então se dá conta de que até então não tinha entrado em ação a consciência e começa a se perguntar sobre esta questão. Se o processo psíquico neuronal implica em processos inconscientes, que são desprovidos de qualidade - pois só ocorrem na reprodução ou recordação das impressões (são pura repetição) - o

que permite ter acesso às qualidades é a consciência, que ele vai propor, então, como o terceiro sistema de neurônios, ao lado dos sistemas da percepção e da memória. Mas como se daria isto? Uma primeira resposta é apresentada, enigmática: “*é uma característica de índole temporal*”, apareceria só-depois. No mais, a questão da consciência fica em aberto .

Em outra seção do artigo, Freud discute a “*experiência de satisfação*”: o filhote humano, diante da necessidade que se reflete em desequilíbrio homeostático, produz uma descarga motora - emoções, grito - que tem como consequência uma intervenção do mundo externo. “*Essa via de descarga adquire, assim, a importantíssima função secundária da comunicação, e o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais*” , diz Freud (p. 421). Esta experiência tem como consequências: a eliminação do desprazer, a catexização que corresponde à percepção de um objeto e o estabelecimento de um trilhamento entre estas catexias e os neurônios nucleares. Quando a experiência for se repetir, as lembranças vão ser reativadas, é onde Freud vai propor o estado de “*urgência ou de desejo*” como o propulsor de um movimento que pode ter como corolário a decepção, se esta ativação do desejo produzir tão somente uma alucinação. Percebe-se aí como se trata de um circuito que, uma vez inaugurado, passa a ter um funcionamento preferencial no registro *psíquico*.

Freud, então, passa a examinar o que ocorre com a percepção e o registro da dor, que vai determinar, ao contrário, um objeto desta vez hostil. Enquanto o estado de desejo produz uma atração pela imagem mnêmica do objeto, no caso da experiência da dor há uma aversão à imagem mnêmica hostil. Freud conclui: “*Eis aqui a atração de desejo primária e a defesa (repúdio) primária*” (p.427). É quando, então, ele vai fazer a hipótese de um ego primitivo - o *Ich* , como uma organização que “*dificulta passagens (de quantidade) que na primeira vez se realizaram de determinada maneira*” (p. 428).

É a ocasião para descrever os dois processos necessários para este *Ich* poder distinguir entre a percepção e a idéia, defendendo-se assim de um desprazer imenso (com a decepção). Trata-se de uma distinção topológica: Os *processos primários*, que contemplariam a *catexia de desejo levada ao ponto de alucinação e a completa produção do desprazer*; e os *processos secundários*, cuja preocupação é “*a*

utilização correta das indicações da realidade". Para isto, Freud introduz a questão do juízo, na medida em que aparecem diferenças entre a imagem mnêmica do objeto e sua reaparição. É esta diferença, segundo ele, que funda o pensamento: “ *quando as duas catexias não coincidem, surge o impulso para a atividade do pensamento, que voltará a ser interrompida pela repetição da coincidência*” (p. 434). Ora, o fim desta atividade mental é a busca do objeto perdido: “ *Ele consiste em voltar ao neurônio b desaparecido e em suscitar a sensação de identidade*” (p. 435).

Na carta 52, dirigida a Fliess, Freud (1896) propõe um modelo de aparelho psíquico, partindo de um modelo organicista, onde se indaga sobre os diferentes registros que compõem esta maquete do funcionamento mental: os sistemas percepção (W), registro da percepção (Wz), inconsciência (Ub) e pré-consciência (Vb). Estes registros estariam, segundo Freud, “*separados de acordo com os neurônios que são seus veículos*”. Haveria, então, um ponto inicial, que poderíamos considerar ponto zero, que equivaleria a uma percepção que se liga à consciência, mas que não deixaria nenhum registro. Em seguida, um primeiro registro que seria o da indicação das percepções, que não chega à consciência e cuja disposição se dá por “*associações por simultaneidade*” . Um segundo registro, inconsciente, abrigaria o que Freud denominou de “*lembranças conceituais*” , seguindo uma disposição de acordo com relações causais, hipotetiza Freud. Por fim, um terceiro registro, da pré-consciência, que corresponderia ao nosso eu, ligado a “*representações verbais*”, que tornar-se-iam conscientes de acordo com determinadas regras. Freud imagina que esta “*consciência de pensamento*” seria secundária, subsequente no tempo. Mas lembremos que ele mesmo propôs a consciência como estando lá desde o início, desde o ponto zero. O que se produz no só-depois é a relação entre consciência e registro, através das experiências verbais.

Entre os diferentes registros, haveria uma fronteira a ser transposta, o que exigiria um trabalho de “*tradução*”, para passar de um registro ao subsequente. Há uma primeira formulação aí do mecanismo do Recalque, como uma “*falha de tradução*” produzida pela possibilidade do desprazer: “*a defesa patológica somente ocorre contra um traço de memória de uma fase anterior, que ainda não foi traduzido*” (p. 319). Baseado em suas experiências clínicas com as histéricas, Freud

lança então a tese de que este recalque seria determinado pela “*natureza sexual do evento e a sua ocorrência numa fase anterior*” (p.320) - seria o trauma, enfim.

No capítulo VII de *A interpretação dos sonhos* (1900), todas as idéias precedentes ganham uma nova organização e são finalmente publicadas. Freud torna públicas suas hipóteses sobre o funcionamento do aparelho mental, só que agora sem a preocupação com a localização orgânica. Trata-se, como ele mesmo o diz, de *localização psíquica*. Ele propõe aí o esquema do pente, com o modelo do aparelho reflexo, onde a atividade inicia-se com estímulos e termina em inervações. Entre as extremidades sensorial e motora, inserem-se os traços de memória. O conceito de trilhamento é mantido: “*uma mesma e única excitação, transmitida pelos elementos perceptivos, deixa uma variedade de registros permanentes diferentes*” (p. 575); bem como a relação paradoxal entre consciência e memória, agora apresentadas como incompatíveis: “*mutuamente exclusivas*” (p. 576), o que resulta na conclusão seguinte: “*as impressões que causaram o maior efeito em nós - as de nossa primeira infância - são precisamente aquelas que dificilmente se tornam conscientes*”. Este texto apresenta uma descrição detalhada da experiência de satisfação, tal como a pensou no *Projeto*, ressaltando que o desejo primitivamente culmina em alucinação, já que seu objetivo é a identidade perceptiva. Freud realça o lugar do desejo para o homem, como o único fator capaz de fazer funcionar o nosso aparelho mental (p.604). Confirma sua idéia de que o pensamento é um substituto de um desejo alucinatório” (p.604) e conclui propondo “*o inconsciente é a verdadeira realidade psíquica*” (p. 651). Entretanto, continua se indagando como é possível saber se as coisas são reais ou alucinadas.

Em *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*, Freud (1911 a) apresenta a resposta a esta interrogação, distinguindo o *princípio do prazer*, atividade psíquica que visa o afastamento do desprazer (p. 278) e o *princípio de realidade*, cuja necessidade é descrita em função das sucessivas decepções com o resultado alucinatório da experiência psíquica: “*o aparelho psíquico teve de decidir formar uma concepção das circunstâncias reais no mundo externo e*

empenhar-se por efetuar nelas uma alteração real (...) Este estabelecimento do princípio de realidade provou ser um passo momentoso” (p. 279).

Nesse momento de consideração do mundo exterior, passa então a haver lugar para a *consciência*, ligado à : “*significação dos órgãos sensoriais*”(p. 280). E o recalque, cuja função até então era “*excluir da catexia idéias emergentes*”, adquire agora a dimensão de julgamento imparcial, para decidir sobre a verdade ou falsidade de cada idéia, através de uma comparação com os traços de memória da realidade (p.280). A descarga motora, empregada para alterar apropriadamente a realidade, transforma-se em ação, e sua coibição foi realizada pelo pensamento, capaz agora de suportar certa tensão e adiar a descarga (p. 281). Freud conclui dizendo que provavelmente o pensar, na origem, fosse inconsciente, passando das representações ideativas às relações entre impressões de objetos, só podendo tornar-se consciente a partir de sua ligação com resíduos verbais (p.281). Desta atividade, fica como resto apenas o *fantasiar*, “*atividade que foi liberada do teste de realidade e permaneceu subordinada somente ao princípio de prazer*” (p. 282).

Em 1915, no artigo *O Inconsciente*, Freud retoma outra idéia do *Projeto*: a divisão entre representações (*Vorstellung*) de palavras e representação de objetos, o que lhe permite sistematizar suas descobertas até o momento e localizá-las topologicamente (p. 229). Ele especifica que “*a representação consciente abrange a representação da coisa mais a representação da palavra que pertence a ela, ao passo que a representação inconsciente é a representação da coisa apenas*” (p. 230). Assim, no sistema inconsciente estariam as primeiras catexias objetais que, quando ligadas com as palavras correspondentes, no sistema pré-consciente, permitiriam uma organização psíquica mais elevada. Notemos que Freud fala em *sucessão* do processo primário pelo secundário; e ressaltamos a importância por ele atribuída às palavras para a definição da consciência como uma organização.

Em 1920, em *Além do princípio do prazer*, Freud vai adiante e apresenta um sistema percepção-consciência com uma função de borda: “*Ele deve ficar na linha fronteira entre o exterior e o interior, tem de achar-se voltado para o mundo externo e tem de envolver os outros sistemas psíquicos*” (p. 39). Voltando a apontar a contradição entre consciência e memória, Freud propõe o trilhamento como o traço

que permanece da diminuição da barreira de resistência, no deslocamento dos elementos. Marca, contudo, a prevalência das excitações internas sobre os estímulos externos (p. 44). Freud apresenta duas conseqüências disto: a predominância dos sentimentos de prazer/desprazer sobre os estímulos; e a *projeção*, que seria uma maneira de tratar os estímulos desprazerosos como se eles viessem de fora, para se defender deles como se fossem estímulos externos. Neste contexto, o *trauma* seria constituído por “*excitações de fora suficientemente poderosas para atravessar o ‘escudo protetor’*” (p. 45), ou seja, aquilo que é capaz de romper com a barreira aos estímulos.

Mais adiante, Freud descreve uma brincadeira inventada por seu netinho de um ano e meio e que lhe fornece material para perguntar-se sobre o automatismo de repetição. A brincadeira - conhecida a partir de então como Fort!Da!, consistia em lançar longe um carretel preso a um fio, enquanto enunciava o fonema “ó-ó-ó” (que representava a palavra *fort*, “ir embora”, em alemão); para em seguida recuperá-lo, saudando-o com o fonema “da” (que representava a palavra “ali”). Uma questão começa a intrigar Freud, na época, formulada nos seguintes termos: “*A criança não pode ter sentido a partida da mãe como algo agradável ou mesmo indiferente. Como, então, a repetição dessa experiência aflitiva, enquanto jogo, harmonizava-se com o princípio do prazer?*” (p. 27). Assim, o brincar se desenvolve em torno da presença/ausência do objeto e do próprio bebê, dando lugar ao aparecimento dos fonemas, em sua posição de substituir e inscrever simbolicamente o que está ausente. Freud descobre o papel da experiência simbólica, da linguagem, e passa da dialética imaginária prazer/desprazer para um novo conceito: de repetição, base do registro Simbólico.

Em *A Denegação* (1925 a)³ Freud serve-se deste tipo de negação como uma nova maneira - *intelectual* - de reconhecimento dos traços, apontando uma disjunção entre a função intelectual e o processo afetivo. Ele descobre na denegação um modo de uma imagem ou idéia recalcada abrir caminho até a consciência, com a condição de ser negada (p. 295-296). Neste jogo, o recalque continua ativo, embora haja uma aceitação intelectual do recalcado. Ele conclui: “*o reconhecimento do inconsciente*

³ Traduzido na Edição Standard Brasileira por *A Negativa*.

por parte do eu se exprime numa fórmula negativa” (p. 300). Freud recorre à função de julgamento, para se referir às duas espécies de decisão que estariam em jogo:

- 1) A *Atribuição (Bejahung)*, onde se afirma ou desafirma a posse, em uma coisa, de um atributo particular; e a
- 2) *Existência*, que assevera ou discute que uma representação tenha uma existência na realidade (p. 297).

A atribuição julga se determinada coisa está dentro ou fora de mim, segundo o princípio do prazer, que inclui o que é bom e exclui o que é mau, no *Ich Lust (eu-prazer)* - processo primário.

A existência julga se algo de que existe uma representação no *Ich* pode ser redescoberto na percepção da realidade - processo secundário.

Há o recurso ao *teste de realidade*, cuja função não é encontrar mas reencontrar um objeto que corresponda ao representado (p. 298).

Freud faz então a seguinte observação: “É evidente que uma pré-condição para o estabelecimento do teste de realidade consiste em que objetos que outrora trouxeram satisfação real, tenham sido perdidos” (p. 299). Nota-se sua ênfase quanto ao fato de que o objeto de que se trata é o objeto perdido.

Finalmente, em *Uma nota sobre o 'bloco mágico'* (1925 b), Freud relata ter encontrado um bom modelo para sua concepção do aparelho perceptual: “temos um sistema pcpt-Cs., que recebe percepções mas não retém traço permanente delas, podendo assim reagir como uma folha em branco a toda nova percepção, ao passo que os traços permanentes das excitações recebidas são preservados em 'sistemas mnêmicos' que jazem por trás do sistema perceptual” (p. 286). O bloco mágico ilustraria o aparelho psíquico, esta estrutura que pode estar sempre receptiva a novos dados, mas que retém traços permanentes.

Jacques Derrida (1967) observa em seu trabalho *Freud et la scène de l'écriture* que Freud parte, no *Projeto*, de um modelo “natural”, para chegar a uma configuração de traços que só podem ser representados pela estrutura e funcionamento de uma escrita, como ocorre no bloco mágico, que considera um modelo de escrita original.

Para ele, este texto sobre o bloco mágico vem justamente responder às questões levantadas por Freud no *Projeto*, pois este aparelho “dá conta, ao mesmo tempo, da permanência da marca e da virgindade da substância de acolhimento, da gravação de sulcos e da nudez sempre intacta da superfície receptiva ou perceptiva, no caso, neurônios” (p. 298).

Derrida destaca o valor do trilhamento, ressaltando que a abertura do caminho supõe uma violência e uma resistência - encontramos aí a noção de *traumatismo*, a ser explorada por Freud.

Para Derrida, a diferença entre os trilhamentos faz a verdadeira origem da memória, que ele assimila ao psiquismo: “a memória é a essência mesma do psiquismo” (p. 299), onde a marca é não o trilhamento em si, mas “a diferença incapturável e invisível entre os trilhamentos”.

Além disso, Derrida vai desenvolver o conceito de apagamento da marca como a condição fundante para o recalçamento em geral: “a síntese originária do recalque originário e do recalque propriamente dito ou secundário” (p. 339).

Em Lacan

Em 1953, na *Resposta ao comentário de Jean Hypollite sobre a Verneinung*, Lacan vai apontar no texto freudiano *A Denegação* como Freud introduziu ali uma diferença de nível, entre o sujeito da *Bejahung* e o sujeito simbólico capaz da negação.

Esta criação do símbolo que Freud apresenta é, segundo Lacan, um momento mítico, muito mais do que genético: “concerne a relação do sujeito com o ser, não com o mundo” (p. 384). Lacan eleva esta afirmação (*Bejahung*) à categoria de inaugural, na medida em que introduz o sujeito na ordem simbólica. Segundo ele, a negação da negação é a única forma de retornar à fala inconsciente, daí o valor do mecanismo da denegação, já apontado por Freud (p.390). A *Bejahung* seria uma *interseção do simbólico e do real* (p.385), na medida em que representa este momento mítico em que algo do real “vem se oferecer à revelação do ser” (p. 389).

Em 1954, no *Seminário II*, Lacan vai trabalhar o *Projeto*, destacando a perplexidade de Freud diante da questão da consciência.

Ressalta a presença do conceito de repetição de Kierkegaard no pensamento freudiano sobre a reminiscência: “ *Na medida em que o que se apresenta a ele só coincide parcialmente com aquilo que já lhe proporcionou satisfação, o sujeito se põe em busca e repete indefinidamente sua procura até reencontrar este objeto (...) só que nunca é o mesmo objeto que o sujeito encontra. Em outras palavras, ele não pára de engendrar objetos substitutos* ” (p. 131-132).

Lacan faz uma crítica a este texto, que considera por outro lado brilhante: o fato de Freud não fazer referência ao **outro** no processo de estruturação do objeto.

Ele utiliza-se do que chama de “ *quatro esquemas de Freud* ”, quais sejam: 1) a primeira psicologia geral, inédita; 2) a interpretação dos sonhos, com uma teoria do aparelho psíquico; 3) a teoria da libido (narcisismo); e 4) Além do princípio do prazer. A partir destes quatro esquemas, Lacan propõe ler estes textos de Freud tendo como fio condutor os paradoxos do conceito de consciência, o que lhe serve de pretexto para articular suas contribuições teóricas: os registros do Real, do Imaginário e do Simbólico. Com estes construtos, torna-se mais fácil entender o pensamento freudiano, no que diz respeito à consciência (ligada à organização especular do eu); à percepção (real, inacessível, ou constituída numa realidade imaginária, aos moldes do corpo); e à memória (questão de linguagem, simbólica).

Lacan observa, no pensamento freudiano, uma evolução que vai do plano energético, econômico (homeostase) para um plano lógico: “ *Se, com efeito, o sistema nervoso efetua uma filtragem, trata-se de uma filtragem organizada, progressiva, comportando trilhagens* ” (p. 140).

Lacan introduz a questão da imagem e vai aos poucos distinguindo o eu (*moi*) como uma organização produzida pela assunção da imagem do semelhante - sede da consciência e base para ler o mundo. O homem partiria de um aparelho de registro que refletiria neutralmente o mundo, para chegar a uma consciência disto - através da função imaginária do eu, isto é, através do ponto de vista do outro. Lacan resolve o paradoxo da consciência ao torná-la tributária da organização egóica (p.146).

Por outro lado, este eu é atravessado por um sujeito, produzido desde um outro lugar, ex-cêntrico, desde onde é falado.

Lacan mostra como Freud vai sendo levado a reconhecer este ponto exterior, excêntrico. Ressalta como a percepção propriamente dita é totalmente inconsciente, como a parte motora dos órgãos perceptivos é inconsciente e ilustra: “*para ver precisamos justamente não estar conscientes do processo da visão propriamente dito*” (p. 150). É o que vai compor o registro do Real, justamente: o que do corpo fica como resto, nesta operação de simbolização e imaginarização.

Citando o capítulo VII de *A Interpretação dos Sonhos*, Lacan situa uma reviravolta no pensamento freudiano, quando Freud passa de um modelo mecânico a um modelo lógico (p. 154). Referindo-se ao seu esquema ótico, Lacan articula-o à teoria do narcisismo, localizando o sistema percepção-consciência, na recepção do eu no outro, onde a imagem do semelhante funcionaria como referência imaginária (p. 155).

No último esquema - de *Além do Princípio do Prazer* - Lacan aponta como para Freud o sistema todo das significações acha-se fora do homem (p. 155).

Na análise da segunda parte do capítulo VII da *Interpretação dos Sonhos*, sobre a regressão, Lacan junta-se ao Freud de *A Denegação* para afirmar a primeira perda do objeto como constituinte do objeto humano, condição para a humanização propriamente dita. Assim, conclui: “*o que está no inconsciente só pode ser reconstruído, este é o sentido do lugar para onde Freud nos leva*” (p. 175).

Na análise do sonho de Freud denominado “sonho da injeção de Irma”, Lacan salienta que o fenômeno inconsciente se desenrola num plano simbólico, descentrado como tal em relação ao *ego* e envolvendo dois sujeitos: “*Logo que a fala verdadeira emerge, mediadora, ela faz deles dois sujeitos muito distintos daquilo que eram antes da fala*” (p. 204).

Sobre o enigma da percepção/consciência, Lacan é conclusivo, referindo-se à base narcísica do eu - a imagem do corpo próprio - como o princípio de toda unidade percebida nos objetos (p. 211). Afirma que o objeto só pode ser apreendido libidinalmente através da relação narcísica (p. 213).

Quanto ao inconsciente, Lacan propõe a imagem de “*um sujeito acéfalo*”, totalmente descentrado do *ego*, mas portador da fala. Intervém então com a relação simbólica como o que estrutura a própria percepção: através da nomeação, única a dar consistência aos objetos (p. 215).

No Seminário IV, *A relação de objeto* (1956-1957), Lacan explora um outro viés deste objeto perdido, cujo reencontro votado ao insucesso inaugura a entrada do sujeito na linguagem e nos mecanismos de substituição: os diferentes estatutos da falta.

Ao se referir à incorporação, Lacan enfatiza a lógica do só-depois que dá um sentido ao suposto “desenvolvimento” pulsional. Mostra como a experiência do Édipo é condição para uma apreensão e uma significância às denominadas experiências pré-genitais e que ele acha mais justo chamar de pré-edípicas: “*Trata-se de um desenvolvimento crítico, em que desde a origem os objetos, como são chamados, dos diferentes períodos, oral e anal, já são considerados como outra coisa além do que são*” (p. 53).

Lacan ressalta a captura destes objetos pelo significante, supondo que a organização destas experiências se dá a partir da noção de falta do objeto, para a qual propõe três níveis: castração, frustração e privação (p. 54).

Na privação, a falta se situa no real - chamando a atenção para a anterioridade do simbólico na gênese do psiquismo (p. 55). Trata-se de uma falta real de um objeto simbólico, cujo agente produtor é o pai imaginário. Já na castração, há uma falta fundamental que se situa, como dívida, na cadeia simbólica. Na frustração, por sua vez, a falta só se compreende no plano imaginário, como dano imaginário.

A privação está no real porque está fora do sujeito, já que não é ele quem introduz a ordem simbólica. Desta forma, Lacan deixa clara sua posição de situar o simbólico *antes* na gênese do psiquismo, em contraposição às teorias da psicogênese habituais, centradas no imaginário. Lacan enfatiza que não se trata de uma privação experimentada: “*para que o sujeito apreenda a privação, é preciso inicialmente que ele simbolize o real*” (p. 55).

Interrogando-se sobre como é possível simbolizar esta falta real, Lacan propõe o que chama de *dialética da frustração*. Esta frustração é localizada “*na primeira idade da vida*” (p. 62): “*Ela está ligada à investigação dos traumas, fixações, impressões, provenientes de experiências pré-edípicas*” (p. 62). Assim, a frustração envolve as experiências imaginárias, a partir da apreensão do objeto real

como imago, incluindo o desenvolvimento dos diferentes estádios libidinais descritos na literatura psicanalítica: *“temos aqui a anatomia imaginária do desenvolvimento do sujeito”* (p. 63).

Na frustração temos duas vertentes, aponta Lacan: a primeira, do objeto, real, com o qual o sujeito tem inicialmente uma relação direta (posição auto-erótica descrita por Freud, onde não há distinção absoluta entre eu/não-eu); e a segunda vertente, que é a do agente materno, introduzido a partir da relação da falta de objeto. Lacan descreve: *“A mãe é outra coisa que não o objeto primitivo. Ela não surge como tal desde o início, mas, como frisou Freud, a partir destes primeiros jogos, jogos de domínio sobre um objeto perfeitamente indiferente em si mesmo e sem nenhuma espécie de valor biológico”* (p. 67).

O que funda a dialética da frustração é o momento em que a mãe, enquanto agente simbólico (da alternância presença/ausência), não responde ao apelo do sujeito, tornando-se então real, isto é, ligada ao objeto real de satisfação. A mãe transforma-se numa potência: *“é dela que manifestamente depende, para a criança, o acesso aos objetos”* (p. 69).

A posição se inverte: a mãe se torna real e o objeto simbólico. O objeto não é mais o que era, representa algo. É quando Lacan introduz o conceito de **dom**: *“o objeto vale como o testemunho do dom oriundo da potência materna”*. É através do **dom** que se dá o ingresso nesta ordem maior que é simbólica: *“O dom implica todo o ciclo da troca, onde o sujeito se introduz tão primitivamente quanto possam supor. Só existe dom porque existe uma imensa circulação de dons que recobre todo o conjunto intersubjetivo. O dom surge de um mais-além da relação objetal, já que ele supõe atrás de si toda a ordem da troca em que a criança ingressou, e só pode surgir deste mais-além com o caráter que o constitui como propriamente simbólico”* (p. 185).

A dialética compreende esta relação em que a criança espera algo da mãe e recebe algo desta. Cada elemento desta díade representa para o outro algo mais do que é. Como descreve Charles Melman (1991): *“É assim que se organiza o primeiro circuito econômico com o Outro, fundado sobre uma troca de bens, pois em contrapartida ao objeto cedido, a criança recebe entre outras coisas uma nutrição*

certamente boa, uma vez que o resultado da troca é permitir a ela ver-se a si mesma por completo como um objeto suscetível de satisfazer esse Outro” (p. 65)

Mas nem por isto se trata de uma relação harmônica, já que a mãe implicada nestas experiências está, por sua vez, dando continuação a sua história edípica, ou seja: do lado imaginário, à maneira da equação da feminilidade proposta por Freud, recupera o falo perdido; do lado simbólico, revive a relação irreduzível com a falta. Lacan precisa: *“a criança, como real, assume para a mãe a função simbólica de sua necessidade imaginária”* (p. 71).

Trata-se da entrada no mal-entendido da linguagem: enquanto para a criança o objeto passou a dom e ela própria se oferece também como tal (falo), para a mãe é do falo que se trata e é neste lugar que ela recebe a criança. É neste contexto de relação triangular onde, entre mãe e filho está o falo, que se introduz o Complexo de Édipo e a castração. A criança percebe que *“não é ela quem é amada, mas uma certa imagem”* e quando percebe isto, dá-se conta de que *“à mãe falta esse falo, de que ela própria é desejante, não somente de algo além dela própria, porém simplesmente desejante, isto é, afetada em sua potência”* (p. 72).

Assim, a castração implica uma falta ligada à ordem simbólica instituída (p. 61), qual seja, a do Complexo de Édipo. Este, em sua função de mito, vai permitir organizar, dentro de uma novela familiar, esta perda de objeto, articulando-a a uma ação do Pai, pois o objeto que está em causa na castração é o falo imaginário cujo detentor é suposto ser o pai real: *“se a castração merece efetivamente ser isolada por um nome na história do sujeito, ela está sempre ligada à incidência, à intervenção, do pai real”* (p. 226). Trata-se da falta enquanto dívida simbólica, de um objeto imaginário instituído pela cultura para representar a potência, onde o pai real é o agente que personaliza a noção de lei implicada no Édipo.

Lacan sistematiza estas idéias num quadro, referindo o estatuto da falta aos diferentes registros do objeto e aos diferentes agentes que a promovem. Desse modo, na castração temos uma falta simbólica (inscrita no mito) de um objeto imaginário (o falo), promovida pelo pai real (pai enquanto ser humano, parte do meio ambiente). Na frustração trata-se de uma falta imaginária (dom recusado = dano) de um objeto real (o seio), a partir da ação de uma mãe simbólica (potência que dá ou recusa o dom, em suas alternâncias presença/ausência). Finalmente, na privação, trata-se de

uma falta real (o buraco do simbólico, o desamparo originário) de um objeto simbólico (o falo simbólico: a linguagem), aplicada pelo pai imaginário (cujo protótipo é o pai da horda, terrível, fonte de identificação e de idealização, semelhante e rival, personagem das fantasias amedrontadoras).

Nestes três níveis da falta, podemos observar como Lacan trabalha com várias noções de tempo interligadas. Há uma anterioridade lógica - do Simbólico, que instala uma falta no nível da privação. Contudo, há um primeiro tempo de experiência, que situa as primeiras vivências da falta como frustração. E é no só-depois do Édipo, com a experiência de castração, que é possível para o sujeito apropriar-se desta experiência da falta enquanto simbólica, pela significância que é capaz então de dar às perdas até então vividas como frustrações: momento de simbolização do real. Para Freud isto já estava bastante claro, quando afirmava, nos *Três Ensaios*, que a castração ressignificava as perdas anteriores (desmame, fezes, dentes).

Trata-se de um exemplo privilegiado, no interior da obra lacaniana, do entrecruzamento dos tempos lógico e cronológico na constituição do sujeito.

Nos anos seguintes, Lacan trabalha a passagem do objeto ao significante através do resgate do valor simbólico do jogo do Fort!Da! descrito por Freud, alçando-o ao nível de operação psíquica. Para Lacan, trata-se, neste jogo, do paradigma da entrada do sujeito, por sua própria conta desta vez, no mundo das palavras.

Em *Função e campo da fala e da linguagem* (1953 b), Lacan mostra como, através deste jogo, a criança se compromete com o sistema do discurso concreto do ambiente: “o símbolo se manifesta inicialmente como assassinato da coisa, e essa morte constitui no sujeito a eternização de seu desejo” (p. 320).

No *Seminário sobre a carta roubada* (1956), Lacan situa o jogo como um exemplo da “determinação que o animal humano recebe da ordem simbólica” (p. 51).

Em *A direção do tratamento e os princípios de seu poder* (1958 a), ele designa o Fort!Da! como o “ponto de inseminação de uma ordem simbólica que

preexiste ao sujeito infantil e segundo a qual será preciso que ele se estruture” (p. 624).

Já no *Seminário XI* (1964) Lacan aponta a identificação do sujeito a este objeto que aparece e desaparece, onde paradoxalmente vemos o sujeito ao mesmo tempo identificado ao significante e ao objeto, pondo em cena sua divisão, e a perda implicada na queda real que pressupõe o acesso ao simbólico: *“esse carretel (...) é alguma coisinha do sujeito que se destaca embora ainda sendo bem dele, que ele ainda segura”*, diz Lacan. E ainda: *“se é verdade que o significante é a primeira marca do sujeito, como não reconhecer aqui (...) que o objeto ao qual essa oposição se aplica em ato, o carretel, é ali que devemos designar o sujeito”* (p. 63).

Em 1959-1960, no Seminário VII, *A Ética*, Lacan debruça-se novamente sobre o *Projeto* de Freud. Aponta no texto um primeiro paradoxo: o aparelho que Freud descreve, ao invés de satisfazer as necessidades, alucina, isto é, se dirige muito mais ao erro do que ao acerto! Segundo paradoxo: Freud articula o aparelho de percepção com a realidade, mas este aparelho é dominado pelo princípio do prazer. Terceiro paradoxo: o pensamento, que deveria estar do lado do princípio de realidade, é submetido ao inconsciente! Lacan ressalta então uma resposta que já está neste texto precoce de Freud: o lugar das palavras nesta organização, a necessidade das palavras para conhecer o que é do inconsciente. Segue-se uma descrição do processo, onde o grito sinaliza o objeto hostil à consciência e onde Lacan aponta o papel da fala dos outros, para o sujeito, no reconhecimento de seus próprios processos inconscientes (p. 45). Lacan resolve assim os paradoxos instituindo três ordens: substância (o sujeito), processos (pensamento x percepção) e objeto (desconhecido, inconsciente x conhecido, pelas palavras). Haveria um entrecruzamento do pensamento - passando do princípio do prazer para o princípio de realidade; e da percepção - passando do princípio de realidade para o princípio do prazer; onde só pode haver resolução através das palavras. Está pronto o cenário para apontar um dos personagens centrais, citado de passagem por Freud e resgatado por Lacan: o outro. Se o princípio do prazer nada inscreve numa referência biológica, a experiência de satisfação do sujeito depende inteiramente do outro: *“é por intermédio desse Nebenmensch (outro), como sujeito falante, que tudo o que se*

refere aos processos de pensamento pode tomar forma na subjetividade do sujeito” (p. 53).

Lacan trabalha a proposta de Freud sobre as representações de coisa (*sachvorstellung*) do registro inconsciente e de palavra (*wortvorstellung*) do registro pré-consciente. Parece-lhe possível ver aí como Freud já distinguia, apesar da precariedade dos estudos lingüísticos da sua época, a linguagem como **função** (no momento em que se articula, desempenha um papel essencial no pré-consciente) e a **estrutura** da linguagem (segundo a qual os elementos em jogo no inconsciente se ordenam): *“ as coisas do mundo humano são coisas de um universo estruturado em palavras, que a linguagem, que os processos simbólicos dominam, governam tudo”* (p. 60). É do encadeamento entre estes dois papéis da linguagem que surgem as *Bahnungen* - o trilhamento - que Lacan propõe traduzir então por **cadeia significante**. Percebemos que ele se refere aí aos eixos paradigmático e sintagmático da linguagem⁴.

Lacan destaca a função do *signo*, dentro de uma noção de *qualidade*, onde de certa forma haveria uma triagem: *“ o homem lida com peças escolhidas da realidade”* (p. 63), realidade caótica, que apresenta acasos, encontros, com um exterior com o qual a consciência tem que lidar. Ora, a acessibilidade possível, a passagem do princípio do prazer, dos processos de pensamento inconscientes, para o princípio de realidade, para o pré-consciente e para o consciente, implica uma verbalização. Esta é a condição para o acesso à realidade e à consciência. O pensamento só é acessível pela fala articulada, onde os movimentos da fala (sensação, motricidade, retroativamente percebidos), levam o sujeito - de representação em representação - a constituir processos de pensamento que chegam à consciência e permitem uma organização de mundo. Assim, a consciência pode registrar o que ocorre no psiquismo. Lacan aponta como Freud propõe, com o sistema psi, um *Ich* já ambíguo, em grande parte inconsciente: *“Se há inconsciente é justamente o Ich enquanto é aqui inconsciente em função - é regulado por um investimento constante”*(p.66). Ora, a consciência, este sistema que percebe e registra, está em outro lugar. Seria, como Freud o disse, um *“aparelho a inventar”*:

⁴ Segundo a Lingüística, a língua possui dois eixos orientados com propriedades específicas: o *eixo sintagmático*, da fala, da combinação metonímica, que corresponde ao tempo diacrônico; e o *eixo paradigmático*, da linguagem, da seleção metafórica, sincrônico.

“é em outro lugar e numa posição mais isolada, menos situável do que qualquer outro aparelho, que o sistema consciência funciona” (p. 66), diz Lacan.

Há neste seminário uma referência à Carta 52 de Freud a Fliess, onde a percepção aparece primeiramente como uma impressão bruta, primitiva e fora do campo da experiência, longe de aparecer como signo. A elaboração entre esta percepção e a consciência vai se fazer pela função da palavra, entre percepção e consciência interpõe-se a estrutura significante, com o inconsciente (e o princípio do prazer) trazendo os trilhamentos, as inscrições (p. 67). Está preparado o cenário para a entrada, então, da “primeira apreensão da realidade pelo sujeito” (p. 68), que é o encontro com o outro.

Este outro vai ser proposto por Lacan como *Das Ding*: o primeiro exterior, que coagula as funções de estranho e de semelhante, objeto coeso, A Coisa. Este primeiro outro aparece, por um lado, como Coisa, inapreensível; por outro, como *qualidade*, atributo, que entra no sistema psi (pelo *juízo de atribuição*, que aceita ou expulsa) e constitui as representações primitivas básicas para articular prazer e desprazer: “O mundo freudiano comporta que é esse objeto, das Ding enquanto o Outro absoluto do sujeito, que se trata de reencontrar. Reencontramo-lo no máximo como saudade. Não é ele que reencontramos, mas suas coordenadas de prazer”, diz Lacan (p.69). Aí está o primeiro objeto, referência fundamental destinada à perda, a partir da qual todo o sistema põe-se a funcionar. Este objeto alucinado tem um papel crucial, pois, sem algo que o alucine enquanto sistema de referência, nenhum mundo da percepção pode ordenar-se. Para Lacan, o mundo da percepção apresentado por Freud depende dessa alucinação fundamental que funda a atenção (p. 69). Lacan situa aí, nesta *relação de afeto primário*, fora-do-significado, o ponto de partida para a orientação subjetiva, o que Freud chamava de *escolha da neurose*. O psicótico, por sua vez, ficaria na primeira apreensão de Das Ding, sem que a Bejahung seja completada pela Verneinung, condição para incluí-lo já num primeiro deslizamento simbólico.

A realidade muda desta Das Ding, pura Coisa, vai ser substituída pela realidade que comanda, que ordena: o Outro do imperativo que vai se constituir como maiúsculo: “A Coisa só se apresenta para nós na medida em que ela acerta na palavra, como se diz acerta na mosca” (p. 72).

Lacan situa ainda um campo anterior à entrada no sistema psi (campo dos trilhamentos e da representação), o sistema Fi (de excitação) proposto por Freud, onde a reação típica de evitação para manutenção da homeostase é o processo de *elisão*. Vamos ver mais adiante como este mecanismo é proposto por Marie Christine Laznik como o mecanismo em funcionamento no autismo. Assim, no nível da percepção das articulações inconscientes, temos o mecanismo da *elisão*; já no sistema psi, temos o *Recalque*; no nível das representações de palavras temos a *Verneinung* (*Denegação*). Quanto a esta última, Lacan destaca o valor desta forma de “não”, articulando-o ao *ne* discordancial, que na verdade tem efeito afirmativo: “*a partícula ne só aparece a partir do momento em que falo verdadeiramente, e não no momento em que sou falado, se estou no nível do inconsciente*” (p. 83). A denegação aparece, então, como a forma invertida do Recalque, isto é, um *entredito*, uma afirmação de inconsciência.

A relação do pequeno sujeito com este primeiro Outro, não mais Coisa, mas objeto perdido, vai abrir caminho para as possibilidades de identificação. Trabalharemos este conceito a seguir.

3.2. Sobre a identificação

Em Freud

No capítulo VII de *Psicologia de Grupo e Análise do Eu* (1921), Freud descreve a identificação primeiramente como um derivado da fase oral: “*o objeto que prezamos e pelo qual ansiamos é assimilado pela ingestão, sendo dessa maneira aniquilado como tal*” (p. 133). Trata-se do primeiro tipo de identificação, por incorporação, que seguiria os moldes da destruição do objeto enquanto correlata a sua manutenção interna: “*o primeiro tipo de laço, portanto, já é possível antes que qualquer escolha sexual de objeto seja feita (...) a identificação esforça-se por moldar o próprio eu da pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo*” (p. 134). Descreve-a como um laço anterior à escolha sexual de objeto, que molda o eu segundo o modelo incorporado: processo de formatação imaginária.

A partir do caso Dora, onde um dos sintomas é justamente a tosse do pai, Freud vai descrever outro tipo de identificação, desta vez situada no lugar da escolha de objeto, implicando uma regressão da escolha objetal à identificação. Especifica-a como identificação a um único traço: “ *a identificação constitui a forma mais primitiva e original do laço emocional*” (...) “ *nessas identificações (sintomáticas), o eu às vezes copia a pessoa que não é amada e, outras, a que é (...) em ambos os casos a identificação é parcial e extremamente limitada, tomando apenas um traço emprestado da pessoa que é objeto dela*” (p. 135). Esse único traço **representa** o objeto em seu todo, tem um aspecto simbólico, portanto.

Finalmente, Freud descreve a identificação histórica, onde o que configura a identificação é o **desejo**, desejo de estar no lugar do outro. Diz respeito ao real da condição desejante. Em termos lacanianos, estaríamos no nível da identificação do desejo com o desejo do Outro.

De todos os modos, o que mobiliza, para Freud, o processo de identificação é a perda do objeto: “ *a identificação se faz com um objeto que é renunciado ou perdido*” (p. 137).

No capítulo III de *O Eu e o Isso* (1923 a), Freud novamente trabalha as identificações. Ele marca a indistinção inicial entre investimento do objeto e identificação: “ *a princípio, na fase oral primitiva do indivíduo, a catexia do objeto e a identificação são, sem dúvida, indistinguíveis uma da outra*” (p. 43).

Em seguida, retomando o que trabalhou *Luto e melancolia* (1917), Freud novamente relaciona perda e identificação, articulando-os à incorporação: ao abandono de um objeto sexual se segue uma alteração do eu que descreve como instalação do objeto dentro do eu, semelhante ao que ocorre na melancolia. Ele se questiona sobre a natureza desta operação, concluindo: “*Pode ser que essa identificação seja a única condição em que o isso pode abandonar os seus objetos*” (p. 43). É uma identificação por regressão, portanto, onde o outro é tomado como objeto a partir de sua perda, a identificação toma forma de substituição.

Freud situa este primeiro modelo de identificação como estando na origem do Ideal do Eu: “*por trás dele jaz oculta a primeira e mais importante identificação de um indivíduo, a sua identificação com o pai em sua própria pré-história pessoal*”.

Ele argumenta ainda que se trata “*de uma identificação direta e imediata*”, mais primitiva do que qualquer catexia do objeto, da qual as escolhas objetais edípicas seriam herdeiras e confirmariam esta primeira (p. 46). Esta enigmática primeira identificação ao pai é situada, portanto, como primitiva, primordial e base para as identificações futuras. É interessante notar o que Freud diz em nota de rodapé: “*Talvez fosse mais seguro dizer ‘com os pais’, pois antes de uma criança ter chegado ao conhecimento definitivo da diferença entre os sexos, a falta de um pênis, ela não faz distinção de valor entre o pai e a mãe*”. Podemos pensar aí no Outro da necessidade, o Outro primordial proposto por Lacan, onde realmente Pai e Mãe fazem conjunto, e onde a mãe aparece como portadora da metáfora paterna.

Em seu texto *Organização genital infantil* (1923 b), Freud retoma seu recenseamento da sexualidade infantil apresentado nos *Três ensaios* (1905 a) e prepara o caminho para sua versão definitiva do Complexo de Édipo, apresentada em 1924 em *A dissolução do Complexo de Édipo* e mais adiante (detendo-se no que ocorre com a menina) no texto sobre *A feminilidade* (1930). Freud coloca nesta conclusão a identificação sexuada como dependente desta vivência edípica, onde os lugares de Pai e Mãe que aí se inscrevem vão servir de base às assunções de um lugar sexual, um tipo de sexualidade e um modelo de objeto para a escolha objetal, quando do acesso à “genitalidade” (vida adulta, em outros termos; em contraposição ao “infantil” do tempo de criança).

Em Lacan

Lacan deteve-se primeiramente sobre a identificação em seu aspecto imaginário. Já em 1943, em seu artigo sobre *Os complexos familiares*, ele destacara a função da *imago* na relação do organismo com sua realidade. Em 1949, num texto que foi sua primeira contribuição original à psicanálise, *O estádio do espelho como formador da função do Eu*, ele descreve este momento fundador em que, ao ser reconhecida pela mãe na imagem ao espelho, a criança toma esta imagem como base para seu eu, constituindo-se aí como resultado a instância egóica. Trata-se de um dos raros momentos de seu ensino em que Lacan se dá ao cuidado de situar um

acontecimento psíquico no desenvolvimento: este estágio dar-se-ia entre os seis e os dezoito meses. Ele o propõe como “*uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a este termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem*” (p. 97). Esta imagem de si, capturada do espelho, a partir da confirmação materna, é uma forma primordial, anterior à identificação com o outro e anterior à sua possibilidade linguageira de ser sujeito, precisa Lacan. Ele situa esta imagem como “*o limiar do mundo visível*” e conclui afirmando: “*o eu não está centrado no sistema percepção-consciência organizado pelo princípio da realidade, mas na função de **desconhecimento***” (p. 100). Este conceito vai ser retrabalhado no *Seminário I* (1953-1954), através da experiência do buquê invertido, que Lacan toma do campo da ótica e inspirado nele monta o chamado “esquema ótico” para sustentar o que começava a propor como hipótese: a *tópica do imaginário*. Destaquemos deste conceito seu valor de operação psíquica.

No Seminário VIII, sobre *A transferência*, de 1960/1961, um capítulo refere-se à identificação por *In einziger Zug* (um único traço). Neste capítulo, Lacan retoma suas proposições sobre o estágio do espelho e reapresenta o esquema ótico, desta vez completo (espelho côncavo e espelho plano) e trabalha as relações entre o eu ideal e o ideal do eu. O que lhe faz questão são as origens do ideal do eu: ao mesmo tempo ligadas e distintas das origens do supereu (p. 337).

Ele prossegue, indagando-se sobre a possibilidade de surgimento de um sujeito a partir desta introjeção do objeto primordial, que confina-o a um auto-erotismo e em, seguida a um auto-envolvimento narcísico. Lacan encontra a resposta em Freud, que aponta o pai no complexo de Édipo, como o objeto que será interiorizado e constituirá o supereu (p. 338). Aquilo que é introjetado pode, então, ser projetado sobre um objeto: “*É na medida em que o ideal do eu pode ser reprojetoado sobre um objeto que esse objeto, se chegar a ser favorável a vocês, se os olhar com bons olhos, será para vocês objeto de investimento amoroso da maior importância*” (p. 339).

Mas, no que se refere à ordem orgânica, como pensar em representação? Lacan situa aí o papel do Imaginário, sob o modelo da experiência do espelho, para fornecer ao sujeito a visão de uma imagem em que se reconhece: “*essa imagem já*

se apresenta como uma Urbild ideal, algo de ao mesmo tempo na frente e atrás, algo de sempre, algo que subsiste por si, algo diante do qual ele ressalta suas próprias fissuras, por ser prematuro, e experimenta a si mesmo como ainda insuficientemente coordenado para responder a ela em sua totalidade” (p. 340).

Mais além desta imagem, Lacan enfatiza a necessidade da atuação do registro Simbólico ali, através da função do terceiro, do Outro, que intervém na relação do eu com o pequeno outro, acarretando *“a fecundidade da própria relação narcísica”* (p.342). Este Outro aparece aí como um olhar que aponta para o seu eu ideal e vai funcionar a partir de então como o ponto de referência ideal ao qual o sujeito ficará preso: é desde esta perspectiva que ele se olha.

Lacan refere-se à identificação primeira com o pai (que, como vimos, consiste no primeiro tipo de identificação proposto por Freud, que se dá por incorporação e tem configurações imaginárias) e faz, curiosamente, uma referência explícita ao tempo cronológico (como já o fizera para situar o estágio do espelho): *“Isso se passa no desenvolvimento, não duvido. Não é uma etapa lógica, mas uma etapa do desenvolvimento que se situa antes do engajamento do conflito do Édipo, a ponto de Freud chegar a escrever que é a partir dessa identificação primordial que despontaria o desejo pela mãe e que, em troca, o pai seria então considerado como um rival”* (p. 343). Lacan indaga-se sobre a necessidade desta etapa primordial. Chega à conclusão de que ela se deve ao fato de as outras identificações serem regressivas, isto é, terem que retornar a este tempo primeiro. Além disto, seria uma identificação com um **objeto** que se revelou decepcionante no apelo ao amor.

Referindo-se ao *ein einziger Zug*, o traço único enunciado por Freud como base para identificação regressiva, Lacan distingue este **traço** do conceito de **significante** e aproxima-o do conceito de **signo**, já que para ser significante teria que se relacionar com uma série deles. Define: *“o que é definido por este ein einziger Zug é o caráter pontual da referência original ao Outro na relação narcísica”* (p. 344). Trata-se do eixo simbólico S - A que corta o eixo imaginário a - a' do esquema “L” proposto por Lacan. Este traço único estaria relacionado com o olhar do Outro, no que ele representa um assentimento, um lugar no desejo do Outro assim pontuado. É possível, então, distinguir o ideal do eu, introjeção simbólica; do eu ideal, projeção imaginária: *“A satisfação narcísica que se desenvolve na relação com o eu ideal*

depende da possibilidade de referência a este termo simbólico primordial que pode ser mono-formal, mono-semântico, ein einziger Zug” (p. 344). Sem este terceiro termo, a relação seria mortífera, pura fascinação imaginária.

No final do capítulo, depois de ter trabalhado o objeto parcial, Lacan refere-se ao falo como o objeto por excelência, aquele que dá sentido à série: “*No coração da função pequeno a, permitindo agrupar os diferentes modos de objetos possíveis que intervêm na fantasia, existe o falo. Este é o objeto, como eu disse, que permite situar sua série, o ponto de origem, para frente e para trás*” (p. 366).

No ano seguinte, 1961/1962, Lacan dedica todo um seminário a este tema, *A identificação* (Seminário IX) . Inicia este trabalho com a proposta de ir além das identificações propostas por Freud, as quais situou como imaginárias: “*o que vou tentar articular para vocês são as leis da identificação enquanto identificação de significante*” (p. 24). Centraliza-se, então, em dar lugar ao segundo tipo de identificação proposto por Freud, resgatando o *einzigiger Zug*, o traço único freudiano e transformando-o num importante conceito de sua teoria: “*Nestes elementos de informação significativa, a originalidade que traz o traço, digamos, a serialidade que ele comporta, traço também de descrição, de corte, o que Saussure não articulou melhor senão dizendo que, o que os caracteriza é ser o que os outros não são*” (p.26). Este traço é proposto como a diferença que se instala na repetição, caracterizando uma identidade pela diferença. Contra o Um da totalidade, propõe o um como traço único, daí sua tradução modificar-se para *traço unário*: “*este traço único, este einzigiger Zug (...) poderia substituir todos os elementos do que constitui a cadeia significativa, suportá-la, ele sozinho, pura e simplesmente por ser sempre o mesmo*” (p. 32). O traço é, em suma, a repetição de uma diferença que justifica o surgimento de Um, um significante que se destaca dentre todos os outros: S1, o enxame que dá início à série significante.

Ao trabalhar o sujeito cartesiano entre o ser e o pensar, o pensar e o ser, onde não há garantias sobre o eu, Lacan propõe o significante como paliativo: “*o que encontramos no limite da experiência cartesiana enquanto tal do sujeito evanescente é a necessidade deste garante, do traço de estrutura mais simples, do traço único*”

(p. 32). Ora, é uma garantia essencialmente simbólica, pois “*o que há de comum em todo significante é ser antes de tudo constituído como traço, ter este traço como*

suporte” (p. 33). Neste caso, a unidade seria garantida pela pura diferença, assim formulada: “ *O Um como tal é o Outro. É a partir disto, desta fundamental estrutura do um como diferença que podemos ver aparecer esta origem, donde se vê o significante se constituir*” (p. 46). Mais adiante, Lacan situa o significante como o que apaga a Coisa, isto é, sua função não é de representar a coisa, mas de representar o sujeito para outro significante, concluindo: “ *é do efeito do significante que surge enquanto tal o sujeito*” (p. 50). A única identificação possível é este eclipse do sujeito entre significantes, apagado em sua concretude de ser para tornar-se uma abstração à qual soma-se um sentido, nunca abrangente em sua totalidade.

Lacan utiliza-se de um apólogo: Na ilha desbravada por Robinson Crusoe, há o vestígio de um passo (*trace de pas*) - signo, pois que representa algo para alguém. Mas há o não-passo também, isto é, o apagamento da pegada (*pas de trace*). Robinson está diante desta evidência: “não estou só”: entre a pegada (*pas*) e seu apagamento - seu não (*pas*), situa-se Robinson. Lacan vai dizer: “ *o significante enquanto tal serve para conotar a diferença em estado puro*” (p. 56); “*os significantes não manifestam primeiramente senão a presença da diferença enquanto tal e nada mais. A primeira coisa que ele implica é que a relação do signo à coisa seja apagada*” (p. 58).

Lacan interpreta esta identificação, classificada de “regressiva” por Freud, como referida a um movimento de retorno a um tempo anterior, que comporta uma repetição: “ *o traço que conta (...) é com o que lidamos no automatismo de repetição: um ciclo, comporta um retorno a um ponto, podemos concebê-lo sob o modelo da necessidade, da satisfação*” (p. 69); “ *este ciclo e não outro, equivale a um certo significante, é a este título que o comportamento se repete para fazer ressurgir este significante que ele é enquanto tal, este número que ele funda*” (p. 70). Para ilustrar isto, Lacan recorre à clínica, ao caso do Pequeno Hans em sua relação com o significante *cavalo*, no qual “*trata-se de sua identificação fundamental, da defesa dele mesmo contra esta captura original no mundo da mãe*” (p. 74).

A partir de então, Lacan começa a relacionar o traço unário e o nome próprio: “ *a função do significante enquanto é o ponto de amarração de algo desde onde o sujeito se continua, (...) a função do nome*” (p. 74). Lacan destaca a função de marca do nome próprio: enquanto algo aplicado, superposto ao objeto, muito mais do que o

que lhe dá sentido, já que o nome próprio carrega uma ausência de sentido (78,79). Começa a aparecer um novo elemento conceitual, a *letra*, que será retomado nos últimos seminários de Lacan: “ *só pode haver aí definição do nome próprio, na medida em que percebemos relação da emissão nomeante com algo que, em sua natureza radical, é da ordem da letra*” (p. 81). Assim, o nome vai se destacar não somente pelo som, mas essencialmente por uma *escrita* : “ *o que distingue o nome próprio é que de uma língua a outra isso se conserva em sua estrutura. Sua estrutura sonora sem dúvida, mas esta estrutura sonora se distingue pelo fato de que, justamente, esta, dentre todas as outras, temos que respeitá-la, em razão da afinidade, justamente, do nome próprio com a marca, com a designação direta do significante como objeto*” (p. 85).

Em seguida, Lacan trabalha “*a função da escrita, a função do signo enquanto ele mesmo se lê como um objeto*” (p. 88). Para isto, reporta-se às inscrições primitivas, signos: “*uma das raízes da estrutura onde se constitui a linguagem é este algo que chamamos primeiramente de leitura dos signos, na medida em que eles já aparecem antes de qualquer uso de escrita*” (p. 89). Assim, enquanto o signo (como a pegada) é um representante representativo do objeto, o significante seria um representante não representativo, na medida em que apaga o objeto.

Trata-se da função da negação, neste apagamento: “ *a coalescência mais primitiva do significante com algo que imediatamente coloca a questão do que é a negação, da qual ela está muito perto*” (p. 91). De fato, como pudemos acompanhar, desde o texto *A Denegação* diversas vezes trabalhado por Lacan, o *não* (*ne*) discordancial é o que confirma a existência de algo, é a marca do sujeito do inconsciente, é o significante de sua fissura. Pelo que se depreende que há algo que precisa ser negado desta forma, para que algo se afirme a partir daí (*Bejahung*): é a função do apagamento (*Verneinung*) como tal: “ *o que é que há de mais destruído, de mais apagado do que um objeto? Se é do objeto que o traço surge, é algo do objeto que o traço retém, justamente sua unidade*” (p. 92).

Lacan refere-se então a um tempo mítico de surgimento do significante: “ *há num tempo, historicamente definido, um momento em que algo está ali para ser lido, lido com linguagem, quando não há escrita ainda. E é pela inversão desta relação, de leitura do signo, que pode nascer em seguida a escrita, na medida em que pode*

servir para conotar a fonematização” (p. 93). Ora, o que fica como resto desta inversão histórica é justamente o nome próprio, que é o que “ *está mais especialmente que qualquer outro, ligado ao que, já na linguagem, está pronto para receber esta informação do traço”* (p. 93).

A partir daí, podemos supor um ponto de origem para o inconsciente, irreduzível, mas presente na enunciação de cada sujeito: esta nomeação latente, primeiro núcleo significante do inconsciente (p. 93).

Retornando mais uma vez ao *Projeto*, , Lacan articula este traço com o significante original, fundador, assim como a função da repetição nesta economia, onde o registro da primeira experiência de satisfação funda a busca daquela inauguralmente percebida, do identicamente idêntico e que faltava sempre: “ *a marca única do surgimento original de um significante original”* (p. 98).

Ao situar este furo inaugural do simbólico, no que o faz coincidir com o real, Lacan se volta para a matemática, para tentar formalizar este 1 do traço unário, aquilo sobre o que o sujeito se fia em sua identificação, mas que nada mais é do que uma negatividade, que ele propõe escrever $\sqrt{-1}$ (raiz quadrada de menos um), articulando-o ao cogito cartesiano: “ *Se é pelo 1 que figuramos, este eu penso, pela relação que tem com o que se passa na origem da nomeação, que é o que interessa no nascimento do sujeito - o sujeito é o que se nomeia - nomear-se é primeiramente algo que tem a ver com uma leitura do traço 1 designando a diferença absoluta, podemos nos perguntar como cifrar o tipo de eu sou que aqui se constitui como significado do eu penso, a saber, a mesma coisa, o desconhecido (i) do que está na origem sob a forma do sujeito”* (p. 100-101). Assim, o *eu penso* está representado pelo Um do traço unário, diferença absoluta, enquanto o *eu sou* aparece neste número imaginário, que é mais que zero, mas nunca chega ao um da totalidade, ou seja, raiz quadrada de -1. Em outras palavras, o sujeito quer fazer do nome próprio sua identidade, seu sentido, mas encontra aí algo que o ultrapassa, pois da ausência de significado deste nome vai ser conduzido ao enigma do desejo do Outro, dos pais que o nomearam.

A questão que se apresenta, em seguida, é “ *Como é que o significante representa um sujeito para outro significante?* Para responder a isto, Lacan retoma o apólogo de Robinson Crusóé (p. 124), situando três tempos:

1) Há o signo, representando algo para alguém - um vestígio, a pegada de Sexta-feira, na ilha de Robinson: “há alguém aqui”.

2) Há o apagamento da pegada - “alguém apagou a pegada, trata-se de um sujeito real” : “*o que o sujeito busca fazer desaparecer é sua própria passagem de sujeito*”.

O desaparecimento é duplicado pelo desaparecimento visado, que é o ato mesmo de fazê-lo desaparecer. A marca do sujeito é justamente este *fading*: aparece para desaparecer, reaparece, desaparece...

Jacques Derrida, em 1967, trabalhando a questão da escritura, observa: “*a marca é o apagamento de si, de sua própria presença, ela é constituída pela ameaça ou pela angústia de seu desaparecimento irremediável, do desaparecimento de seu desaparecimento*” (p. 339), enfatizando a necessidade crucial deste segundo tempo para a inscrição propriamente dita.

3) O sujeito circula o lugar onde a pegada foi apagada, a fim de identificá-la: algo ali lhe diz respeito. É quando Lacan diz: “*Pois bem! Vocês têm aí o nascimento do significante!*”.

Processo que não deve ser entendido em sua linearidade, mas em termos da ressignificação permitida pela retroação do último termo sobre o primeiro: “*Todo este processo implica o retorno do último tempo sobre o primeiro, não poderia haver articulação de um significante sem estes três tempos*”. Fica explícita, pois, a necessidade de uma bateria de três significantes para que haja leitura possível: “*Uma vez o significante constituído, há forçosamente dois outros antes. Um significante, é uma marca, uma pegada, uma escritura, mas não podemos lê-lo sozinho*” (p. 124). Contudo, vale lembrar que estes três tempos necessitam de inscrições e escansões, na relação com os outros, implicando um transcorrer de diferentes tempos que só terá resolução no último deles, que ressignificará o primeiro, como o conceito de *ponto de estofo* permite ilustrar (o ponto final que dá sentido à frase, ao período, à série, enfim).

Na última parte do seminário, Lacan trabalha o terceiro tipo de identificação proposto por Freud (identificação histórica), a articulação entre o significante e o objeto causa do desejo, pequeno *a*: “*o objeto metonímico do desejo, o que, em todos os objetos, representa este pequeno a eletivo onde o sujeito se perde; quando este*

objeto surge metafórico, quando chegamos a substituir por ele o sujeito, que na demanda veio a se sincopar, a desaparecer, nada de pegada, S barrado, nós revelamos o significante deste sujeito, damo-lhe seu nome, o bom objeto, o seio da mãe, a mama. Eis a metáfora na qual, digamos, estão presas todas as identificações articuladas da demanda do sujeito” (p. 131). Trata-se da relação do sujeito com um Outro que falta, ao qual o sujeito vai se identificar. Este sujeito marcado pelo significante situa-se no próprio lugar do corte que o divide, sendo o objeto *a* o representante deste corte onde vem se alojar o sujeito : “ *a identificação tem que se fazer com este algo que é o objeto do desejo”* (p. 132). Nesta dialética, o que surge como operador é justamente o falo, o significante que vem instalar no lugar deste furo o *a* e a série de objetos metonímicos que se significam enquanto perdidos pelo golpe da castração (p. 134).

O desenvolvimento do seminário culmina, então, com a afirmação da “função privilegiada do falo na identificação do sujeito” (p. 134), onde é questão do Édipo, da castração e do Nome-do-Pai.

No Seminário seguinte, *A Angústia*, de 1962/1963, Lacan vai abordar o tema de identificação na aula de 5 de junho de 1963, tomando o viés já apontado antes por ele no Seminário VII, sobre *A Ética: Das Ding*, que podia apresentar-se para o sujeito neste real inapreensível de totalidade de Coisa, mas também enquanto “ *realidade que comanda, ordena”*. Assim, trata-se de um sujeito *infans*, frente a um Outro que dispõe das possibilidades de manejo da linguagem em suas duas funções: de estrutura e de funcionamento. Trata-se de um sujeito que vai receber do Outro uma identificação/mandamento, enquanto mensagem que lhe vem deste Outro lugar, onde o “tu és...” sem complemento, enigmático, do mandamento, surge antes da possibilidade de indagar “quem sou eu?”, como mensagem invertida que possibilita o falante (p. 338).

Neste seminário, Lacan retoma a primeira identificação freudiana, por incorporação, a partir do papel primordial que confere à voz do Outro nesta identificação: “ *é neste vazio (da estrutura do Outro) que a voz enquanto que distinta das sonoridades, voz não modulada, mas articulada, ressoa. A voz de que se trata é a voz enquanto imperativo, enquanto reclama obediência ou convicção, ela*

que se situa não em relação à música, mas em relação à fala” (p. 342). Lacan afirma: *“Uma voz não se assimila, mas se incorpora(...) Modela o lugar de nossa angústia, mas, observemos, somente após que o desejo do Outro tenha tomado forma de mandamento”* (p. 343).

Pode-se perceber uma teorização que vai da identificação do significante à identificação ao significante, tendo o falo como ordenador - o sujeito está assujeitado à linguagem. Falta ainda definir como ele pode lidar com este assujeitamento para chegar a um lugar singular. É o que nos leva ao tópico seguinte: a alienação e a separação.

3.3. Sobre a alienação e a separação

Em seu Seminário XI, de 1964, Lacan chega a uma nova aproximação deste tema da inscrição primordial, da origem do significante e da identificação. Nesta nova concepção, há todo um destaque para o que da realidade não é redutível ao significante, isto é, o registro do Real. Lacan se propõe a trabalhar as pulsões, indicando um contraponto para o pretense ideal da “unificação genital” em vigor na época: a parcialidade das pulsões. Para ele, *“A pulsão é precisamente essa montagem pela qual a sexualidade participa da vida psíquica, de uma maneira que se deve conformar à estrutura de hiância que é a do inconsciente”* (p. 167). O recalco primordial funda um edifício de significantes e se define no sintoma, sendo a interpretação sua outra face. Entre as duas está contida a sexualidade: *“O desejo é, em suma, a própria interpretação”* (p. 167).

Ao pensar a sexualidade, Lacan apresenta esta confrontação com a morte implicada na reprodução sexuada e conjuga este real com a divisão do sujeito pelo significante: *“Esta função (da reprodução) quem não a admitiria, no plano biológico? O que afirmo, segundo Freud, que disto testemunha de todas as maneiras, é que ela não é apresentada como tal ao psiquismo. No psiquismo não há nada pelo que o sujeito se pudesse situar como ser de macho ou ser de fêmea”* (p.

194). É neste contexto que o Édipo adquire sua função de mito, pois “ *o que se deve fazer, como homem ou como mulher, o ser humano tem sempre que aprender, peça por peça, do Outro*” (p. 194).

Para definir a articulação entre sujeito e sexualidade, Lacan aponta a falta como fundamental, descrevendo “ *duas faltas que se recobrem*” :

- 1) a primeira falta é a do significante: o sujeito depende do significante que está primeiro no campo do Outro. Esta falta retoma uma outra:
- 2) falta real, anterior: “ *é o que o vivo perde, de sua parte de vivo, ao se reproduzir pela via sexuada*” (p.195). Estas faltas remetem à pulsão de morte, em ambas implicada.

Lacan propõe o mito da “*lâmina*”, para designar a libido freudiana como um órgão: “ *órgão essencial para se compreender a natureza da pulsão. Esse órgão é irreal (...) o que exige que sua representação seja mítica*” (p.195).

Ao formular o sujeito como significante, este fica submetido à *afânise*: “*movimento de desaparecimento que qualifiquei de letal*” (P. 197), diz Lacan. O lugar do sujeito é indeterminado. A este movimento, vai denominar de ALIENAÇÃO, primeira operação em que se funda o sujeito: “ *A alienação consiste neste vel que condena o sujeito a só aparecer nessa divisão que acabo de articular suficientemente ao dizer que ele aparece de um lado como sentido, produzido pelo significante, do outro ele aparece como afânise*” (p. 199). Lacan explica este *vel* como uma escolha que na verdade se define por um *nem um, nem outro* (p. 200). Assim, não encontramos o sujeito nem no ser nem no sentido. Toda escolha implica uma perda: ou fica-se com o ser em detrimento do sentido; ou fica-se com o sentido, amputado do ser. Propondo a ALIENAÇÃO, Lacan se inspira em Hegel, em sua dialética do Senhor e do escravo. Só há lugar para o sujeito quando abdica da liberdade e entrega-se ao domínio do Outro. A outra opção seria a loucura, ou seja, a liberdade sem vida.

Se esta primeira operação só vem validar o que Lacan vinha desenvolvendo no decorrer de seus seminários anteriores, a submissão do sujeito à ordem simbólica, surge agora uma segunda operação, de SEPARAÇÃO, que oferece de certo modo uma nova saída, o término da circularidade da relação do sujeito com o Outro, por uma “*torção essencial*”: “*Enquanto que o primeiro tempo está fundado na*

subestrutura da reunião, o segundo está fundado na subestrutura que chamamos de interseção ou produto” (p. 202). Esta interseção é a resultante de duas faltas que se recobrem: a do Outro, que ao fazer uma demanda revela-se como faltante, desejante e confronta o pequeno sujeito com o enigma deste desejo: “*ele me diz isso, mas o que é que ele quer?*” (p. 203); a outra falta é a do próprio sujeito que, ao decifrar o enigma oferecendo-se como resposta, antecipa sua própria falta e pergunta-se: “*pode ele me perder?*”. Percebe-se o sujeito despontando como desejante, de desejo do desejo do Outro, segundo a fórmula lacaniana.

Surge aí o recalçamento, que Lacan propõe como “*o representante da representação do desejo*” (p. 207), já que o desejo não tem significação, é verbo intransitivo. Lacan salienta que o sujeito aparece primeiro no Outro: S1, significante unário. Ao ser representado para um outro significante, o sujeito aparece como significante binário, S2, o que produz sua *afânise*, isto é, há divisão do sujeito, entre sentido por um lado e desaparecimento por outro.

Lacan nomeia este significante binário de *Vorstellungsrepräsentanz*, o termo freudiano traduzido por Lacan como representante da representação, para aí situar o ponto central do recalque originário: “*daquilo que, a ser passado ao inconsciente será, como indica Freud em sua teoria, o ponto de atração por onde serão possíveis todos os outros recalques*” (p. 207).

Neste seminário, Lacan situa a psicose numa ausência de intervalo entre S1 e S2: “*quando a primeira dupla de significantes se solidifica, se holofraseia, temos o modelo de toda uma série de casos (...). É certamente algo da mesma ordem do que se trata na psicose. Essa solidez, esse apanhar a cadeia significante primitiva em massa, é o que proíbe a abertura dialética que se manifesta no fenômeno da crença*” (p. 225).

O tempo da alienação é ilustrado por Lacan na brincadeira do Fort! Da!, tomada como paradigma de entrada ativa da criança no campo da linguagem: “*Ele (o pequeno sujeito) se exercita com a ajuda do carretelzinho, quer dizer, com o objeto a. A função do exercício com esse objeto se refere a uma alienação e não a qualquer suposto domínio (...) a repetição indefinida de que se trata manifesta às claras a vacilação radical do sujeito*” (p. 226).

Reverendo os trabalhos de Freud sobre o *Ich*, Lacan faz uma interseção de dois círculos, *Ich e Lust*, com um terceiro pontilhado superposto, indicando justamente o campo de interseção, que inclui: o *Lust Ich* - eu - prazer recortado do real e inscrito no *Ich* - ; o *Unlust* - o corpo estranho, que se inscreve como negação, não-eu - ; e o resto, que seria, como ele diz, a “ *vastidão do real*” (p. 232). Mas ele vai apontar o que de certa forma escapou a Freud: “ *Só que não somos apenas isso, e mesmo, para ser isto, é preciso que sejamos também o sujeito que pensa. E, no que somos o sujeito que pensa, estamos implicados de maneira muito diferente, na medida em que dependemos do campo do Outro, que estava lá há um bocado de tempo antes que viéssemos ao mundo, e cujas estruturas circulantes nos determinam como sujeito*” (p. 233). O que Lacan indica então é que se passam coisas, como as descritas por Freud, ao nível do *Ich*, mas que também se passam coisas ao nível do Outro, que são justamente as operações de alienação e separação.

Entra em consideração a metáfora, este efeito da substituição significante. Surge então um problema: como substituir isto que caiu com o recalque originário, este significante original, que por ser primeiro é um só, estaria colocado no lugar do zero, pois. Tomando o zero como denominador, na fórmula da metáfora, e o valor matemático do zero numa fração, Lacan recorre à convenção matemática de que aí o zero tomaria um valor infinito: “ *De certa maneira, está aí um dos tempos de constituição do sujeito. No que o significante primordial é puro não-senso, ele se torna portador da infinitização do valor do sujeito, de modo algum aberto a todos os sentidos, mas abolindo todos, o que é diferente. É isto que explica que eu não tenha podido manejar a relação de alienação sem fazer intervir a palavra liberdade. O que funda, com efeito, no senso e não-senso radical do sujeito, a função da liberdade, é propriamente esse significante que mata todos os sentidos*” (p.238). Mas Lacan frisa que esta liberdade não implica que o sentido não esteja determinado: “ *as coisas vindas a se inscrever são significações dialetizadas na relação do desejo do Outro, e elas dão à relação do sujeito ao inconsciente um valor determinado*” (.p. 238). Entre este infinito do sujeito e a finitude do desejo, Lacan vai apontar a necessidade de uma mediação, que vai dar lugar justamente ao falo, como *grandeza negativa* (p. 329). Trajeto que podemos supor indo do recalque originário até o recalque propriamente dito do final do Édipo.

Em seguida, Lacan retrabalha o conceito de traço unário, definindo sua especificidade como identificação no campo do desejo, implicada no significante: “*É o campo do Outro que determina a função do traço unário, no que com ele se inaugura um tempo maior da identificação na tópica então desenvolvida por Freud - a saber, a idealização, o ideal do eu*” (p. 242). Fica muito claro, pois, que não se trata da primeira identificação, narcísica, cujo modelo é a incorporação, e que Lacan atribui a um tempo mítico teorizado por Freud. Haveria, então, um “*entrecruzamento pelo qual o significante unário vem funcionar aqui no campo do Lust, quer dizer, no campo da identificação primária narcísica, em que está a mola essencial da incidência do ideal do eu*” (p. 242). Lacan remete este momento ao movimento de olhar da criança diante do espelho, que se volta para o adulto que a segura (seu Ideal do Eu) e encontra aí, no olhar dele, seu (da criança) eu ideal. Não se trata de uma identificação ter anterioridade sobre a outra, mas de um entrecruzamento, o mesmo que aparece no esquema L, onde o eixo a - a' - da captura imaginária da imagem do outro como sua - é cortado pelo eixo S - A, da identificação simbólica ao traço.

Isto no que concerne à alienação. No tempo da separação, Lacan vai descrever “*uma identificação de natureza singularmente diferente*”, que vai se referir ao objeto a enquanto real: “*Esse objeto suporta o que, na pulsão, é definido e especificado pelo que a entrada em jogo do significante na vida do homem lhe permite fazer surgir o sentido do sexo. A saber, que para o homem, e porque ele conhece os significantes, o sexo e suas significações são sempre suscetíveis de presentificar a presença da morte*” (p. 243). Segundo Lacan, é este objeto que permite ao sujeito afastar-se do sentido da alienação, pela duplicação da perda que faz cair o objeto enquanto real e funda a fantasia, permitindo as sucessivas identificações metonímicas do sujeito: ao objeto suposto completar (na representação) o Outro. Como afirma Charles Melman (1997), “*agora será entre S1 e S2 que se localizará o objeto perdido*” (p. 69).

Colette Soler, em seu artigo *Hors discours: autisme et paranoïa*, retoma as operações descritas por Lacan no Seminário XI, para destacar a função da operação de separação enquanto completamento da operação de alienação. Situa a não-

forclusão como condição para isto: “*A não-forclusão do Nome-do-Pai na neurose está no princípio da separação que completa a primeira operação de alienação*”.

A inscrição num discurso é possível pela operação de separação, que tem por efeitos, por um lado, condicionar a representação significativa do sujeito, produzindo o sujeito do inconsciente; e, por outro, combinar o sujeito - dividido - com um objeto, que é não-significante, mas é letra. O sujeito, dividido entre S1 e S2, vai tapar sua divisão através do objeto.

Assim, a separação refere o sujeito ao desejo do Outro, ao separá-lo do Outro enquanto lugar, sede prévia do sujeito, para instalá-lo no **desejo** do Outro como um **x**, como a parte que falta ao Outro, supostamente o objeto.

Para Colette Soler, “*o fora de discurso da psicose é sua instalação no campo da alienação*”, já que a inscrição num discurso supõe a operação de separação. A alienação ocorre também para os neuróticos, mas na psicose há uma falha no tempo de separação: o sujeito fica situado como efeito de linguagem e não como efeito de fala. Para que ele encontre seu lugar é necessário, como diz Soler, “*que a bateria significativa seja descompletada*”, ou seja, que tenha havido a operação do recalçamento originário: “*a representação significativa supõe ao menos-um significativo, o significativo unterdrückt do recalçamento*”.

Marie-Christine Laznik (1991) também situa o autismo como a patologia resultante da não instauração do tempo da ALIENAÇÃO: “*por uma falha fundamental da própria presença original do Outro*”, o que impede a criança de sequer entrar no estágio do espelho.

Gabriel Balbo (1991), por sua vez, refere-se a patologias quando não se torna possível o rompimento do auto-erotismo (que ele chama de *relação auto-erótica bi-unívoca entre a criança e seu Outro*) pela ausência da função paterna, isto é, do terceiro termo - aí representado pelo que ele designa como o *Unlust paterno*. O sujeito não surgiria no lugar dos significantes, dos circuitos pulsionais, e não apareceriam os objetos não especularizáveis. Seria a psicose ou mesmo o autismo secundário. Para ele, o autismo primário se produziria, por sua vez, pela ausência desta relação auto-erótica bi-unívoca entre ele e o que lhe é Outro (p. 99).

No Seminário XX (1972-1973), Lacan aponta um “deslize” de Freud, referenciando-se a uma questão de “desenvolvimento”: segundo Freud, para o bebê haveria primeiro um *Lust Ich*, antes de um *Real Ich*. Lacan observa que é um dado de observação o quanto o bebê está primeiramente tomado pelo exterior: “*ele só olha aquilo*” (p.76). O que constitui uma introdução do *Lust Ich* como primordial é o Recalque, que se introduz juntamente com a fala: “*{o processo de Lust Ich} é evidentemente primário desde que começemos a pensar, mas ele não é certamente o primeiro*”. Lacan deduz daí uma diferença: entre desenvolvimento e desenvolvimento da mestria (p. 77), que podemos tomar como o já abordado debate entre tempo do desenvolvimento, que implica a maturação e o desenvolvimento de funções e o tempo do sujeito, que consiste no direcionamento e na apropriação deste desenvolvimento em função do desejo. Assim, a distinção colocada por Lacan entre primeiro (cronologicamente) e primário (em termos lógicos), ajuda a dissipar a confusão produzida pelo texto freudiano.

É verdade que, se observarmos um bebê nos primeiros meses de vida, vemos que ele olha para tudo, tudo lhe chama a atenção e, principalmente, quando olha para alguém costuma encará-lo sem restrições e sem abaixar os olhos. Percebe-se inicialmente a ausência de recalque, assim como fica aparente depois a modificação que se produz em consequência do tempo especular e do advento das primeiras palavras: o bebê passa a selecionar para onde olha e já não consegue encarar os semelhantes sem bloqueio. É um exemplo da passagem do olhar ao ver pulsionalizado.

3.4. Sobre a letra

No Seminário sobre *A Identificação* (1961-1962), como já apresentamos, Lacan passa a formalizar uma questão que vem se constituindo há algum tempo e cujo aspecto conceitual primeiro é dado nesse momento, quando a letra surge como um suporte necessário para o significante (p. 54). É na relação do pequeno ser com A

Coisa, que surge a necessidade desta função: “ *os significantes não manifestam primeiramente senão a presença da diferença enquanto tal e nada mais. A primeira coisa que ele implica é que a relação do signo à coisa seja apagada*” (p. 58). Quando, neste Seminário, Lacan aborda a questão do nome próprio, chega à noção de letra enquanto tal, citando os outros momentos de sua obra em que já a havia trabalhado. Cita então o *Seminário sobre a Carta Roubada*, onde a letra aparece “*como algo determinante até na estrutura psíquica do sujeito*”. Em outro texto, *A Instância da Letra*, a letra aparece, a partir da metáfora e da metonímia, sob uma ênfase muito precisa. Neste seminário sobre a *Identificação*, Lacan vai mais longe: “*só pode haver aí definição do nome próprio, na medida em que percebemos relação da emissão nomeante com algo que, em sua natureza radical, é da ordem da letra*” (p. 81). Nesta mesma linha, aparece a função primordial da escrita: “*a característica do nome próprio está sempre mais ou menos ligada a este traço de ligação, não com o som, mas com a escrita*” (p. 85).

É no Seminário XVIII, *De um discurso que não seria do semblante* (1970), particularmente na aula intitulada *Lituraterra*, que Lacan desenvolve particularmente esta função da letra. Trata-se aí de uma letra que vai fazer uma função definida como de litoral, isto é, “*o que coloca um domínio todo inteiro como fazendo para um outro, se vocês querem, fronteira. Mas, justamente, pelo fato de que eles não têm absolutamente nada em comum, nem mesmo uma relação recíproca*” (p. 113). A letra aparece como isto que, ao fazer borda, funciona como contorno entre heterogeneidades, instituindo não uma fronteira, mas dois campos totalmente diferentes: o saber e o gozo.

Lacan descreve a trajetória de uma “*escrissão*” diante do real - a partir de um gesto que se impõe como traços do Outro -, para uma “*inscrissão*” - então significante, simbólica -, do que resultaria uma “*escrita*” . São descritos aí dois tempos: um primeiro, real, onde o sujeito, num processo de antecipação imaginária, será levado ao simbólico. Na borda do simbólico, está a letra já como “*efeito de um discurso*”. O segundo tempo é, então, propriamente simbólico, onde da junção da letra com o significante haveria um suporte material para este último, tomado já da linguagem. É neste momento que o significante se dobra às leis da linguagem: Castração, pois. Haveria, então, uma escrita lógica, impossível de ser traduzida,

porque primeira. A inscrição do sujeito na linguagem dar-se-ia neste trajeto do impossível do gozo implicado nesta “escrção”, sofreria a operação da castração, para chegar a uma significação possível. Assim, “*entre o gozo e o saber a letra faria o litoral*” (p. 113).

A letra é ao mesmo tempo o apagamento e a entrada no real da linguagem e o que fica como resto, testemunha de um gozo incomunicável.

Lacan precisa ainda mais a distinção entre letra e significante: “*nada permite confundir, como se fez, a letra com o significante (...) nem afetá-la com uma primariedade em relação ao significante*” (p. 114). Lacan descreve um processo onde, do apagamento da Coisa (mãe primordial), inscreve-se o Um como traço unário e cai o objeto como resto, neste lugar hiante vem a letra, “a”: “*Eu falei a propósito do traço unário que é do apagamento da pegada que se designa o sujeito. Isso se observa portanto em dois tempos. É preciso então que aí se distinga a rasura. Litura, lituraterre. Rasura de qualquer marca que seja de antes, é o que faz terra do litoral. Litura pura, é o literal. Aí, produzir essa rasura é reproduzir essa metade da qual o sujeito subsiste*” (p. 117). Lacan faz um jogo de letras, a partir das palavras *litura* (litoral), *terre* (terra), *rature* (rasura), *lettre* (letra) e *litter* (porcaria), de modo que *Lituraterre* aglutina esta passagem de uma letra a uma porcaria, passando pela rasura, apagamento da pegada.

Donde conclui: “*a escrita, a letra é no real, e o significante, no simbólico*” (p. 118). Distingue assim o conceito de letra do conceito de traço: “*É a letra e não o signo que aqui dá apoio ao significante. (...) Em outros termos, o sujeito é dividido pela linguagem, mas um de seus registros pode se satisfazer pela referência à escrita e o outro pelo exercício da palavra*” (p. 121).

Esta função da escrita vai nos interessar particularmente, já que é a partir dela que Lacan trabalha, no seminário sobre *O sinthoma*, de 1975/1976, a idéia de que “*uma escritura é um fazer que dá suporte ao pensamento*” (p. 162), no estudo que faz sobre James Joyce e sobre a função de suplência no não desencadeamento da psicose.

Lacan situa o objeto pequeno *a*, a letra, como “*testemunha da intrusão de uma escritura como outra (...) A escritura em questão vem de outro lugar que não do significante*”(p. 163). Trata-se justamente do que provém do real e funda

basicamente um furo no simbólico, donde a necessidade de uma circulação pelos objetos para finalmente fundar imaginariamente um corpo. Temos aí os três registros articulados, é a fundação do nó borromeu⁵.

Lacan aborda, mais uma vez, a relação entre o traço unário - simbólico, e a função da letra - real. A partir de seu trabalho topológico com o nó borromeu, formula este traço como suportado pela reta infinita: “*é o princípio do nó borromeu. É que, ao combinar duas retas com um círculo, temos o essencial do nó borromeu. Por que a reta infinita teria esta virtude, esta qualidade? Porque é a melhor ilustração do furo*” (p. 164). E o furo, como sabemos, é o Simbólico.

O homem é definido como um “*composto trinitário*” (p. 164) de um elemento - letra - que seria o que faz Um, o traço unário, e permite a substituição, isto é, uma combinatória de significantes. Trata-se de uma relação entre “*um corpo que nos é estranho*” que é suportado por uma imagem, um ego; “*algo que faz círculo e reta infinita*”, e “*algo que é o inconsciente*” - temos aí Imaginário/Real/Simbólico. Falta ainda definir o lugar do falo, este operador essencial para instaurar a estrutura, que Lacan vai trabalhar em seus últimos seminários.

No Seminário XX (1972-1973), Lacan afirma: “*A letra lê-se*” (p. 39), mas avisa que não é a mesma coisa ler uma letra, ou ler. O que diz respeito ao discurso analítico é “*o que se lê*”, já que “*todo efeito de discurso é feito da letra*” (p. 51). Há uma aplicação clínica para isto: “*ao que se enuncia de significante, vocês dão sempre uma leitura outra que não o que ele significa*” (p. 52).

Angela Vorcaro (1997) ressalta: “*o significante nasce destes traços apagados*” (p. 163). O bebê que começa a falar, apropria-se - através da letra - do traço escrito pelo Outro, apagando-o na medida em que ao real da letra superpõe-se o significante. Podemos situar aí a passagem que dá título ao Seminário XVI de Lacan: de um Outro ao outro, onde, como assinala Vorcaro, “*Essa reinscrição é a ligação*

⁵ Nó que servia de brasão à família dos Borromeus, do qual Lacan se utiliza para enodar os três registros do Real, Simbólico e Imaginário, pois tem as seguintes características: cortando um dos aros, os outros dois se desfazem; os três aros são equivalentes. Nos diferentes momentos de sua teoria, Lacan faz várias proposições sobre o nó: primeiramente, toma-o como *escritura*, representação de uma idéia; num segundo momento, o nó é imaginário, isto é, há uma consistência em RSI; por fim, o nó é real, uma apresentação do real da estrutura.

pulsional ao outro de quem depende o infans, onde os traços escritos são substituídos pelo seu rasuramento na fala” p.163).

4. DE UMA TEORIA SOBRE AS PSICOSES A UMA FUNÇÃO: O NOME-DO-PAI E A METÁFORA PATERNA

*“Real, Simbólico e Imaginário,
por darem seu nome ao Pai,
permitem situar aí a função,
nos infligindo então a questão
de saber, igualmente, se sim ou não,
é possível se abster”.*

Charles Melman.

De Freud...

Já em 1894, em seu escrito sobre as *Psiconeuroses de Defesa*, Freud se indagava sobre uma defesa que, na ordem da linguagem, produzia efeitos psicopatológicos: *“Há uma espécie de defesa, muito mais poderosa e bem sucedida. Aqui, o eu rejeita (Verwift) a idéia incompatível juntamente com seu afeto, e comporta-se como se a idéia jamais lhe tivesse ocorrido”* (p. 71).

Ao analisar um caso de psicose, Freud (1911 b) faz a seguinte observação sobre a paranóia: *“ Foi incorreto dizer que a percepção reprimida (unterdrückt) inteiramente é projetada para o exterior; a verdade é, pelo contrário, como agora percebemos, que aquilo que foi internamente abolido retorna desde fora”* (Caso Schreber, p. 95).

Mais tarde, ao analisar o caso do Homem dos Lobos (1918) *“História de uma neurose infantil”*, Freud descreve o que vai chamar de *rejeição primordial*,

presente no relato da experiência da alucinação do dedo cortado, despertada pelas cicatrizes no nariz. Neste mecanismo, o que surpreende Freud é que se trata de um “*não ter nada a ver com a castração, não no sentido do recalque*” (p. 107)

É este caso que permite a Freud articular a função do pai na castração, já que o pai que aparece aí é um “*personagem terrificante*”, diferente do pai do pequeno Hans, por exemplo.

... A Lacan

Em 1946, Lacan fala sobre a “*causalidade psíquica*”, desde o lugar daquele que se tornara o “*especialista em psicose paranóica*”, a partir de sua tese. Nesta conferência, chamado a debater a noção de psicogênese, Lacan faz uma crítica atroz à psiquiatria da época e propõe: “*o risco da loucura se mede pela própria atração das identificações em que o homem engaja, simultaneamente, sua verdade e seu ser*” (p. 177). A partir da descrição da fase do espelho, da articulação com o conceito de narcisismo, Lacan refere-se à *imago* como “*objeto próprio da psicologia*”, cujo alcance da noção ele julga incompleto, referido a um espaço inextenso, de um tempo de fase e de repetição (p. 189). O que ele vai apresentar, pois, como causalidade psíquica é “*a identificação, que é um fenômeno irreduzível - e a imago é a forma definível, no complexo espaço-temporal imaginário, que tem por função realizar a identificação resolutiva de uma fase psíquica, ou, em outras palavras, uma metamorfose das relações do indivíduo com seu semelhante*” (p. 189). A falha estaria, assim, neste processo imaginário de identificação, abordável pela via imaginária.

Contudo, na “*Resposta ao Comentário de Jean Hypollite sobre a ‘Verneinung’* (1953 a), Lacan começa a abordar a questão por seu viés simbólico. Retoma aí a observação que Freud fez a propósito da alucinação do Homem dos

Lobos, onde vê que “*seu efeito é uma abolição simbólica*”. Sobre esta *Verwerfung*, Lacan vai dizer: “*trata-se exatamente do que se opõe à Bejahung primária e constitui como tal aquilo que é expulso*” (p. 389). E continua: “*A Verwerfung, portanto, corta pela raiz qualquer manifestação da ordem simbólica, isto é, da Bejahung que Freud enuncia como o processo primário em que o juízo atributivo se enraíza, e que não é outra coisa senão a condição primordial para que, do real, alguma coisa venha se oferecer à revelação do ser*” (p. 389).

Em 1955/1956, em seu Seminário sobre *As psicoses*, Lacan analisa extensamente o Caso Schreber trabalhado por Freud, bem como o próprio texto em que Freud se baseou, *Memórias de um Neuropata*. Aponta que na psicose se trata de “*uma outra língua*” (p.20), destacando que no texto de Schreber tornava-se possível observar como uma Behajung primordial, uma admissão no sentido do simbólico, pode faltar (p. 21). Lacan descreve como este “fenômeno de exclusão”, esta *Verwerfung*, distingue-se da *Verneinung* e da *Verdrängung*, justamente porque o que é recalcado retorna, sob a forma do sintoma precisamente, enquanto que o destino do que sofre a *Verwerfung* é totalmente diferente, como Freud já apontara: “*tudo o que é recusado na ordem simbólica, no sentido da Verwerfung, reaparece no real*” (p. 21). Lacan refere-se aí ao texto de Freud sobre o Homem dos Lobos que, segundo ele, apesar de ser descrito como uma neurose, “*não deixa de testemunhar tendências e propriedades psicóticas*” (p. 21).

Lacan destaca que, enquanto no sujeito normal a relação com a fala é ambígua, precisamente por receber sua mensagem invertida, de um Outro lugar, o psicótico, por sua vez, tem uma relação completamente identificada com seu eu: “*é justamente o que se apresenta no fenômeno da alucinação verbal. No momento em que ela aparece no real, isto é, acompanhada desse sentimento de realidade que é a característica fundamental do fenômeno elementar, o sujeito fala literalmente com seu eu, e é como se um terceiro, seu substituto de reserva, falasse e comentasse sua atividade*” (p. 23).

Mais adiante em seu seminário, Lacan refere-se à necessidade de conceber um começo para a simbolização: “*Ora, a qualquer momento do desenvolvimento, pode se produzir alguma coisa que é o contrário da Bejahung - uma Verneinung de*

algum modo primitiva, da qual a Verneinung e suas conseqüências clínicas é uma continuação. A distinção dos dois mecanismos, Verneinung e Bejahung, é absolutamente essencial” (p. 58). Se na atribuição trata-se do lugar dado ao Outro para o sujeito (*Bejahung* ou *Verwerfung*), já no juízo de existência trata-se de um sujeito que pode se distanciar deste Outro (*Verneinung*), ou seja, estão aí presentes as operações de alienação e separação que já descrevemos.

Lacan contrapõe aí o que ocorre na psicose: *“A projeção na psicose não é de modo algum isso, é o mecanismo que faz voltar de fora o que está preso na Verwerfung, ou seja, o que foi posto fora da simbolização geral que estrutura o sujeito”* (p. 58).

Trata-se de o sujeito poder se reconhecer como tal: *“O Outro é aquilo diante do qual vocês se fazem reconhecer. Mas vocês só podem se fazer reconhecer por ele porque ele é em primeiro lugar reconhecido”* (p. 63).

Lacan exemplifica o que significa este reconhecimento do Outro: *“Uma palavra empenha vocês a sustentá-la pelo discurso de vocês, ou a renegá-la, a recusá-la ou a confirmá-la, a refutá-la, mas ainda mais, a se curvarem a muitas coisas que estão na regra do jogo. (...) uma vez introduzidos no jogo dos símbolos, vocês são sempre forçados a se comportar segundo uma regra”* (p. 65).

O psicótico, ao se excluir da regra, do Outro, fica submetido às relações com um *“outro com minúscula, (que) apresenta com efeito um caráter irreal, tendendo ao irreal”* (p. 65).

Lacan indaga-se sobre o que determinaria esta exclusão: *“Previamente a qualquer simbolização - essa anterioridade não é cronológica, mas lógica - há uma etapa, as psicoses o demonstram, em que é possível que uma parte da simbolização não se faça”* (p. 97). Isto pressupõe que *“alguma coisa de primordial quanto ao ser do sujeito não entra na simbolização, ou seja, não é recalcada, mas rejeitada”* (p. 97). Isto introduz então a possibilidade de uma *“Verwerfung primitiva”* (p. 98).

Retomemos: Lacan afirma que há esta exclusão, que fecha o caminho da simbolização. Mas disto não se pode concluir que onde não há simbolização já estaria necessariamente presente a exclusão. Por exemplo, na infância podem-se observar efeitos de não simbolização, mas daí a concluir sobre a forclusão, seria um pouco precipitado, levando-se em conta a necessidade da instalação e da confirmação

deste mecanismo para a definição da estrutura psicótica. Esta simbolização pode ainda ocorrer e não confirmar o encaminhamento psicótico, dependendo dos encontros que o pequeno sujeito poderá fazer no seu percurso, até a resolução edípica.

Lacan refere-se à simbolização como as leis às quais os sujeitos estão submetidos: “*Esta Lei fundamental é simplesmente uma Lei de simbolização. É o que o Édipo quer dizer*” (p. 100). Percebe-se aí o lugar atribuído por Lacan ao processo edípico, nesta confrontação com a Lei que ocorre desde os momentos mais precoces, segundo ele mesmo propôs, mas sua apropriação pelo sujeito necessita do mito edípico para se estabelecer.

No interior disto, descreve três registros indispensáveis: a *Verdichtung* (condensação), que institui a lei do mal-entendido, da polissemia significante; a *Verdrängung* (o recalque), defesa em relação a esta lei do mal-entendido, mas que não deixa de exprimir seus exigências, campo da neurose; e a *Verneinung* (denegação), que “*concerne ao que somos capazes de fazer vir à tona por uma via articulada*” (p. 101).

A distinção entre neurose e psicose é aí proposta como, no primeiro caso, uma possibilidade de encontrar respostas suficientes: “*o sujeito tem a possibilidade, no interior do recalque, de se sair bem com o que acontece de novo. Há compromisso*” (p. 103). No segundo caso, psicose, estas respostas “*são inadequadas*” (p. 104).

Em seguida, Lacan se pergunta se, à maneira da neurose, também poderíamos encontrar uma psicose infantil. Ele conclui: “*Tudo parece mostrar que a psicose não tem pré-história. Mas acontece apenas que, quando, em condições especiais que deverão ser precisadas, alguma coisa acontece no mundo exterior que não foi primitivamente simbolizada, o sujeito se acha absolutamente desarmado, incapaz de fazer dar certo a Verneinung com relação ao acontecimento. O que se produz então tem o caráter de ser absolutamente excluído do compromisso simbolizante da neurose, e se traduz em outro registro, por uma verdadeira reação em cadeia ao nível do imaginário*” (p. 104). Lacan remete-se aí à impossibilidade do apagamento do signo, pela ausência do recalque; ou, em outras palavras, à holofrase constituída pela não separação entre S1 e S2, que mantém alguns significantes no registro do

real, não remetendo a nenhuma possibilidade simbolizadora, mas, pelo contrário, a um buraco, desencadeador da psicose.

Para colocar ordem numa relação que pode permanecer conflituosa, imaginária, Lacan situa um elemento terceiro: *“É o sentido mesmo do complexo de Édipo. (...) é preciso aí uma lei, uma cadeia, uma ordem simbólica, a intervenção da ordem da palavra, isto é, o pai. Não o pai natural, mas do que se chama o pai. A ordem que impede a colisão e o rebentar da situação no conjunto está fundada na existência desse nome do pai”* (p. 114). O que Lacan introduz é, como Freud no Complexo de Édipo, o pai. Mas, à diferença de Freud, não se trata da pessoa do pai, mas do pai enquanto nome, significante. Assim, para que a relação com a realidade não seja psicótica, *“é preciso que o complexo de Édipo tenha sido vivido”* (p. 226), que tenha havido este encontro com o pai enquanto função.

Contudo, neste mesmo seminário, Lacan refere-se a uma pré-psicose: *“o sentimento de que o sujeito chegou à beira do buraco (...) Trata-se de conceber, não de imaginar, o que se passa para um sujeito quando a questão lhe vem dali onde não há significante, quando é o buraco, a falta que se faz sentir como tal”* p. 320-231). Como pensar uma pré-psicose sem considerar uma pré-história? Lacan não chega a explicar o que poderia ser esta pré-história, mas a seqüência do texto aponta o processo edípico como o momento de confrontação com a função do pai. Como veremos mais adiante, o próprio Lacan considera que isto se dá dentro de um processo, já que propõe três tempos para o Édipo, partindo de um primeiro, precoce, que remonta ao estágio do espelho e que vem seguido linearmente por dois outros tempos, um segundo, de entrada do pai e um terceiro de confirmação desta entrada. Lembremos, ainda, que esta linearidade se resolve a partir da lógica do último tempo ressignificando o primeiro. Ele resolve até certo ponto esta questão ao lançar então sua hipótese: *“Suponhamos que essa situação comporte precisamente para o sujeito a impossibilidade de assumir a realização do significante pai ao nível simbólico. O que lhe resta? Resta-lhe a imagem a que se reduz a função paterna”* (p. 233).

Interrogando-se sobre a *Verwerfung*, Lacan remete-se ao momento mítico da entrada no campo simbólico: *“deve haver alguma coisa que falta na relação com o significante na primeira introdução aos significantes fundamentais”* (p. 286). Parte então para uma distinção entre o pequeno outro, o semelhante, imaginário, e o grande

Outro como alteridade absoluta. Refere que, no início, para o bebê, é possível realmente interessar-se por todos os objetos à sua volta e mesmo assim estar no autoerotismo, pois a percepção do outro de que Freud fala é do Outro como exterior ao sujeito, este que não é concebido como existente, na origem: *“Há uma razão para isto, é que esse Outro é tudo em si, diz Freud, mas ao mesmo passa inteiramente fora de si”* (p. 287). É aí que Lacan situa a função do Pai, apoiando-se no mito proposto por Freud em *Totem e Tabu*, da horda primitiva: *“antes que o termo pai se tenha instituído num certo registro, historicamente não havia pai”* (p. 344).

No final deste seminário, Lacan ressalta no texto freudiano a questão da castração e do falo como prevaletentes: *“o objeto fálico tem a posição central na economia libidinal, tanto no homem quanto na mulher”* (p. 351). Isto o leva a acrescentar ao triângulo edípico um novo elemento: o falo, situando o pai justamente *“no anel que faz manter-se tudo junto”* (p. 358), já antecipando o que virá bem mais tarde em sua obra, o nó borromeu e o papel do Nome-do-Pai como o quarto aro do nó

O que ocorre, quando se trata das psicoses? Ele assinala: *“Não se trata da relação do sujeito com um vínculo significado no interior das estruturas significantes existentes, mas de seu encontro, em condições eletivas, com o significante enquanto tal, encontro que marca a entrada na psicose”* (p. 359).

Mais além da fenomenologia das psicoses, com seus fenômenos elementares, a questão crucial para o psicótico é colocada como sua impossibilidade de abordar o significante de outro modo que não seja a total exterioridade. Lacan propõe, então, uma tradução para o termo freudiano de *Verwerfung*: a *foraclusão* (p. 360), termo “importando” do campo jurídico, que remete a algo que perimiu, passou do prazo e não admite mais recursos. Resultam daí as leituras posteriores dos lacanianos sobre a irreversibilidade das psicoses.

Em seu texto *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose* (1957-1958 a), Lacan relaciona a função imaginária do falo à metáfora paterna, para daí destacar a função simbólica que possibilita ao sujeito circular no campo significativo: *“É justamente isso que demonstra que a atribuição da procriação ao pai só pode ser efeito de um significante puro, de um reconhecimento,*

não do pai real, mas daquilo que a religião nos ensinou a invocar como o Nome-do-Pai” (p. 562).

Lacan acentua aí que o aparecimento do significante do Pai, em Freud, está ligado à morte, ao assassinato mítico deste pai: *“momento fecundo da dívida através da qual o sujeito se liga à vida e à Lei; o Pai simbólico como aquele que significa essa Lei, é realmente o Pai morto”* (p. 563).

Neste texto, Lacan vai apresentar a fórmula da metáfora do Nome-do-Pai, a partir da fórmula geral para a metáfora: *“ coloca este Nome (Nome-do-Pai) em substituição ao lugar primeiramente simbolizado pela operação da ausência da mãe* (p. 563).

Nas psicoses, quando surge o apelo a este Nome-do-Pai, responde uma carência do próprio significante. Se para o neurótico, *“ a presença do significante no Outro é (...) velada ao sujeito,(...) persiste em estado de recalcado(...) e dali insiste em se representar ao significado através de seu automatismo de repetição, na psicose a resposta provoca “um simples furo, o qual, pela carência do efeito metafórico, provocará um furo correspondente no lugar da significação fálica”* (p.564).

O que ocorre é uma falha nesta simbolização primordial que se inaugura como ato no jogo do Fort!Da! - momento da separação sujeito/objeto e do acesso à linguagem - e se desenvolve segundo as leis da metáfora e da metonímia: *“É num acidente desse registro e do que nele se realiza, a saber, a forclusão do Nome-do-Pai no lugar do Outro, e no fracasso da metáfora paterna, que apontamos a falha que confere à psicose sua condição essencial, com a estrutura que a separa da neurose”* (p. 582).

Sem o Nome-do-Pai, resta ao sujeito a *metáfora delirante*, pela qual a crise psicótica que faz desabar o edifício imaginário encontra a estabilização entre significante e significado.

Lacan adverte que a concepção do Nome-do-Pai não se refere à pessoa do pai e suas qualidades: *“ não é unicamente da maneira como a mãe se arranja com a pessoa do pai que convém nos ocuparmos, mas da importância que ela dá à palavra dele - digamos com clareza, a sua autoridade - ou, em outras palavras, do lugar que ela reserva ao Nome-do-Pai na promoção da lei”* (p. 585). Tomando como exemplo

o pai de Schreber, ele considera também a própria posição do pai: *“a relação do pai com essa lei deve ser considerada em si mesma”* (p. 586). Fala dos efeitos devastadores dos pais que se colocam como muito ideais, podendo *“excluir o Nome-do-Pai de sua posição no significante”* (p. 586).

No *Seminário sobre as Formações do Inconsciente* (1957/1958 b), Lacan esclarece ainda mais esta função do pai: *“o pai é uma metáfora”* (p. 180), cuja função no complexo de Édipo *“é ser um significante que substitui o primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno”* (p. 180). Para esta mãe posterior ao Fort!Da!, que é presente e ausente, a pergunta que o pequeno sujeito se faz é sobre o sentido desta alternância, isto é, sobre o que ela quer. A resposta que o sujeito encontra, ao realizar esta operação metafórica é que *“o significado das idas e vindas da mãe é o falo”*.

Lacan propõe a criança aí como *“assujeito”*, totalmente assujeitada *“ao capricho daquele de quem depende, mesmo que esse capricho seja um capricho articulado”* (p. 195). Neste contexto de demanda e de desejo, vai se tratar da introdução desta função numa determinada seqüência (observamos o elemento temporal evolutivo aí presente): *“primeiro, o Nome-do-Pai, o único significante do pai, segundo, a fala articulada do pai, e terceiro, a lei, considerando que o pai está numa relação mais ou menos íntima com ela”* (p. 197). Esta função faz mediação, apresentando um horizonte além da lei materna, mas fundado por ela, sancionado por ela. A partir de então, Lacan propõe três tempos para o Édipo freudiano. *“Em primeiro lugar, a instância paterna se introduz de uma forma velada, ou que ainda não aparece (...) a questão do falo já está colocada em algum lugar da mãe, onde a criança tem de situá-la”*. É a mãe como portadora da metáfora paterna. *“Em segundo lugar, o pai se afirma em sua presença privadora, como aquele que é o suporte da lei, e isso já é feito de maneira velada, porém de um modo mediado pela mãe, que é quem o instaura como aquele que lhe faz a lei”*, isto é, o pai aparece a partir de sua introdução pela palavra materna. *“Em terceiro lugar, o pai se revela como aquele que tem (o falo). É a saída do complexo de Édipo (...) a identificação com o pai é feita neste terceiro tempo (...) Essa identificação chama-se Ideal do eu”* (p. 200). A partir daí, segundo Lacan, o *“pólo materno”* institui o que diz respeito à

realidade, enquanto “no nível do pai começa a se constituir tudo o que depois será o supereu” (p. 201). Podemos observar nesta seqüência toda a necessidade lógica da passagem evolutiva do tempo, bem como uma lógica na qual o antecedente prepara o subsequente.

Em um texto deste mesmo ano, *A Significação do Falo* (1958 b), Lacan aponta o papel do complexo de Castração e de sua “função de nó” na estruturação dos sintomas e “na regulação do desenvolvimento”. Esta condição é indispensável para “a instalação, no sujeito, de uma posição inconsciente, sem a qual ele não poderia identificar-se com o tipo ideal de seu sexo, nem tampouco responder, sem graves incidentes, às necessidades de seu parceiro na relação sexual, ou até mesmo acolher com justeza as da criança daí procriada” (p. 692).

Tendo em vista o mal estar apontado por Freud na relação do homem com a sexualidade, passando pelo assassinato primitivo do pai e chegando ao pacto da lei primordial de proibição do incesto, Lacan assinala a função do falo como fundamental: “é o significante destinado a designar, em seu conjunto, os efeitos de significado, na medida em que o significante os condiciona por sua presença de significante” (p. 697).

Ele chama a atenção para a relação paradoxal entre o falasser e o desejo, sua incompatibilidade: “O desejo não é portanto, nem o apetite de satisfação, nem a demanda de amor, mas a diferença que resulta da subtração do primeiro à segunda, o próprio fenômeno de sua fenda (*Spaltung*)” (p. 699).

Como conseqüências desta fenda, Lacan indica que o sujeito só designa seu ser ao barrar tudo aquilo que ele significa, e só encontra seu significante ao receber a marca da *Verdrängung* do falo. Ora, se o falo encontra-se velado, “é esse desejo do Outro como tal que se impõe ao sujeito reconhecer, isto é, o outro enquanto ele mesmo é um sujeito dividido pela *Spaltung* significante” (p.700). Se o sujeito só apreende o desejo a partir da castração do Outro primordial, “é da lei introduzida pelo pai nessa seqüência que depende seu futuro” (p. 701).

Em seus últimos seminários, Lacan volta a trabalhar esta noção do Nome-do-Pai, muitas vezes propondo formulá-la no plural. Trata-se de uma nova apreensão

deste conceito, sobre outras bases - a matemática e a topologia, dentro do contexto do nó borromeu.

No prefácio para *O despertar da primavera*, de Wedekind (1974 a), Lacan escreve: “*Mas o pai tem tantos e tantos (nomes) que não há Um que lhe convenha, senão o Nome de Nome de Nome*”.

Erik Porge (1998), ao trabalhar esta proposição a princípio enigmática, propõe pensá-la a partir da nomeação, seguindo Lacan em *Os não-tolos erram*, Seminário de 1973/1974, onde Lacan diz: “*não há acontecimento senão no dizer,(...) o acontecimento não se produz senão na ordem do simbólico*” (aula de 18/12/73). Para Porge, Lacan sugeriria por aí uma estrutura tríplice para a função do Nome-do-pai, relacionada com os registros Simbólico, Imaginário e Real: “*O nome de Nome de Nome é uma maneira de dizer a intrincação e a solidariedade destes três registros. É o nome ao qual responde, sem se identificar, aquele que, nomeado pela mãe, nomeia*”, explicita Porge (182,182).

Além de articulá-la aos três registros, numa relação de sincronia, Porge refere-se a uma ordenação no tempo, diacrônico, das gerações que aí se entrecruzariam.

No seminário *RSI*, de 1974/1975, Lacan acrescenta mais um elemento ao nó borromeu, um quarto aro, constituído justamente pela função do Nome-do-Pai: “*A necessidade de que um quarto termo venha aqui impor estas verdades primeiras é justamente aquilo sobre o que eu quero terminar, é, a saber, que sem o quarto nada é propriamente falando colocado em evidência do que é verdadeiramente o nó borromeu*” (aula de 13/5/75).

No seminário seguinte, sobre *O sinthoma*, de 1975/1976, Lacan se dedica a tornar factível este nó a quatro, o que acaba sendo possível topologicamente. Denomina este quarto nó de sinthoma (*sinthome*), utilizando uma palavra de grafia diferente da palavra que designa sintoma clínico (*symptôme*): “*é na medida em que o nome do pai é também o pai do nome que tudo se sustenta, o que torna menos necessário o sintoma*” (p. 21).

Mais adiante, Lacan acaba evidenciando a limitação do nó borromeu a três para dar conta das relações do sujeito com o mundo, pois seu enodamento, dando-se em continuidade, implicando uma só consistência, resultaria na paranóia. Para diferenciar a especificidade de cada registro e ao mesmo tempo garantir seu funcionamento articulado, vai se tornar necessário o nó a quatro : *“E é bem nisto que consiste, falando propriamente, o sinthoma. E o sinthoma não em tempo que ele é personalidade, mas em relação aos três outros, ele se especifica por ser sinthoma, e neurótico”* (p. 52).

Com este quarto nó, a escrita borromeana passa a ser diferente: *“Os três círculos participam do I (imaginário) como consistência, do S (simbólico) enquanto furo e do R (real) enquanto ek-sistindo a eles. Os três círculos se imitam, portanto. É tanto mais difícil de fazer isto, porque eles não se imitam facilmente. Porque, pelo fato do dito, eles se compõem num nó triplo. Donde minha preocupação, após ter feito a descoberta de que este nó triplo se enodava a três borromeamente, constatei que, se eles se conservavam livres entre si, um nó triplo, jogando numa plena aplicação de sua textura, é porque ek-siste, e é justamente quarto, e que se chama o sinthoma”* (p. 54). Isto permite a Lacan situar o Simbólico como lugar do furo (Recalque originário). O gozo fálico - lugar por excelência de circulação do falasser - estaria na interseção do real, do imaginário e do simbólico. O gozo do Outro, por sua vez, seria real e imaginário. Finalmente, o sentido seria imaginário e simbólico.

Todo este desenvolvimento se faz a partir da indagação sobre o escritor irlandês James Joyce, a princípio um psicótico, mas que não se revelou como tal, no entendimento de Lacan, pela função de letra, desempenhada por sua escritura. Vem daí a noção do quarto nó como suplência nas psicoses - no caso de Joyce, sua arte: *“uma escritura, portanto, é um fazer que dá suporte ao pensamento”* (p. 162). Haveria um quarto aro, chamado sinthoma, constituído pelo Nome-do-Pai, que constituiria uma amarração de estilo neurótico; e haveria um quarto aro constituído por algum outro elemento, que faria suplência ao Nome-do-Pai e permitiria uma amarração, mas de outro estilo, não-neurótico.

Alguns psicanalistas contemporâneos, tendem a dividir a clínica de Lacan com respeito às psicoses, de acordo com estes dois momentos da teorização lacaniana que abordamos, denominando o primeiro momento (cuja organização teórica foi apresentada principalmente no *Seminário III*) como *clínica do significante* e o segundo momento (considerando as elaborações que se iniciaram no *Seminário XXIII, O Sintoma*) de *clínica do gozo*.

Assim, em torno do conceito de suplência, de outras formas de amarração do nó borromeu - através de um sintoma que sustentaria o sujeito sem desencadeamento da psicose - diferentes da permitida pelo Nome-do-Pai, forma neurótica por excelência, desenvolver-se-ia uma nova clínica. Isto coloca em questão toda a classificação psicanalítica lacaniana, que se concebeu sempre em torno das três estruturas (neurose/perversão/psicose) imutáveis uma vez estabelecidas, noção que determinava inclusive a posição fechada de definição das estruturas já no tempo da infância, como abordamos no capítulo um.

Em um recente colóquio que se propôs justamente a debater os casos clínicos designados como *inclassificáveis*, estes psicanalistas discutiram a fronteira entre neurose e psicose no contexto desta chamada *segunda clínica de Lacan*.

Nos momentos finais do debate, Jacques-Alain Miller (1998), um dos expoentes deste grupo, posiciona-se: “*certamente nos perguntamos se esta clínica implica uma gradação entre neurose e psicose. Minha resposta é: não. Nos dois casos, temos ponto de capitonê: num caso, esse ponto é o Nome-do-Pai, no outro, é coisa diferente do Nome-do-Pai. É menos uma continuidade do que uma homologia, se é que posso dizê-lo aproximadamente, utilizando um termo matemático. Somente, percebe-se que a estrutura do capitonê não-Nome-do-Pai é mais complexa que a primeira. Lacan tentava representá-lo para nós pelo nó. De repente, o capitonê NP aparece por vezes como uma simplificação do outro, um caso particular*” (p.171). Se tomarmos esta colocação com todo rigor, estaríamos diante da seguinte questão: estaria o autor dizendo, em última instância, que a neurose seria uma forma “amena” de psicose? O que pareceria ir na contramão das proposições de Lacan, que sempre fez questão de colocar a heterogeneidade das psicoses em relação às neuroses; fato que subverteu a clínica das psicoses, do ponto de vista psicanalítico, permitindo

novas abordagens desta estrutura, até então condenada a ter que se ajustar aos modos de funcionamento neuróticos.

Na sequência da discussão, Genevieve Morel (1998) aponta como a noção de suplência está ligada à primeira clínica, do Seminário III e da forclusão enquanto algo que falta. Ao que Jacques-Alain Miller replica salientando como a segunda clínica, borromeana, é *uma clínica do funcionamento*. Acrescenta, sobre estes dois momentos da clínica da psicose: *“Distinguir o primeiro e o segundo Lacan é apenas propedêutico. Tomando-se os pontos extremos, há oposição, mas ao mesmo tempo existe passagem contínua de um a outro, e permanência de numerosos elementos que fazem o conjunto se manter”* (p. 185).

Na conclusão deste debate, Jacques Alain Miller retoma a observação de Lacan quanto a *“saber servir-se do Nome-do-Pai”*, acoplando-a a outra recomendação dele: *“saber como fazer com o sintoma”*. Percebemos assim o valor instrumental do sintoma, articulado ao significante do Nome-do-Pai, bem como o reconhecimento, por parte deste psicanalista, de que nesta distinção se trata muito mais de artifícios teóricos do que de uma necessidade clínica, pois ele mesmo e outros psicanalistas presentes no referido debate admitem a continuidade das idéias lacanianas e não seu rompimento, apesar de Lacan ter se utilizado, como já abordamos, de outras bases para continuar sua reflexão. Há relação entre o Nome-do-Pai enquanto inscrição - ou não - deste significante primordial e a posição do sujeito quanto a isto, ou seja, o modo como vai servir-se do sintoma.

As idéias de Jean-Jacques Rassial (1997 a) permitem esclarecer um pouco mais esta questão. Na trilha dos Seminários de Charles Melman sobre as *Estruturas lacanianas das psicoses* (1983-84), Rassial demonstra como Lacan, em seus últimos trabalhos, procedeu não a uma passagem do significante ao gozo, mas a *“uma desidealização do significante e a uma mudança de estatuto do objeto”* (p.29) - quando os nós deixam de obedecer a uma hierarquia (onde o Simbólico prevaleceria) e passam a ser concebidos enquanto interdependentes. Rassial marca como esta posição de modificação do conceito de simbólico, *que perde sua maiúscula*, obriga a uma reformulação das categorias de Outro e de Nome-do-Pai, que, segundo este autor *“perdem sua maiúscula e ganham o plural”*. Esta evolução do pensamento

lacaniano, Rassial a situa também no que concerne à evolução da constituição do sujeito. A operação Nome-do-Pai, efetuada na infância como resultado da metáfora paterna - que, *“ao substituir o gozo da mãe pelo saber do pai, desloca, mais do que o lugar, a função da castração e do falo, primeiramente atribuído à mãe”* (p. 30) - vai ser confirmada na adolescência, onde se trata de escolher nomes-do-pai, isto é, sinthomas: o Outro deve perder sua ascendência para o sujeito assumir as coordenadas de seu destino.

Para Rassial, os três primeiros aros RSI do nó borromeu são primários, independentemente dos eventuais fracassos de seu enodamento. Já o quarto aro, o Nome-do-Pai, é secundário e reparador. Por isso, Rassial questiona uma concepção estruturalista radical: *“a descrição sincrônica não basta e sua escritura supõe uma diacronia, ou, em termos mais explícitos, uma gênese do nó sinthomal”* (p.32). Esta “gênese” implica uma construtividade e uma mobilidades elaboradas na infância e na latência. *A operação adolescente* - aí com estatuto de conceito psicanalítico - teria por função justamente o fechamento deste nó sinthomal.

Como vimos, a transmissão do valor fálico como operador da estrutura para este conceito que o condensa, o Nome-do-Pai, coloca esta função como decisiva na definição da estrutura. Falta-nos pensar ainda como dar-se-ia esta inscrição, tendo em vista este cruzamento dos registros Real/Simbólico/Imaginário, que implicam um tempo do sujeito e um tempo do organismo. Nossa proposta é a de que esta construção ocorre através do cumprimento de várias operações psíquicas, anteriores àquela, conclusiva, da adolescência. É o que abordaremos no próximo capítulo.

5. OS MOMENTOS-CHAVE NA DEFINIÇÃO DA ESTRUTURA

*“Dizei como no começo Deuses e Terra nasceram,
os Rios, o Mar infinito impetuoso de ondas,
os Astros brilhantes e o Céu amplo em cima.
Os deles nascidos Deuses doadores de Bens
como dividiram a opulência e repartiram as honras
e como no começo tiveram o rugoso Olimpo.
Dizei-me isto, Musas que tendes o palácio olímpio,
dês o começo e quem dentre eles primeiro nasceu”.*

Hesíodo.

Como pudemos acompanhar pelo desenvolvimento precedente, a constituição de um sujeito vai ser inaugurada por uma **escrita**, marca da antecipação deste sujeito, ligada ao seu traço - unário - de reconhecimento.

Há um primeiro tempo que, recalcado, funda o inconsciente. O segundo tempo, da letra que barra e apaga a marca, é justamente a inscrição do Nome do Pai, que permite o acesso ao terceiro tempo: a dedução de que havia aí um sujeito, a interpretação é sua antecipação fundante.

Ainda é preciso que este significante do Nome do Pai seja validado, na particular versão que o sujeito vai lhe dar ao final da trajetória edípica - sua metáfora paterna. Esta vai lhe permitir constituir, ao pô-la à prova, o quarto nó, com que ele vai enodar de uma maneira singular, os três registros do Real, do Simbólico e do Imaginário - para que o sujeito assuma esta estrutura, isto é, seu sinthoma.

Percebe-se que, de um processo a outro o sujeito muda de posição - passa da relação com um Outro todo poderoso, ao qual se submete, para uma relação com um Outro que é marcado pela falta: S (A).

Diante do que já vimos, podemos considerar, portanto, três variantes:

- 1) Há um tempo de estabelecimento da estrutura, o que implica uma inscrição (ou não) do significante do Nome-do-Pai.
- 2) Este tempo não é o tempo do desenvolvimento genético, é um tempo lógico, que depende das condições peculiares da relação com a linguagem em cada sujeito.
- 3) Em relação à linguagem, o tempo do desenvolvimento conta e faz diferença. Seria improvável que isto pudesse se dar sem que, entrecruzando-se com estas operações lógicas, estivesse um organismo submetido às contingências reais de um crescimento, dando suporte imaginário ao sujeito em surgimento.

A estrutura significativa (sincrônica), vai se articular, inevitavelmente, com dois elementos diacrônicos:

- o real deste organismo submetido às vicissitudes de uma maturação progressiva de estruturas biológicas, neurológicas e sensoriais, embora dependente do desejo para se pôr em obra e da linguagem para se organizar;

- a imaginarização do Outro social que, em sua organização, prevê formas de reconhecimento do estatuto destes sujeitos, situando-os em diferentes lugares, que evoluem segundo sua idade cronológica, perante a lei, as organizações sociais, os dispositivos da cultura. Por exemplo, poderíamos dizer, *grosso modo*, que o lugar social atribuído à criança é a escola; ao adolescente demanda-se que circule pelos diversos dispositivos sociais (escola/grupos/sociedade); e ao adulto dá-se como lugar o trabalho.

O tempo que conta, para o sujeito inscrito na linguagem, é o tempo de encontrar sentido para si. Este sentido, na medida em que vai sendo avalizado pelo Outro, vai sendo questionado deste mesmo lugar, obrigando o sujeito a mudar de tempo/sentido.

O ordenador do tempo do sujeito humano é o Nome-do-Pai, significante que representa a possibilidade de antecipação do sujeito, como falante, desejante, mesmo quando ainda **infans** e pela vida afora.

Para a inscrição deste significante e suas sucessivas escansões, até desembocar numa estrutura, o tempo da maturação não pode deixar de ser considerado, pois a dimensão orgânica é a matéria-prima sobre a qual vai operar o significante: aí a base do funcionamento psíquico, no seu real, não pode deixar de ser levada em conta, como as patologias estão aí para nos apontar.

Angela Vorcaro (1997), partindo do nó borromeano, dá forma ao processo de estruturação subjetiva, através de uma “*trançagem*” que ela propõe resultar de uma base de seis cruzamentos entre os registros Real, Simbólico e Imaginário, para um sucessivo retorno. A autora toma como alicerce desta proposição um parágrafo de *Lituraterre* onde Lacan afirma a necessidade de artefatos como a cascata, a parábola, para sustentar que haja escrita (p.70, n. 11). Citemos a argumentação de Vorcaro: *A trança, portanto, pode ser tomada nesse estatuto de artefato da linguagem para a formulação da constituição subjetiva*” (idem).

Nesta trança, R, S, I são concebidos por Vorcaro como “*três linhas vizinhas e maleáveis, que sofrerão deformações contínuas*” (p. 127), na relação do *infans* com o outro/Outro materno, neste percurso que insere o sujeito no simbólico pré-existente.

Vejamos os seis cruzamentos propostos:

- 1º) Num organismo de funcionamento simbólico, entre tensão e apaziguamento, o real incide no simbólico, a partir da descontinuidade do agente materno;
- 2º) A falta real no simbólico é recoberta pela imaginarização do agente materno;
- 3º) O simbólico recobre o imaginário: a criança propõe-se como falo para responder à falta do Outro, pelo que interpreta de sua demanda;
- 4º) Esgarçamento real do simbólico, repetição do primeiro cruzamento numa segunda volta: momento de confronto com o pai real e a castração do Outro materno;
- 5º) Recobrimento imaginário do pai real, repetição do segundo cruzamento numa segunda volta, momento da castração imaginária, de idealização e de temor da potência paterna;

6º) O simbólico recobre o imaginário, repetição do terceiro tempo numa segunda volta, através da produção da metáfora paterna, conclusão do Édipo.

Podemos observar, nestas proposições, a reunião de várias teorias psicanalíticas de constituição subjetiva: o Édipo em Freud, em Lacan, os diversos estatutos da falta para Lacan, bem como a proposta das figuras topológicas e suas torções.

Interessa-nos apontar aí principalmente a linha diretriz desta proposta, à qual nos aliamos: a estrutura do sujeito não é um dado *a priori*, nem produto de um momento de definição único e cristalizado, mas é o resultado de vários tempos, que primeiro se instauram e depois são retomados diferentemente, considerando um desenvolvimento real, de um corpo tomado como imaginário, de uma série de processos de contato com a estrutura simbólica pré-existente que ele encontra ao nascimento.

Assim, o processo de constituição subjetiva decorre de uma série de operações psíquicas, momentos em que, primeiramente o *infans*, depois o pequeno sujeito, são instados a mudar de posição perante os significantes. Como seguimos com Lacan, a partir de sua leitura de Freud, as principais operações são: o Estádio do Espelho, o Apagamento (resultado da articulação entre alienação e separação); o Fort!Da!; o Édipo, seguido da Latência; e a Adolescência.

Todas estas operações, embora se reflitam geralmente nas chamadas etapas de desenvolvimento, têm o estatuto de operações psíquicas, porque longe de representarem aquisições passageiras e ultrapassáveis, deixam marcas, estruturam um modo de relação permanente. Compõem a estrutura, o eixo em torno do qual se dá o desenvolvimento, a partir das demandas e reconhecimentos do Outro. O ordenador que serializa esta estrutura e a torna operante, como vimos, é o falo, a partir da experiência da castração. O acesso à significação fálica que sustenta a passagem do *infantil* ao *genital* depende da inscrição do Nome-do-Pai.

Propomos articular esta inscrição do Nome-do-Pai - que carece de sucessivas confirmações - com estas operações psíquicas, que permitem justamente os diferentes encontros com a lei, o desejo, o significante, o objeto.

Sendo assim, para pensar o mecanismo de inscrição da forclusão do Nome-do-Pai, temos que nos remeter a falhas nestas operações psíquicas, ou seja, que a falha numa operação seja recorrente na operação seguinte, e assim sucessivamente até o momento, para o sujeito, de sofrer seus efeitos - no caso, da ausência deste significante -, ao ser chamado à responsabilidade pelos próprios atos. Em nossa cultura, não é esta a posição da criança. É no momento da adolescência que o sujeito vai começar a ser posto à prova.

Desta forma, até este momento - da operação adolescente -, teremos a possibilidade de a falha numa das operações não se repetir em outra, e de uma inscrição significativa ocorrer, mesmo que isto exija do sujeito um outro tipo de amarração. Como Lacan o demonstrou, é possível fazê-lo em referência ao Nome-do-Pai, pois, não havendo instalação da forclusão, há abertura para a função do Outro.

Isto implicaria em afirmar que toda psicose na infância é não-decida? Em princípio, seríamos conduzidos a esta conclusão. É importante demarcar este ponto, no que concerne ao que está em jogo no ato de enunciação de um diagnóstico na infância. Entretanto, há psicoses na infância, como a clínica no-lo demonstra. Há casos em que, excepcionalmente, a posição da criança em relação aos significantes se cristaliza de modo forclusivo, produzindo uma barragem à função simbólica do Outro, definindo uma psicose. São casos que constituem uma exceção à condição de inacabamento da infância, mas que podem ocorrer.

Tendo em vista os pontos teóricos já expostos, podemos agora apresentar uma proposta preparatória à nossa hipótese.

Retomando os três tempos lógicos descritos por Lacan e relacionando-os aos três tempos de inscrição do significante apresentados por ele no Seminário IX (A Identificação), poderíamos situar **três momentos-chave** no processo de estruturação subjetiva :

- 1) **O instante do olhar** situaria o primeiro momento da **inscrição** do significante - olhar do Outro primordial, suporte do Ideal do Eu, que marca aí um traço, fundando um sujeito, no entrecruzamento da introjeção simbólica com a projeção imaginária que resulta no narcisismo primário e possibilita o **estádio do espelho**.

- 2) **O tempo para compreender** instalaria o sujeito no campo Simbólico - operação do **Fort!Da!** - a partir do **apagamento**, recalque originário, resultante da inscrição do Nome-do-Pai e sua apropriação enquanto metáfora paterna, que propicia o encontro com um primeiro sentido/saber sobre si e sobre o Outro, dando lugar ao tempo do **Édipo** e seu corolário, a **latência** descritos por Freud;
- 3) **o momento de concluir** situaria a injunção que introduz o sujeito na **adolescência** e o apressa a concluir com uma asserção subjetiva: a **interpretação**, terceiro tempo da inscrição do significante, de escolha do **sinthoma**.

Assim, se entendermos, com Lacan, que é nos hiatos entre um tempo e outro que o **sujeito** emerge, é nestes intervalos que temos também a possibilidade de que o sujeito **não emerja**. Há nestes momentos a necessidade de um remanejamento da significação do falo, de acordo com as diferentes faltas (ou castrações, como dizia Françoise Dolto). Lacan apontava, no *Seminário XI* (p. 237): “... a cada etapa da vida do sujeito, algo veio, a cada instante, manejar o valor do índice determinante que constitui este significante original”.

Isto tem como conseqüências:

- 1) a inscrição do significante necessita de sucessivas confirmações;
- 2) estas confirmações dependem de encontros (tyché) com algum agente portador de significantes;
- 3) há abertura para intervenções através da palavra, durante estas suspensões.

Estamos agora em condições de apresentar a seqüência de nossa elaboração.

Nossa hipótese seria de que, entre um e outro destes tempos, encontraríamos **momentos de vacilação**, como **tempos de suspensão**, onde o pequeno sujeito, ao não encontrar nos outros que encarnam para ele este Outro de onde ele espera as confirmações necessárias, ficaria num tempo de **paralisação**, de **indefinição** quanto ao seu lugar de falasser. Ao invés de se precipitar numa afirmação sobre si, ficaria parado no próprio momento da suspensão. São momentos em que há o encontro com

a falta de significante no Outro, diante dos quais a criança não dispõe de recursos a não ser oferecendo seu corpo ou seu psiquismo como resposta ao vazio.

Encontramos ecos para esta hipótese em Jean-Jacques Rassial (1997 a), que vê nestes momentos uma autêntica depressão, no sentido da posição depressiva de Melanie Klein, “*que impõe uma reconstrução não somente imaginária, mas também simbólica, para afastar o real que faz então retorno*” (p.29).

Assim, propomos situar estas paralisações em relação às operações psíquicas e ao risco de patologia que podem estabelecer como defesa:

- 1) Na primeira escansão entre um tempo mítico zero e o narcisismo primário, a não resposta do Outro situaria o **infans** no risco da **elisão**, podendo desenvolver como defesa o **autismo primário**.
- 2) A segunda escansão, entre a inscrição e seu apagamento, colocaria o pequeno sujeito em suspenso entre a operação especular e a saída do estádio do espelho para o Fort!Da!, com o risco de **foraclusão do Nome-do-Pai**, onde poderíamos situar a possibilidade de eclosão do autismo secundário e da psicose.
- 3) Uma terceira escansão entre o Fort!Da! e a formulação própria da metáfora paterna, implicaria numa paralisação num tempo edípico sem resolução, numa espécie de latência infinita, sem alternativa sublimatória, com o risco da **confirmação da foraclusão do Nome-do-Pai**, e a evolução para a psicose ou para a esquizofrenia.
- 4) A escansão entre o tempo do recalçamento secundário e sua interpretação, coloca o sujeito entre o infantil e o sintoma. Este hiato, antes da assunção da estrutura num ato, pode configurar uma adolescência interminável.

Para este quarto tempo de escansão, J.J. Rassial (1997 b) propôs o conceito de **Estados-Limites**: *um estado de suspensão, um momento de não escolha [entre tomar um sintoma e não tomá-lo]*” (p. 87), com o qual concordamos.

Pensamos que nos tempos de escansão 2, 3 e 4, ao invés de se definir o quadro como de psicose, de autismo secundário ou de esquizofrenia, o termo diagnóstico PSICOSES NÃO-DECIDIDAS contempla melhor este estado que não

estaria confirmado, mas muito mais à espera de um movimento do Outro que pusesse fim a esta suspensão.

Conforme diz Alfredo Jerusalinsky (1993 a), *“quando uma inscrição ainda permanece no campo da forclusão, quer dizer, na impossibilidade de seu efeito simbólico sobre a série significante, na infância precoce, esta inscrição pode sofrer um deslocamento que a coloque numa posição diversa da original a respeito do Real, ou seja, que recorte a pulsão de um modo tal que essa inscrição possa passar então a fazer função simbólica”* (p.63).

Neste sentido, a possibilidade de mudança do encaminhamento psicótico é apontada por Jerusalinsky: *“Pelo fato de a infância estar caracterizada pela não ligação definitiva entre o significante e o ato, por não se ter produzido a solda entre a inscrição e o Real ainda, é possível um deslocamento dessa inscrição original”* (p. 63-64).

Assim, a cautela em apresentar um diagnóstico fechado, de caráter definitivo, num momento de desenvolvimento como é a infância, permite não confundir uma *fenomenologia* autística ou psicótica com o que diz respeito a uma *estrutura psíquica*.

Sabemos que a psicanálise, ao situar o diagnóstico no campo da transferência, não se atém a uma compilação de sintomas, considerando muito mais o lugar a partir do qual o sujeito fala e que lugar atribui ao Outro no campo transferencial que se arma. Neste sentido, tem uma posição diferencial em relação ao diagnóstico fenomenológico e descritivo da psiquiatria. Por que, então, correr o risco de propor como estrutura defesas que podem ter o estatuto de solução provisória, diante de um momento de vacilação subjetiva, quando a constituição do sujeito ainda está em curso?

Indo ainda mais longe: por que correr o risco de propor, à criança e à família, justamente neste momento de fragilidade, de vacilação, um diagnóstico fechado que poderia funcionar como uma nomeação, um “tu és” que pode adquirir o valor de um imperativo, de S1, colocado desde o peso do “discurso científico”, abalizado, e aí sim, definir um destino?

Cabe aqui retomar algumas palavras de Maud Mannoni (1970, 1981), que ocupou-se bastante de denunciar os efeitos das “verdades do saber psiquiátrico”: *“Desde que um diagnóstico de psicose se enuncia, a pressão da família e a da sociedade levam o médico a tomar medidas num terreno onde, talvez, a única providência médica válida seria a de opor uma recusa à solicitação familiar e uma atenção de escuta às palavras de um paciente que espreita o perigo de desaparecer como indivíduo sob as vestes da loucura, a fim de transformar-se, para sempre, no objeto de que se fala, que se manipula e de que se dispõe”* (p. 58).

Poder-se-ia argumentar, referindo a necessidade de definição do diagnóstico para a direção do tratamento. Sabemos, em psicanálise, que as intervenções devem levar em conta em que lugar o Outro está colocado para a criança, já que não se trata do mesmo Outro na psicose, no autismo ou na esquizofrenia.

Replicaríamos, em contraposição, que este é justamente o grande desafio da clínica psicanalítica de crianças: suportar se deslocar de um a outro lugar de Outro (do Outro inexistente do autismo ao Outro persecutório e imperativo da paranóia ou ao Outro devorador da esquizofrenia), sem outra bússola senão a aposta nas incursões da criança no campo significante, sem outro Norte senão o desejo de analista, movido pela experiência do inconsciente.

Quando este lugar do Outro se apresenta sempre no mesmo lugar, ao qual a criança se oferece sempre do mesmo modo cristalizado, aí sim, há argumentos psicanalíticos suficientes, constituídos *na transferência*, para definir que a defesa se organizou em estrutura e então sim, confirmar a patologia.

O que a clínica nos ensina, assim como as descrições clínicas da literatura psicanalítica, é que se necessita geralmente de muito tempo de escuta para chegar a este tipo de conclusão, de modo que a proposta de um diagnóstico como não decidido ainda, sem antecipação de destinos, apenas aponta um caminho, para que uma escuta psicanalítica possa se instaurar e produzir efeitos.

Acompanhemos do ponto de vista do trabalho clínico estas proposições.

6. APRESENTAÇÕES CLÍNICAS

*“O que é a aventura psicanalítica
senão esta caminhada através dos atalhos,
sem cessar inexplorados,
em que a verdade se entrevê,
mas nunca se alcança?”*

Françoise Dolto.

Diante do exposto, podemos agora retomar nossa pergunta de pesquisa - PODE O TRABALHO PSICANALÍTICO INFLETIR O RUMO DA PSICOSE NA CRIANÇA, QUANDO ESTA NÃO ESTÁ DECIDIDA? - referindo-a à experiência clínica.

Como em toda pesquisa psicanalítica, seguimos a via apontada por Freud, de buscar na leitura de nossa clínica os elementos que nos permitem avançar quanto às indagações que aí mesmo se apresentam.

Vamos a seguir trabalhar dois casos clínicos, cada um situado num destes tempos de indefinição acima descritos.

O primeiro deles, **O menino do Urso**, está no segundo tempo de escansão, em suspensão entre o estádio do espelho e a operação do Fort!Da!

O segundo caso, **O anjo negro**, está no terceiro tempo de escansão, em suspensão entre o Fort!Da! e o Édipo, num tempo de latência anterior à resolução edípica e, portanto, sem solução de continuidade.

6.1. O menino do urso

- *“ele é louco de triste”* -

Hélio, de seis anos, é trazido pelos pais para tratamento porque eles *“têm dúvidas quanto a sua masculinidade”* (SIC). Os pais relatam que ele não tem amigos, na escola só se aproxima da professora. Não interage com o pai, recusa-se a sair com ele. Quando fala, designa-se na terceira pessoa. Fala por vezes muito alto. Hélio tem uma irmã dois anos mais nova e costuma imitar suas brincadeiras.

O início do trabalho se dá com a participação da mãe. Na sessão da qual o pai participou, Hélio recusou-se a entrar. Ele é bastante inibido, só se manifesta quando a mãe o incita, fala o que ela lhe diz para falar. A mãe, em compensação, coloca-se bastante: fala de suas dificuldades de relacionamento com sua própria mãe, para quem *“só os filhos homens têm valor”* (SIC). O pai dela esperava um filho homem quando ela nasceu e ela nunca conseguiu ocupar o lugar que o irmão mais velho tem perante os pais. Depois destas sessões conjuntas iniciais, a mãe decidiu empreender uma análise pessoal. Hélio passou a entrar sozinho para as sessões.

6.1.1. O Corpo Despedaçado

O primeiro tempo de trabalho com Hélio foi muito difícil para nós dois. Ele pouco se colocava, pintava folhas inteiras de uma só cor. Praticamente um ano se passou para que, do preenchimento total da folha ele passasse a pintar bolinhas esparsas, ainda sem designações. Fazia também algumas atividades com os bonecos: eles faziam coisas mecanicamente, mudavam de lugar, mas nada falavam. “*Eles não são gente, são bonecos de pano*”, explicava ele.

Hélio passou da representação totalizante de um Outro primordial maciço, puro imperativo, única realidade acachapante de um tempo único de alienação, para a representação de seu corpo próprio como despedaçado. Neste tempo os objetos são reais, não há lugar para a substituição metonímica, está aquém do Simbólico. S1 e S2 holofraseados, o Simbólico é Real e o Imaginário não se constitui.

Num segundo tempo, pude destacar alguns detalhes: cada vez que entrava na sala, Hélio apagava a luz, as sessões passavam-se geralmente na penumbra. Algumas vezes ele ocupava-se de abrir e fechar a persiana. Fazia alguns riscos no quadro-negro, para apagá-los em seguida. Relatava dados sobre os objetos: designando os de plástico, os de madeira... Havia certa preocupação com as outras crianças que vinham ali, pelos “indícios” que deixavam. Refere-se a si mesmo dizendo “ele” ou seu nome e repete várias frases que parecem ordens externas que recebeu, frases possivelmente da mãe, ou então faz perguntas e ele mesmo responde.

Num determinado dia, já no segundo ano da análise, Hélio passa a jogar objetos para a outra sala (são duas salas, com uma divisória ao meio, sendo que a outra sala é o consultório “dos grandes”, onde há umas mesas de vidro). Enuncio uma proibição aí. Mesmo assim, ele pega um urso de pelúcia e o joga para a outra sala, espiando-o pela fresta e pondo a mão para assustá-lo. É sua primeira brincadeira.

É um primeiro tempo simplesmente de instalação do significante, enquanto pura diferença, diante de uma totalidade aniquiladora. Penso que barrar o acesso à outra sala teve o valor de interditar o corpo materno e instaurar um primeiro corte, um primeiro não. À Bejahung somou-se a Verneinung.

Foi possível destacar um objeto que poderia ser outra coisa que não ele mesmo, em sua realidade de bicho de pelúcia. Não por acaso, trata-se de um animal, um Urso. Como sabemos, o urso é um mamífero de corpo pesado, maciço. Curiosamente “domesticado” pela cultura, ele ganhou corpo de pelúcia e virou símbolo de carinho para as crianças e os namorados. Além disso, contém o semantema UR, que remete à questão da origem; e não deixa de ser parte do discurso.

Freud já se referia ao animal como o mais remoto ancestral, aquele que não se tem como representar, que antecede o avô, o pai e o filho, numa trilha genealógica retroativa que se torna nebulosa ao passar da terceira geração, por isso a referência ao animal, figura totêmica.

*Lacan já falava, em **A Terceira** que “se há algo que nos dá a idéia de ‘se gozar’ é o animal” (1974 b).*

Foi neste momento de captura transferencial enquanto Outro persecutório, que ao mesmo tempo instalou uma possibilidade de espaço Imaginário, que pude fazer a hipótese diagnóstica de psicose não-decida.

Já havia percebido em Hélio alguns traços psicóticos, principalmente seu posicionamento na linguagem: repetia frases ouvidas diretamente, sem produzir inversão nem apropriação enquanto sujeito das frases; nos diálogos, não dava lugar ao outro: ele mesmo compunha as frases com as perguntas e as respostas. Com relação aos objetos, não se desprendia de seu estatuto real, não podendo passar para o objeto representado: podia descrevê-los, manuseá-los mimeticamente ou classificá-los, mas não brincava, não constituía um lugar Imaginário. Alguns significantes retornavam-lhe como puro real, produzindo aniquilamento, ao que reagia agressivamente.

Mais adiante, como se poderá observar, há descrições de momentos delirantes, com um conteúdo religioso. Houve também um uso de neologismos em toda uma série de produções na análise e alguns momentos de aspecto erotomaniaco com o advento da puberdade.

Entretanto, a resposta de Hélio às minhas propostas de brincadeiras e seus investimento no espaço da análise deram provas de sua abertura ao Outro, do quanto ele estava à espera de um outro para dar lugar as suas possibilidades

imaginárias e aos seus recursos simbólicos - o que permitiu o caminho que realizamos e que ora relato.

*Emprestando-lhe os significantes (e parafraseando Lacan), posso falar deste trabalho como **um trilhamento de um urso ao Urso**.*

6.1.2. A Saga do Urso

Resolvo dar voz ao urso, ele aceita e começa a falar com ele.

H.: “O urso fugiu do lugar dele. Lá que é o lugar dele. Ele tava lá do outro lado. Ele jogou lixo lá”.

Põe-se a pintar: “Preto. Cobrir de preto. Desapareceu o pedaço”.

An.: “O que você pintou?”

H.: “É a bolinha, Hélio desenhou a bolinha”.

Ele pega uma bolinha, joga-a, ela bate em mim e em vários objetos da sala, que ele vai nomeando, dizendo o que ela “quase quebrou”.

H.: “Quase foi pro lugar dos grandes?”

An.: “O que ela quer fazer lá?”

H.: “Quer quebrar o pote de alguém lá, de um grande. Daí ele surra”.

- “E que tal se quebra a bolinha?”.

An.: “Se não quebrar o pote é a bolinha que quebra”.

Ele põe o urso em ação: joga-o no chão e diz: “seu urso feio (bate com a bola nele), se você jogar lá do outro lado vai buscar de volta”

Acaba jogando o urso para o outro lado. Vai guardar um jogo e quase cai.

H.: “Que tal se cai o armário? Que tal se cai na tua cabeça? Tem que ir pro hospital”.

-“Olha o urso, caiu debaixo da mesa”.

An.: “Ele vai ter que ir pro hospital?”

H.: “Ele bateu na mesa, escutei o barulho do pé dele, vai ter que ir pro hospital.

An.: “E você, bateu com a perna na cadeira, doeu?”

H.: “Não doeu, acho que doeu o urso, eu escutei o grito dele, ele bateu na mesa. Ele se bate”.

An.: “Por que?”

H.: “Porque ele foi muito longe”.

An.: “Ele tem um corpo que é dele, por isso sente dor”.

Começa então a perguntar quem trouxe os objetos que aponta e de quem são, respondendo ele mesmo: “é da casa”.

Observa-se seu lugar de exterioridade em relação à linguagem, como a mensagem lhe vem diretamente do Outro. Ao mesmo tempo, esboça-se uma transitividade com o urso, num movimento especular que se conjuga a um esboço de Fort!Da! Percebe-se o que está em jogo: produzir uma falta no Outro ou deixar-se despedaçar. Ao mesmo tempo em que começam a existir enquanto representados, os objetos remetem a um lugar desencarnado, anônimo (“a casa”). O Outro é ainda pura função.

Na sessão seguinte, continua pintando bolinhas, tento associar:

An.: “É você, aí?”

H.: “Não, é bolinha. Não é o Hélio mesmo”.

An.: “Não parecem bolinhas, parecem os pedaços do corpo de alguém”.

H.: “Hélio tá fazendo bolinha, não é o Hélio do mesmo jeito. Hélio só faz bolinha. O Hélio não sabe fazer o Hélio. Hélio não sabe desenhar gente”.

Passa a trabalhar com massinha:

H.: “Viu que lixo bonito? Não é massinha de bolo, é lixo”.

An.: “É uma massinha que dá para fazer boneco, bolinha, o que você quiser”...

H.: “é só bolinha que o Hélio tá fazendo aqui”.

An.: “A bolinha pode ser a cabeça de alguém”.

H.: “Não!”

An.: “E se fizermos olhinhos nela (vou fazendo), nariz, boca...”

H.: “Vou apagar”.

An.: “Ora... agora a bolinha não pode ver, nem respirar, nem falar, nem comer, nem ouvir...”

H.: “É que bolinha não é gente”.

An.: “E não pode virar gente?”

H.: “Não”.

Começa então a bater no urso, porque jogou massinha do outro lado. Passo a falar pelo urso, ele bate nele e eu vou me queixando pelo urso.

Urso: *Por que você está me batendo?*

H.: “Porque você jogou bolinha do outro lado. Vou te machucar porque você jogou lixo, daí estraga coisa de gente grande. Você vai ganhar uma surra no nariz”.

Urso: *Agora não consigo respirar direito.*

H.: “Não vai respirar até ir morto pro cemitério, ninguém vai te cuidar lá, vai ficar enterrado”.

Urso: *Mas eu quero viver.*

H.: “Não vai não. Ninguém vai te cuidar no céu. (Vai sucessivamente torturando o urso, nos olhos, na cabeça, pisoteia-o, surra-o na boca, enquanto eu vou me queixando pelo urso, nomeando as partes atingidas. Ele vai ficando cada vez mais violento com o urso).

H.: “É que ele tem que morrer. Isto daqui tá dando choque nele. Olhe ele chorando. Tô passando choque para ele morrer. Ele tá louco de triste, ele é louco de triste”. Vai descrevendo as torturas: “tô cortando a barriga dele, o estômago dele”. “Ele tá no médico para tirar o estômago dele”.

Relaciono com a situação do nascimento. Ele vai cortando mais o urso e me pede para fazê-lo chorar, dizendo:

H.: “Olha ele morrendo de tristeza, olha ele chorando de tristeza, olha **eu** pisando nele”.

Descreve a morte do urso, após cortar a língua dele:

H.: “Vou cortar para **eu** comer. Tá saindo sangue. Ele vai morrer. Agora ele morreu. Vou pegar um caixão para pôr ele. Olha onde vou fazer o enterro do urso. Bem no meio das almofadas. Olha ele enterrado aqui. Já fiz o enterro do urso. Pus ele dentro do saco de lixo. Olha aqui o urso morto”.

An.: “Ele não vive mais”.

H.: “É que saiu todo o sangue dele. Quando sai a gente morre. Vão falar na TV que o urso morreu, que saiu todo o sangue da boca dele, o Hélio cortou.

Ele vai ao quadro-negro e desenha dois esboços de rostos.

H.: “Agora vou fazer um de piá. Tão ouvindo na TV que o urso morreu. Coitado do urso, morreu”.

Falo então sobre o que a mãe me contara: que ele tinha o mesmo nome de um político famoso que morreu e que o pai dele admirava. Esta morte foi amplamente noticiada e a mãe guardava um recorte de jornal da época.

H.: “O Hélio tá vivo. O Hélio não morreu. Só tem um Hélio”.

Percebemos nesta sessão a Denegação (Verneinung) começando a se impor, ao mesmo tempo em que ele me convoca a olhar, testemunhar o que ele está fazendo, momento em que se designa por eu, faz alusão a algo desta letra que o marca no nível do nome e começa movimentos de apagamento. Tudo isto se dá a partir desta expulsão do Urso. Remeto-me a Hector Yankelevich (1991): “... a instauração do significante primordial se faz com o tempo. De uma matéria de gozo que é preciso expulsar sob a forma de insultos. A Ausstossung da qual fala Freud em A Denegação, a expulsão fora do sujeito, é um processo que se pode e se deve seguir, na falta do que a simbolização do significante primeiro jamais será adquirida (...) Para poder dizer que há inconsciente, que há grande Outro do qual o inconsciente é o corte em ato, a linguagem não é suficiente, é preciso esta separação, a separação do significante fálico” (p. 130).

Na próxima sessão, o urso vive novamente para sofrer as mesmas torturas, onde se repete a convocação ao meu olhar e a enunciação de um eu que é o sujeito das ações, até que o urso é mandado para o outro lado. Aí aparece algo novo:

H.: “Ele tá morrendo de medo. Coitado do urso, ele tá sozinho. É porque a ursa que é a mãe dele não tá ali. O urso é o nenê da ursa. Ele ficou chorando, tá sozinho lá do outro lado. Se não tem ninguém para cuidar dele, ele chora. A ursa foi trabalhar. O urso jogou o urso lá de castigo”.

No final, repete a morte do urso, desta vez com um tiro e diz algo que vai se repetir nas outras sessões: “Eu tenho um ursinho na minha casa, que é marrom (o da sessão é amarelo), mas não machuco ele porque ele é bonzinho. Esse aqui faz bagunça”.

Esboça-se um lugar imaginário para este urso, onde a ausência pode começar a ser simbolizada. A divisão entre o que dá prazer e o que causa desprazer é colocada nestes dois ursos: o bom que está em casa (a irmã) e o mau que está ali (ele).

Na sessão seguinte ele começa a repetir minha fala, como uma ladainha: “Hélio, nosso tempo já acabou”. Fala várias vezes que não vai mais ali, que a próxima sessão será a última. Então, no final:

H.: “A bolinha caiu do outro lado. Foi cuidar do urso porque ele tá chorando. Ela foi ver o que o urso quer, se ele quer vir aqui”.

An.: “O urso não está mais sozinho”.

H.: “Ela vai ver o que ele quer. Se ele quer voltar”.

An.: “Será que o urso vai querer voltar aqui?”

H.: “Ele quer”.

An.: “Ele sabe que aqui tem um lugar para ele?”

H.: “No armário tem”. “Não vou mais vir aqui, só na próxima”.

O espaço imaginário permite um esboço de transferência real: sou agora este Outro de quem ele toma a mensagem diretamente. Põe-se em cena um lugar amedrontador, onde a denegação e a afirmação de uma ocupação possível deste lugar se formulam. Se num primeiro momento, instaurei o urso como falante, como tendo corpo e sentimentos, capaz de fazer apelos, agora, é de sua parte que aparece uma demanda em minha direção: falar pelo urso, mas com o roteiro preparado por ele. A transferência começa a se instaurar mais além do Outro imperativo da paranóia.

Numa determinada sessão, falo sobre ele estar “judiando” do urso. Ele fica fascinado com este significante, que me pede repetidas vezes para enunciar. Fico perplexa, até que:

H.: “O judeu matou Jesus e o Hélio matou o urso”.

An.: “Você faz como o judeu, então”.

H.: “Faço”.

An.: “E o urso é como Jesus”.

H.: “É, mas eu vou matar o urso. O Hélio reza para Jesus. Faça a urso chorar, porque ele morreu e eu não vou rezar na missa”.

“O urso tá que nem Jesus, todo machucado”.

A mãe, numa das sessões conjuntas, relata que conta historinhas bíblicas para ele. A família é muito religiosa.

“Judiar” é um significante onde ele se reconhece, como pude mais tarde perceber, ao notar sua identificação ao lugar de Cristo. Ele encontra ali o primeiro significante que o designa, assim como o Urso pôde representar a primeira imagem de seu corpo.

Pode-se notar que a condensação começa a funcionar. Há uma cadeia significante se desdobrando e possibilidades de se fazer metáfora, embora ainda sem muita separação entre significante/significado. Este efeito metafórico vai aparecer numa próxima sessão de maneira muito clara, bem como o papel cortante que têm os significantes para ele, vividos ainda como reais.

Ele vai apontar um lápis no lixo e aí recita a música da campanha municipal de seleção de lixo:

H.: “Este é o lixo que não é lixo. Lixo que não é lixo não vai pro lixo.

Se - pa - re”.

Conta-me então sobre a procissão do “Senhor Morto”, das músicas religiosas que cantou, junto com a família. (A mãe já me relatara que, nestas procissões, ele cantava muito alto, quase suplantando a voz do padre e chamando a atenção dos outros). Ele então conta a história do nascimento de Jesus, onde percebo que não lhe contaram nada sobre o nascimento dos bebês e o que vigora é a versão religiosa, onde justamente o pai da realidade é elidido.

Em outra sessão, o urso está pintado porque outra criança fizera uma marca nele.

H.: “Faça o urso chorar porque o Hélio pôs tinta nas costas dele”.

An.: “Foi você que pôs?”

H.: “Foi sim”.

An.: “Será que não foi outra criança?”

H.: “Foi meu pai, foi minha avó que pôs”.

An.: “Você fez uma marca no urso”.

H.: “É porque eu judio dele”.

An.: “Pôr tinta não é judiar, é só marcar. Teu pai também te pôs uma marca quando te deu um nome”.

H.: “Não pôs não”. “Vou fazer uma marca agora na barriga dele”.

“Caneta branca não escreve. Vou fazer no preto”. “Esta aqui apaga” (canetinha branca que apaga as outras).

An.: “Você fez a marca e depois apagou”.

H.: “Agora no ursinho. Só vou beliscar, não vou fazer marca. Não gosto mais dele, porque não conheço ele”.

Urso: *Mas você pode me conhecer.*

H.: “Não, porque não gosto de você. Eu fiz uma marca em você”.

Urso: *Eu gostei, agora eu sou um urso diferente dos outros.*

H.: “Vou apagar a marca”. (Todos os desenhos que faz, usa a caneta-apagador para apagar depois).

Urso: *Agora você não pode mais apagar, eu já tenho uma marca, uma marca que é só minha.*

H.: “Não vou mais apagar. Tenho uma raiva deste urso”.

Quando me pede para fazer o urso chorar porque o machucou, digo, pelo urso:

Urso: *Eu não estou triste porque você me bate, estou triste porque você não quer me conhecer, não quer ser meu amigo.*

Ele fica perturbado:

H.: “Eu não vou mais vir aqui”.

Urso: *Eu vou ficar com saudade.*

H.: “Quem falou?”

An.: “O urso!”

H.: “Faça ele chorar que eu não vou vir mais”.

No final, joga o urso para a outra sala:

H.: “Eu não vou vir mais”.

An.: “Você tem uma história com o urso para continuar”.

H.: “Não venho mais. É para você ficar com saudades do Hélio”.

Começo a perceber que ele passa a se apropriar das mensagens, este afastamento do Outro real encarnado em puro imperativo se esboça, uma inversão se opera, ao mesmo tempo que uma vacilação em ocupar seu lugar, a pergunta de fundo sendo: Pode o Outro me perder?, que se formula na transferência. O se-pa-re remete a um tempo de separação, já situando-o entre a letra e a porcaria, como brincou Lacan. Mas se trata ainda de repetir um tempo de apagamento sem fim de uma marca.

An.: “Esta marca que você fez, é o número 8?”

H.: “Não, você não tá enxergando porque eu tô apagando”.

An.: “Não é sua idade?”

H.: “Não tenho idade”.

An.: “Quantos anos você tem?”

H.: “Chega de falar de idade”.

Insisto em falar dos oito anos que ele vai comemorar logo, ele é incisivo:

H.: “Vou cortar a língua do urso, para ele não falar mais”. Começa então a repetir que não vem mais e que vai me surrar com um pau, como ao urso. Fala da raiva que tem do urso. Falo da raiva que ele deve sentir dos meninos da escola que brigam e caçoam dele (conforme a mãe me relatara).

Ele apaga quase todo o desenho:

An.: “De toda aquela marca ficou só um pedacinho”.

H.: “Vou apagar o pedaço do 8. Já apaguei”.

Em nova sessão, em meio às torturas do urso, faz um desenho:

H.: “É céu. Eu não vou desenhar eu. É o céu este aqui. Eu vou desenhar São Pedro dentro do céu”.

“Um passarinho no céu. Conhece o céu?”

“Tô apagando o céu pro São Pedro fugir, pra apagar a luz. Quando apaga a luz meu pai telefona pra Copel”.

An.: “São Pedro fugiu do céu?”

H.: “Não, porque tem um pedaço... (apaga). Pronto, já conseguiu, tá aberto o céu”.

An.: “Pra onde ele vai?”

H.: “Vai ficar dentro do céu”.

An.: “Ele queria fugir. Agora que o céu está aberto ele não vai sair?”

Ele me olha rápido, fica muito alterado, começa a falar em rezas, missa, mistura com a brincadeira com o urso, pergunta como é o nome do urso.

Urso: *Você é que tem que me dar.*

H.: “Eu não te conheço mais”.

“Meu pai cavoucou a terra, tinha uma manilha que saía o esgoto. Eu joguei água, agora não vou mais jogar, vou esperar sair o esgoto”.

Pinta de verde fora do céu, mas não diz o que é. Fala de procissão, orações, vozes. Pega dois caminhõezinhos:

H.: “Tão na rua”.

An.: “Eles vão para onde?”

H.: “Pra São Pedro”. “Hélio, reze o Padre Nosso”.

An.: “Quem está falando?”

H.: “Não sei...”

Quando tento terminar a sessão, ele se altera ainda mais, guarda os caminhões e diz:

H.: “Estes daqui vão para a cadeia da outra vez”.

*Fico muito confusa com o que se produziu aí. Esta irrupção do pai como esta figura terrível, que desencadeia esta reação que lembra um delírio me coloca muitas questões quanto ao direcionamento desta análise - tratar-se-ia de uma psicose? A reação que ele teve tinha todas as feições de paranóia. O que pude articular na época é que Hélio veio para a análise num momento lógico estrutural situado entre a **Bejahung** (afirmação primeira) e a **Verwerfung** (foraclusão) dos significantes do Nome-do-Pai. Parecia estar a caminho de uma estruturação psicótica, mas que ainda não estaria cristalizada e poderia tomar outro rumo.*

Na sessão seguinte, Hélio chega trazendo uma vara de vime e me diz:

H.: “Você vai apanhar com vime, eu trouxe de casa. É do lote do meu nono (referência ao avô paterno), o meu pai foi arrancar”. Acaba só surrando o urso, insultando-o e me pedindo para fazê-lo chorar.

H.: “Vou mandar outro piá para cuidar do urso. Não vou mais ficar nessa sala. Vou mandar outro piá, um bem ruim”.

Falamos sobre a escola, onde tem uns colegas que o assustam, segundo a mãe. Ele conta que um deles o assustou com um sapo de borracha, e diz que “não gosta de amigo”. Neste dia, decido fazer o urso protestar contra os castigos:

Urso: *Chega! Você não é meu pai, nem minha mãe, não tem o direito de me xingar, nem de me bater.*

H.: “Chega de ficar pensando o que você tá pensando, seu feio. Não vou respeitar você, só meu nono”.

“Hélio do céu e da terra! Reze! Reze o Padre Nosso!”

Numa sessão depois, risca minha calça e se assusta, diz que não vai mais vir. Falo que ele não vai apanhar porque riscou minha calça, mas que eu fiquei surpresa de ele ter feito uma marca em mim.

Este pai mítico que começa a aparecer, através deste real da vara de vime, atributo do avô paterno, começa a presentificar algo da Lei que tem conseqüências na sua fala: ao mesmo tempo que repete estas injunções religiosas de estilo delirante que fazem apelo a um Pai que vem desde o Real, faz também lapsos e perguntas.

Começo a convidá-lo para ele fazer a voz do urso, agora que já sabe brincar.

Ele diz:

H.: “Faça a **vó** dele”. Ele mesmo percebe o lapso e ri.

An.: “A vó dele?”

H.: “Não! Tá surda! A voz!”

“O Hélio não sabe fazer brincadeira, o Hélio não sabe nada. O Hélio nasceu depois”.

Anal.: “Como?”

H.: “Foi Jesus que me fez”.

Chamo a mãe na sessão seguinte, para discutirmos este assunto. Hélio repete: “foi Deus que pôs uma sementinha na mãe para eu nascer”. A mãe, interpelada,

defende-se: “Mas no fim das contas eu não chegaria mesmo a Deus, para explicar a origem de tudo?”.

O que se manifesta através desta religiosidade tão presente nesta família é uma recusa latente: do desejo. Com esta resposta, a mãe elide o marido. Ele não aparece como aquele que conta para ela, o que poderia dar acesso a um pai simbólico. Ela remete o filho diretamente a Deus, sem intermediário: um campo Outro sem mediação que retorna como puro imperativo. Como o pai da realidade não conta, é figura em segundo plano numa hierarquia familiar que privilegia os filhos - o que vale, aliás, para o pai em relação a sua própria mãe - não há suporte para agenciar esta função. O pai não concilia a lei e o desejo, não toma para si a angústia da criança - funções que Moustapha Safouan (1979) aponta como as do pai da realidade. O destino de Hélio seria, então, o de continuar como objeto da fabricação materna para o gozo do Outro, psicotizando-se. Mas Hélio, ao alardear esta verdade-mentira da sua linhagem familiar, parece recusar-se a esta determinação.

Em outro momento, sessões mais tarde, ele continua insistindo para eu fazer a voz do urso, o que remeto a ele.

H.: “Não. O Hélio não vai mais dar vez pro urso, ele não vai mais chorar”.

An.: “Acabou o tempo do urso chorar?”

H.: “Acabou. Acabou o tempo dele de chorar. Agora é a boneca que vai chorar”.

Falo sobre o tempo em que ele era nenê, só chorava, depois ele começou a falar, então a irmãzinha nasceu e era ela que chorava.

Vemos que o nascimento dos bebês remete-o ao nascimento da irmã e à questão da diferença sexual. Hélio começa a penetrar no enredo edípico. A partir de um significante que traz, monta-se uma série onde lhe é possível encontrar alguma significação, já que sessões depois é ele quem formula o que primeiramente me cabia apontar, a partir de seu brincar.

Põe-se a brincar com a boneca e com o urso, pondo em cena a perda de lugar que viveu:

H.: “Vou dar banho na boneca”. Fala com o urso, explica-lhe para não jogar coisas do outro lado.

An.: “O urso está falando também?”

H.: “Tá. Ele tá dizendo que nasceu o nenê, não tem mais lugar para ele, por isso ele tem que ser feio, desobediente”.

Encena várias situações onde o urso machuca a boneca, apanha, arma os cenários e me conta.

H.: “Como é o nome dessa parte aqui (aponta o umbigo e os genitais do urso)? Porque o urso é menino (sessões antes, quando fizera esta pergunta e eu lhe perguntara se o urso era menino ou menina, ele me respondera: ele é um bicho).

An.: “Bom, você também é”.

H.: “Hélio não tem”, responde disfarçadamente, já esperando minha reação. Eu rio.

H.: “Psiu! Vai assustar o nono que tá carpindo”.

Este Pai Terrível, com seu falo real, presentifica-se a cada vez que a questão da sexualidade emerge, ou seja, a necessidade de confrontar-se com a castração, para ele ainda real.

Na sessão seguinte, traz o vime para me bater realmente. Tenho que impedi-lo várias vezes, ele reage:

H.: “Na outra vez não vou mais vir, porque não tenho mais medo de nada e quero ter amigos”.

“Meu pai não tem lote, só o nono que tem”.

An.: “Seu pai nos contou aqui que o pai dele deu um lote para cada filho, como é isso?”

H.: “Vou furar o urso para sair o sangue” (o bichinho já está furado, de forma que seu enchimento de isopor está saindo).

An.: “O papai tem o mesmo sangue que o nono e você tem o mesmo sangue que o nono e o papai”.

H.: “E a mãe e a irmã”.

An.: “Na verdade, é pelo sobrenome que se sabe, muito mais que pelo sangue”.

H.: “Como é o nome desse vermelho aqui?” (Aponta a língua do urso)

An.: “É da mesma cor do sangue”.

H.: “Como é o nome?”

An.: “Você não tem esta parte do corpo?”

H.: “Eu não tenho nem corpo”.

Hélio delata a falha em sua imagem especular, o que o olhar materno lhe devolve não lhe permite falicizar-se, embora algo do registro fálico propriamente dito tenha se inscrito com a entrada do pai na explicação sobre o nascimento dele.

Continua trazendo a vara de vime, continuam em questão o urso e a boneca.

Machuca o urso nos genitais:

An.: “Não é permitido pro urso ser homem, ver, ouvir, viver?”

H.: “Ele não vai fazer nenê, que eu vou cortar o pintinho dele”. “Vou cortar também esta parte aqui que o urso fala”.

An.: “Você está cortando as partes importantes do urso: a fala dele, o que faz dele um homem, que pode permitir que ele seja pai”.

H.: “Ele não vai ser pai porque ele não vai crescer”.

Fala novamente em levar seus trabalhos embora: “Hoje vou deixar a pasta vazia”.

Vai para a casinha e monta várias situações com a família:

H.: “A TV da mãe e do pai o urso quebrou”.

An.: “As coisas que acontecem entre o pai e a mãe no quarto não dá para assistir”.

H.: “Porque ele quebrou o vidro”.

An.: “Porque são coisas só deles, os filhos não podem assistir nem participar”.

Seguem-se novas sessões com o urso, repetitivas. Quer pôr o urso no lixo, falo sobre ter um lugar para ele, sobre os pais dele que o desejaram, gostam dele, planejam coisas para ele.

Vem uma sessão com a participação da mãe. Ele quer cortar a orelha do urso e eu o proíbo. Ele fica completamente perturbado: grita, chora, quer ir embora.

Falo-lhe da lei que protege, que não é para ferir, que as palavras não machucam o corpo.

Ele anda de um lado para outro, muito alterado. A mãe diz que em casa acontece o mesmo quando lhe proibem algo.

Converso com a mãe sobre a relação dela com o marido, sobre como não consegue impor limites para com o filho, em relação ao corpo dela. Falo da dificuldade que Hélio tem de perceber em casa o que é uma relação entre um homem e uma mulher, no que se refere ao desejo (a explicação sexual que lhe deram contemplava apenas a função reprodutiva!).

Hélio ouve tudo sem demonstrar interesse, mas no final não quer ir embora.

A mãe tenta brincar de fantoches com ele, muito constrangida, é visível sua dificuldade para brincar.

Falamos de quanto o pai vem sendo apagado da família. Hélio então desenha o pai. É a primeira vez que faz uma figura humana com cabeça, tronco, membros, embora sem os traços do rosto. Depois, apaga tudo com a caneta-apagador.

Não se trata ainda de forclusão do Nome-do-Pai, os significantes são constantemente escritos, mas não chegam a se inscrever: falha o tempo do apagamento, do qual ele tenta dar conta incessantemente. Hélio fica entre suprimir a diferença e tentar testemunhar de algo que faz diferença, pois já há um sofrer pela diferença.

6.1.3. O Pai Apagado

Mantenho a proibição de cortar a orelha do urso, ele começa a falar sobre o que é permitido e o que não é, deslocando em seguida para as diferenças entre menino e menina.

Vê o desenho do “pai apagado” e lamenta:

H.: “Não era pra acabar o tempo”.

An.: “Tem bastante tempo para fazer o pai aparecer”.

Faz uma historinha com carimbos de meios de transporte:

H.: “O avião tá derrubando um líquido no navio. O helicóptero não tá derrubando porque o helicóptero é proibido pro avião, não, pro navio!”

Outro dia, pega as bonecas e fala da “língua” que só os meninos têm, rindo. Diz: “Ai que medo, que medo do monstrão”.

H.: “Qual é o nome da ‘parte’ do urso? É pinto”.

Pede para eu fazer a boneca lamentar que ela não tem. Ele a faz bater nos genitais do urso. Interfiro, dizendo que é uma parte importante para o urso. Ele retoma os carimbos:

H.: “O helicóptero não derrama líquido porque não tem aquele cano. O avião tem”.

Na sessão seguinte, quer cortar a língua do urso para dar para as bonecas comerem. Digo que não pode, ele tenta me bater. Falo que o estou escutando, que as palavras são para proteger, que a palavra “não” é para proteger o corpo, não para ferir.

Quer tirar a orelha do urso, digo-lhe que ele tem o direito de ouvir, que quando o pai diz “Não” é para protegê-lo, para ele não perder seu pintinho e ser menino.

Já que não pode cortar a língua do urso, ele resolve cortar a folha e desenhar:

H.: “A minha nona pôs a sementinha no meu nono, daí nasceu o meu pai”.

An.: “Não está trocado isto ?”

Ele ri e fala na ordem certa, depois novamente trocada.

An.: “Como que é?”

H.: “É a minha nona que tem sementinha. Não, é meu avô (que é como se refere ao pai da mãe!).

H.: “Vou fazer o cordão (umbilical) que foi cortado”. Apaga com a caneta:

H.: “Foi cortado e já foi pro lixo”.

“Daí o médico cortou o cordão. O médico cortou a barriga do meu nono pra tirar o meu pai de dentro. Não, da tua nona. O teu avô pôs a sementinha. A minha mãe pôs sementinha no meu pai. Não, meu pai é que pôs. Vou fazer meu pai e apagar. “Daí, quem vai comprar as coisas pra você?” (repete as palavras da mãe na sessão).

H.: “Olha aqui o meu pai”.

An.: “O que tem ao lado?”

H.: “É o cordão da mãe dele e do filho dele. Sabe quem é? É o meu avô”.

An.: “Você está me contando que na sua família está tudo trocado - lugar de homem ocupado por mulher, lugar de mulher ocupado por homem. É difícil se situar aí”.

H.: “Tô apagando meu pai. Olhe aqui, ele tá sem cabeça. Sabe que eu não quero ser homem?”

An.: “Por que não?”

H.: “Porque não quero ter pinto para fazer filho. Olhe aqui o meu pai todo apagado”.

An.: “Ter filho significa ficar todo apagado, como seu pai?”

H.: “Olhe: este aqui é o cordão da minha mãe, este é o meu pai apagado e este aqui é um peixe apagado”.

An.: “Que peixe é este?”

H.: “Tá no lago”

An.: “Por que ele foi apagado?”

H.: “Porque ele quis”.

“Olhe aqui a casinha que o meu pai fez para todo mundo morar”.

An.: “Ah! Então ele não é tão apagado assim...”

H.: “Não deu tempo de fazer que o tempo acabou, não deu para minha mãe ver...”

Derruba a escadinha da casa, quebra um degrau, ele me pede para colar. Digo-lhe que, na verdade, está me pedindo para consertar o lugar do homem na família dele, que parece quebrado e que é um trabalho que podemos tentar fazer juntos.

Proponho terminar a sessão, ele se opõe: “falta pintar o peixe e desenhar o meu paizinho”. Desenha e começa a apagar. Interrompo a sessão, ele fica perturbado, diz que não quer ir embora:

H.: “Quero morar aqui”.

An.: “Onde começa a aparecer um pai?”

Na releitura do caso, percebo que esta foi a última vez, em sessão, em que Hélio se referiu a si próprio na terceira pessoa.

O pai, convidado a participar de uma sessão, comparece. Conta como era mais apegado à mãe. Queixa-se de que os pais brigavam muito e a mãe fazia “tudo”. Relata que o pai sempre foi mais apegado ao filho mais velho, mesmo atualmente, embora seja ele o filho que mais o ajuda materialmente. Falamos da importância de ele se impor mais na relação com Hélio, já que na sua relação com o filho parecia se repetir o mesmo distanciamento de que ele se queixava em relação ao seu próprio pai.

Algumas sessões depois, Hélio vem contando que foi passear com seu pai: “fomos ver o loteamento novo”. Passa a fazer uma série de perguntas sobre minha família: nome do meu pai, da minha mãe, dos meus filhos, cantando: “papito, papito”. Guarda o desenho para “ não estragar o pai”.

Trata-se, na análise, de dar sustentação a um pai simbólico, a partir do pai ideal. Segundo M. Safouan (1979), a construção de um pai ideal, exemplo da indução do imaginário pelo simbólico, passa pelo cumprimento de três funções:

- *reforçar a fundação do desejo sobre a lei, em seu aspecto de interdição, onde o desejo é significado pela lei;*
- *sustentar a identificação narcísica, por possuir falo e se colocar como rival;*
- *constituir um termo que se opõe ao desejo da mãe, mesmo sem satisfazê-lo.*

Ora, no que se refere à estrutura familiar de Hélio, a lei aparece no seu aspecto de interdição - imperativo superegóico - já que o desejo deve ficar de fora. O pai é privado do falo, não conta para o desejo da mãe, fica em segundo plano sem reclamar. Não se opõe ao desejo dela, toma-a como mãe que deseja filhos e, portanto, ele a satisfaz. Não é questão, para ele, “do que quer uma mulher”, o que apontaria para o campo do desejo e do enigma, campo que parece temer percorrer.

Em outra sessão, Hélio pede o desenho que fizera na sessão anterior, do seu pai voltando do lago. Conto-lhe que houve um problema: a moça encarregada da limpeza não viu o desenho, que estava apagado, e jogou a folha fora.

H.: “Tenho que fazer outro. Meu pai entrou no lago forte e saiu fraco”. “Tá faltando o peixe” . Desenha o pai, os olhos do pai.

H.: “Olha aqui o meu pai bem fraquinho saindo do lago”. Resolve pegar papel maior e fazer a representação da história:

H.: “Esse aqui é o meu pai que vai voltar do lago com o vidro que ele caçou. Vai levar para enfeitar a casa dele (...) O cordão tá no lago e o peixe tá no vidro”. “Agora só falta apagar o meu pai, porque ele saiu do lago bem fraquinho e ele entrou no lago forte”.

An.: “O que é que houve?”

H.: “Por causa da água”. “Só falta apagar o vidro e o peixe. É que o peixe tá morto, porque deram muita comida e ele comeu tudo”.

Preocupa-se em colocar seu nome no desenho, “para não ir fora”.

Volta-se para o urso e a boneca. Pede-me para fazer o urso chorar “porque ele não quer ser bode”.

An.: “ Ele quer ser o quê?”

H.: “Ele quer ser gente, quer fazer as coisas”.

Vemos que o Recalque Originário se fez - ele o enuncia, ao pé da letra: virou gente. O que começa a se pôr em cena agora, no lugar do S1 enquanto signo que recebera, e que finalmente sofreu o processo de apagamento, é um mito de origem, que vai se desdobrar por várias séries, durante vários anos da análise: uma montagem de um S2 que lhe permita se remeter ao S1 como significante, a partir de então, e neste intervalo, situar-se subjetivamente.

Na sessão seguinte, há uma modificação sensível em sua aparência, chegando e cumprimentando a analista da mãe e a mim.

H.: “Hoje não vou brincar de nada”.

Pergunta se a moça jogou fora seu trabalho. Lembro-lhe que agora que tinha seu nome ela não iria jogar fora. Pega o trabalho na pasta.

H.: “Este aqui é o meu pai, voltando do lago. Vou desenhar o vidro. Jogaram lixo no lago, até o cordão. O cordão não presta mais. Meu pai caçou o peixe”.

An.: “Ele queria salvar o peixe do lixo?”

H.: “Querida, ele pegou ele e levou para casa”.

An.: “Lá vai ter lugar pro peixe?”

H.: “Vai, sim. Ele queria salvar sim. Olhe aqui” (Vem me mostrar).

An.: “O papai salvou o peixe da morte”.

H.: “Salvou sim. Mas não levou o peixe com água do lago que tava suja de lixo, pegou o peixe e pôs água lá na casa dele”.

Procura o desenho da sessão anterior:

H.: “Tá aqui! O meu pai, ele é bem fraquinho. Olhe aqui, este é o vidro em que tá o peixe. Cadê o peixe? Não aparece, tem que desenhar de novo (contorna-o por cima com caneta verde).

H.: “Olhe aqui o peixe morto. O meu pai caçou para levar embora. O peixe morreu porque jogaram lixo. Meu pai pegou o peixe e levou para casa. Ficaram os lixos. O cordão ficou porque foi cortado e jogado fora”.

Na outra sessão, retoma a história, fica muito satisfeito de eu a estar escrevendo no meu caderno. Comento então que não entendi muito bem: ele falou de um ou de dois peixes? Eram dois cordões? por que o pai queria um peixe morto?

H.: “Porque ele queria salvar o peixe”.

An.: “E o que aconteceu com o peixe?”

H.: “Nada”.

An.: “Estava morto?”

H.: “Estava. Não! Não tava morto, o meu pai salvou ele vivo. Não tinha nenhum peixe morto”.

Muito surpreso, ele me pergunta:

H.: “Por que? Quando morre não dá para salvar o peixe?”

An.: “Depois de morto não tem mais jeito”.

H.: “Mas ele queria para ele o peixe...”

A confusão continua na sessão seguinte:

H.: “Meu pai caçou o peixe morto. Antes de ele morrer meu pai caçou ele e levou embora”.

Começa a confeccionar com tinta o “lixo”. Pega água. Repete a história e o desenho.

H.: “Vou pintar o meu pai de uma cor que aparece o nariz e a boca”.

Desenha um sol na borda superior e um passarinho voando, que contorna com lápis preto “porque estão muito fracos”.

H.: “Olhe meu pai voando. Ele tá voando para casa. Ele é um avião, ele tem motor? Não. Ele não faz barulho? Não. Ele conversa com ninguém? Conversa. Então ele é gente, não é bicho!”

Situar-se no entre-duas-mortes, como disse Lacan, depende desta primeira morte: da criança narcísica, falo. É a vivência da castração que nos significa a condição de mortais. Fora do lugar fálico, o que Hélio parecia significar ali é este lugar de morte como o não-falicizado do objeto e o “salvamento” desta condição que a entrada do pai vinha permitindo. Vamos ver como a questão do falo surge agora.

Seguem-se sessões onde é a boneca que passa a sofrer suplícios. Falo de minha surpresa com esta mudança.

H.: “Ela tá brigando com o pau. Sai pra lá, ela queria quebrar o meu pau!” (um pedaço de madeira que encontrou na sala).

An.: “Então você estava brigando com ela pra salvar o teu pau”.

H.: “O meu pai salvou o peixe no lago. Tem que salvar, não deixar ele morrendo”.

Guarda o pau na casinha, que diz então ser a “casa do urso” e me conta que quem o trouxe para a sessão naquele dia foi o pai.

Numa sessão, da qual a mãe participa, Hélio começa a falar dos segredos que eu (analista) vou perder. Continua o tema nas sessões subseqüentes. O primeiro é o segredo do “A”, o segundo é o “segredo da cruz”. Faz vários outros sinais que são “segredos” que vou perdendo. Fala então do nascimento dele e, em seguida, de Jesus na cruz.

Trata-se da letra que entra em questão. Coincide com o tempo em que ele decifra o alfabeto. Em sua história, algo cifra-se em segredos que cabem a mim, na transferência, poder perder. É um momento extremamente difícil, porque bastante confuso e desnorteador, o que fiz foi estar ali e suportar este lugar.

6.1.4. O Mito do Sapo

Entramos no terceiro ano da análise, Hélio começa a usar jogos nas sessões. Muda meu nome e passa a me chamar de “Legume”.

A mãe conta que ele se alfabetizou “praticamente sozinho”. Queixa-se de que “ele ainda fica dando ordens para si mesmo”. Falamos sobre esta voz que repete as ordens dela. Ela conta que nem ela nem o marido têm paciência para jogar com ele, contar histórias. Enquanto isto, Hélio desenha a mãe com um balde na mão e uma vassoura solta ao lado e fala: “não estou no desenho, ainda não tinha nascido”.

Começam a aparecer palavras que ele inventou. Ele faz uma lista delas, separa-as em sílabas, conta o número de letras que as compõem. Tento fazê-lo relacionar com outras palavras, nomes, histórias, acabamos por fazer um “dicionário” das palavras que criou.

O pai vem conversar sobre a “alta” do filho, que diz estar muito bem. “Só tem dificuldades para fazer amigos”. Falo que ainda estamos trabalhando coisas importantes. O pai conta então sobre seu trabalho, como o escolheu. Acabamos falando da história de seus familiares, que vieram da Itália. Hélio fica muito próximo do pai, enquanto este fala.

É tempo de recuperar uma escrita perdida, para então proceder à sua leitura. No momento sou totalmente analfabeta: Hélio apresenta ali as primeiras letras de sua história - a alusão da mãe como encarregada de “limpar” algo só vai poder ser decifrada depois. Enquanto isto, vou sendo “alfabetizada”. Gabriel Balbo (1991 b), num texto fundamental sobre esta questão - “Do desenho como originária passagem à escritura” - fala desta ligação entre o desenho e esta escrita da letra, este ciframento que faz parte do Inconsciente real.

Seguem-se sessões onde Hélio faz uma série de desenhos no quadro, que devo copiar. Até que ele me pede para desenhar o sofá onde está sentado e eu o

desenho também. Ele fica muito zangado, diz que não gosta de ser desenhado, que é um fantasma, que é feio.

Retomo a história dele, falo do lugar que ele tem ali, garantido pelos pais, do lugar que ele tem em sua casa. Ele continua zangado, diz que em casa tem a irmã e que ele é o irmão da C.

Faço a “certidão de nascimento” dele, ele chora. Pede-me, em vez disto, para eu fazer “o sapo que nasceu e o papel que o vento carregou”. Diz que vai me surrar na próxima sessão.

Proponho que façamos a história do sapo. Trata-se de um sapo, que nasceu numa floresta onde tinha um saci. Havia um ecologista que limpava a floresta, que estava suja “como o lote do nono, atrás da minha casa”.

An.: “A floresta estava suja como o lago de onde seu pai salvou o peixe”.

H.: “Claro! O ecologista foi salvar o lago onde morava o peixe também”.

“Os ecologistas já chegaram, estão jogando os lixos nos sacos. Daí o sapo ia morrer. Daí nasceu o sapo. Tem um lago na floresta onde o sapo nasceu. Este aqui é o saci, o médico, tem um pé só.

“O ecologista só veio para limpar a água podre do lago, porque tinha um bicho morto lá embaixo do lago e estava fedendo”.

“Aqui vou desenhar o lago de volta, é o mesmo, só que com água preta porque tinha um cachorro que morreu, daí o ecologista já tirou”.

“O saci foi assistir o casamento. Depois eles fizeram o sapo. O sapo nasceu na floresta”.

*Chama-me a atenção a reação dele à minha tentativa de desenhá-lo. Notamos que sua imagem lhe aparece como insuportável - o que lhe é devolvido é este lugar de **fantasma**, que já vinha se enunciando através deste peixe, sobre o qual ele não sabe dizer se está vivo ou morto e nem parece saber a diferença. Ao mesmo tempo, delineia-se uma história que vai permitir chegar à interpretação deste fantasma ao qual ele está confrontado enquanto seu traço de reconhecimento.*

Na sessão seguinte, é uma sapa que vai nascer, “a irmã daquele sapo”.

H.: “Ela nasceu na lagoa. O sapo nasceu na floresta. Só nas histórias que não nasce dentro da mãe. De verdade, nasce. O pai tem que pôr uma sementinha na mãe para nascer o filho”.

Conta do nascimento da sapinha, que o sapo estava sabendo, que depois que os sapos fizeram o filho, construíram uma casa para morar.

Faz como se fosse rasgar a história do sapo. Pega-me desprevenida, eu levo um susto e digo “não!”, para minha própria surpresa. Ele responde em seguida:

H.: “Por que não? É você que estraga a história do sapo. Pare de estragar!”

An.: “Teve alguma coisa que estragou a história do sapo?”

H.: “É”.

An.: “Será que foi quando a sapinha nasceu?”

H.: “E quando o sapo nasceu também. Você não pode mexer na história do sapo. Só eu posso”.

An.: “Tem razão, a história é sua”.

H.: “É, eu digo ‘não’ pros cachorros não entrarem na lagoa. Eles fazem cocô, derrete. O ecologista põe no saco e leva embora. Você vai me pagar. Você não pode ensinar os cachorros a não entrarem no lago porque fui eu que fiz a história do sapo”.

Passa a sessão seguinte fazendo os desenhos da história. Só acrescenta mais um elemento:

H.: “É o peixe também, que faltou. Tinha um peixe também, porque ali está escrito. Mas o peixe tá morto, ele tá vivo, esse aí não morreu. Só nasceu aquele peixe primeiro. Aí o meu pai tirou, ele não conseguia respirar, estava sem ar. No lago do sapo também tinha um cachorro solto, que morreu, que tava sem ar lá no fundo”.

Observamos que ele está podendo dar uma versão própria da origem dos bebês. Continuo perplexa diante do que vem aparecendo. Imagino talvez tratar-se de algo no nascimento dele, alguma coisa na sua história que não estou conseguindo acompanhar. Decido chamar a mãe.

A mãe vem participar da sessão e retomamos a história do nascimento de Hélio. Ele interfere: fala do cachorro no meu nariz, que quer nascer. (Parece que meti meu nariz em algo!).

Sua mãe conta que recebeu tantos presentes que foram embora da maternidade levando malas e alguém brincou, perguntando se iam para a Europa. Hélio diz que quer ir lá quando crescer. Lembro então que seu pai, na última vez que viera, contara a história dos seus antepassados que vieram da Itália.

A mãe de Hélio lembra-se, então, de algo da história da família dela, que ela já comentara com Hélio, da “coisa” que acontecera no navio, quando da vinda dos antepassados dela, da Itália para o Brasil: um irmão de sua bisavó morreu e foi jogado ao mar. Hélio chora, não quer que se fale mais. A mãe relata que seu bisavô paterno e sua bisavó materna eram irmãos e que foi o irmão mais velho deles que morreu.

Retomo com ela então, uma frase que trouxera em outra sessão, ao dizer que “quebrara a tradição familiar” ao trazer o filho para atendimento e ela própria iniciar uma análise.

Ela fica muito surpresa, pois passa a relacionar que sempre o primeiro filho homem na família tinha problemas: na geração dos avós, morreram precocemente um irmão do avô e um irmão da avó. Na geração dela, o primeiro filho homem era ou doente, ou superprotegido. Todos os mortos são reverenciados e falados na família.

Aponto para Hélio que agora sabíamos quem eram os cachorros mortos da história da família dele.

A mãe comenta sobre este lugar dado aos homens na família e como é difícil escapar disso quando não se o conhece. Fica muito claro que ela está tentando tirar Hélio desta série, e é o que ela lhe diz.

No final, Hélio também faz o ‘seu cheque’ para me pagar. (Parece que, finalmente, eu entendera sua mensagem!). Quando aponto que não está assinado, ele diz que quer um nome com todas as letras do alfabeto, a mãe diz que não existe. Ele escreve, então, os sobrenomes que têm: o da mãe e o do pai. Quando eles saem, vejo que escreveu na folha: “bastante falante”.

O que se revelou ali foi o mito de fundação da família de Hélio no Brasil, cujo traço ele herdara por seu lugar na cadeia significativa familiar e que lhe oferecia, por determinação simbólica, como fantasia originária, este lugar psicótico de filho morto. A interpretação do traço permitiu-lhe, como se verá, fazer letra: ele

vai poder fazer uma escrita deste real, formulando uma fantasia a partir de um significante que remete a um objeto oral inacessível.

Sessões depois, ele traz uma lembrança de infância, a partir de uma série de palavras: “chocolate - colorado - assombração - doce e bolorado”.

Monta uma história: “A assombração foi assustar o colorado e foi comer chocolate do colorado. “Ele tava com louça de quebrar na parede, não era de comer, era de louça, não era de leite. E o colorado tava passando na TV. É a casa da assombração. Foi comprar decalque do colorado. Ele tinha um saco com decalque do colorado. E doce era o chocolate de pendurar na parede”.

An.: “E o ‘bolorado’?”

H.: “As paredes da casa, porque ele esqueceu lá na chuva, daí tava ‘bolorado’ o painel”.

Esta história, que passamos algum tempo ilustrando, se esclareceu como lembrança numa das sessões a que o pai compareceu. Ele contou que dera uma camiseta do Colorado, seu time de futebol, para Hélio quando este era bebê, era o time adversário do time do sogro. Sobre o painel, lembra que era uma caixa com a qual Hélio brincava. O chocolate era um enfeite de parede, destes de louça, do quarto de Hélio, bebê.

Hélio fala novamente do “cachorro que comeu meu nariz”. O pai conta então da operação de adenóide a que Hélio foi submetido aos cinco anos e explica que foi porque “ ele precisava respirar melhor”. Que não era “castigo”, como ele parecia entender.

Na próxima sessão, desenhamos o cachorro comendo meu nariz e a operação que ele fez. Passo a ser chamada de “lingüiça”, minha nova marca. Pergunto sobre a marca dele:

H.: “Antes eu não tinha marca. Agora que vai começar a ter. A primeira é sapo, mas ainda vai ter mais marcas”.

Diz, então, que é a última semana que vem, porque “já brinca com amigos e não tem mais medo”. Digo-lhe que, agora que já tinha feito o que o pai e a mãe esperavam dele ali, poderíamos então começar o trabalho dele, e ver o que **ele** esperava.

Foi neste momento que Hélio iniciou, enquanto sujeito, sua análise propriamente dita. Momento em que ultrapassou o lugar psicótico - ser sintoma do Outro, em direção ao lugar neurótico daquele que tem um sintoma. O direcionamento de sua análise mudou: passamos para o registro do Complexo de Édipo e suas conseqüentes interpretações.

6.1.5. O Chafariz do Leão

Hélio passa sessões inteiras a pintar os carrinhos de outra cor, depois, a lavá-los, para trocar novamente de cor.

Depois, é a vez da “cruz de “Jesus”:

H.: “era a cruz onde ele tava pregado, depois tiraram. A cruz se transformou numa pipa”. Dá risada.

“Você vai levar castigo que nem Jesus levou castigo dos judeus”.

Escreve a palavra “castigo” no quadro e pede para eu não apagá-la até a sessão seguinte. Canta então um versinho: “leve este recado pro meu namorado”. Deixa escapar: “Gosto da Ledinha”.

Interpreto, relacionando a operação de adenóide a que ele se submeteu, a história que ele montou do cachorro que comeu meu nariz com a ameaça de castração:

An.: “Este castigo tem a ver com querer namorar com quem não pode? Como na época da operação do nariz, que você pensou ser um castigo, por você querer a mãe só para você, de tanto que a amava”.

Ele comenta, carimbando meu caderno de anotações:

H.: “Não é para mostrar pro marido, é para enfeitar seu caderninho”.

Aparece uma nova brincadeira, que consiste em encenar o “teatro do chafariz” (a partir de um circo a que assistiu com os pais). Depois do teatro, ele registra no quadro-negro o que foi feito.

O teatro consiste em jogar os trabalhos que fez para o alto e depois selecionar os que vai molhar com o chafariz (e que vão depois para o lixo) e os que vai guardar:
H.: “A gente tem que tirar tudo para comemorar”. “Vou apagar um pedacinho da minha história”.

Falo deste tempo que ficou para trás.

Desenha uma casa com uma pipa:

H.:” É o teu marido e os teus filhos soltando pipa. Você não era casada ainda, você está com tua mãe. E não são teus filhos, é o teu marido quando era criança”.

Remeto-me à história dele, quando os pais dele ainda eram crianças, moravam cada qual em uma casa, com sua família, e em como eles imaginavam crescer, ter um companheiro, filhos.

Ele canta: “papagaio do bico dourado, leve este recado pro meu namorado...”

An.: “Houve um tempo em que seus pais eram namorados. Eles faziam planos de ter uma casa, começar uma família, ter filhos”.

Vemos como o drama edípico se enuncia rapidamente na transferência. É como se ele já estivesse com o roteiro pronto, mas não pudesse encená-lo porque estava impedido de viver esta história. Uma vez possibilitada a saída do lugar psicótico, ele se lança ao roteiro, desta vez como ator, carregando consigo sua fragilidade e esta defasagem cronológica que o distancia dos pares. Nesta sessão, estamos no tempo do Recalque propriamente dito e do seu encaminhamento para o terceiro tempo do Édipo, de identificação sexuada.

Ocorre que tenho que cancelar uma sessão, porque meu filho ficou doente. Na sessão seguinte, ele vem mancando, diz que “foi o sapo que se machucou” e passa a sessão quebrando os gizes e pondo-os na água para “fazer curativo”. Falamos sobre isso.

H.: “Sabe por que o giz quebra em pedacinho pequeno?”

An.: ?

H.: “Sabe, você é muito sabidona. Você não sabe porque não foi na escola quando era pequena. Por isso você não sabe nada”.

Na próxima sessão **ele** falta. Na seguinte, chega muito satisfeito:

H.: “Eu não vim na quinta-feira. Eu não queria vir. Tava com preguiça”.

Em seguida, enquanto está “lavando” os trabalhos, comenta:

H.: “O sapo não está mais machucado. Já sarou o nariz dele”.

“Este aqui é um chafariz de um homem que sai água pelo pipi”.

Diante da minha falta, que ameaça este lugar do Outro tão custosamente construído, é um desafio para Hélio sustentar-se num lugar significativo. Ele o enfrenta, respondendo à castração através da enunciação de sua primeira asserção subjetiva, onde a identificação com seu lugar de menino aparece como viável.

Começa então a confeccionar “sorvetes”: escreve primeiro no quadro-negro “sobremesa”. Desenha embaixo um sorvete. Põe pingos de cola, em seguida prende um pedaço de durex em cima, num primeiro papel. Num segundo, pinta o sorvete e pendura este último na parede, dizendo:

H.: “Este (o primeiro) fica tapado, ninguém pode ver”.

“Este (o desenho do sorvete) é para todo mundo ver minha história”.

As sessões alternam entre molhar os bonecos/bonecas da sala, “batizando-os” e confeccionando seus “registros de nascimento”; e os desenhos dos sorvetes, sempre seguindo o ritual acima descrito, variando os sabores. Trata-se de “aprender a fazer sobremesas”, geralmente para “oferecer ao meu marido”.

H.: “O teu marido já comeu dois sorvetes - um cor de menina e outro cor de piá” (ele sabe que temos um casal de filhos, nesta ordem).

An.: “Não é bem comendo que se faz um nenê...”

H.: “Os almoços vamos aprender ano que vem. Neste ano aprendemos as sobremesas”.

As teorias sexuais infantis alternam com as “seduções” que ele monta em minha direção, edipianamente, “tomando emprestado” da analista o marido enquanto detentor do falo, para encenar sua rivalidade e fazer apelo à proibição.

Ainda é preciso poder construir uma representação desta relação entre um homem e uma mulher.

Em outra sessão, reaparecem as teorias sexuais infantis:

H.: “Tem que pôr cola, igualzinho à sementinha do sapo e da sapa” (começa o seu ritual dos sorvetes).

“Aí, quando você quiser comprar um sorvete pro teu namorado, você compra, teu marido”.

“Mistura amarelo com branco e sai amarelo claro, cor do abacaxi”.

“Tem que prestar atenção, porque quando você estiver com teu marido chupando sorvete, tem que prestar atenção, daí isso você não sabe”.

An.: “O que será isso que acontece entre um homem e uma mulher?”

H.: “Não fique pensando nisso, nós estamos aprendendo sorvete. Não pense nisso de sexo, nestas porcarias.

An.: “Você já conversou com seus pais sobre sexo?”

H.: “Eu nunca conversei”.

Proponho chamar os pais para falar sobre isto, ele não concorda. Diz para chamá-los em outro horário, sem que ele esteja presente. Foi o que fiz. Depois, ele quis saber o que os pais falaram. Conto-lhe o que eles comentaram de uma redação que ele fez na escola, sobre um casal de patos que tiveram um filhote. Sua mãe achou muito legal, mas eles ficaram decepcionados porque não saiu na publicação da escola, junto com outras redações, porque “a professora tinha vergonha de falar destas coisas” (SIC). Ele ri.

Comento que seu pai parecia orgulhoso da inteligência dele, por ter passado de ano sem provas.

Falei sobre as coisas que ele não sabia ainda e que os pais não tinham explicado para ele, sobre o relacionamento entre homem e mulher. Os pais percebiam que ele não perguntava nada e então concluíram que ele ainda não queria saber. Era algo um pouco difícil para eles, pois os pais deles também não tinham tido este tipo de conversa com eles, mas estavam dispostos a tentar. Perguntei o que ele achava. Ele quer saber por que a mãe estava brava com ele por ele não saber lutar, que ele

não gostava. Disse que no exército tinha que lutar e ele não queria. Falo do tempo que ele tem até lá para se decidir.

Em outra sessão, diz que vai me molhar, como vinha fazendo com os bonecos e os trabalhos passados. Combino então de na sessão seguinte vir preparada para o “meu batizado”, quando então eu deixaria de ter apelido para poder ter meu nome. Fazemos o cerimonial e é quando converso com ele sobre o batizado dele, as fotos que tem.

Acontece que, na sessão subsequente, ele volta a me molhar. Eu me zango e ele, rindo, pergunta se da outra vez eu contei para o meu marido o que ele fez e o que o meu marido dissera. Percebo, só então (!) que o “batizado” remetia também, na sua fantasmática, à cena primitiva. Intervenho, então, dizendo que tinha contado para o meu marido e este mandara lhe dizer o seguinte: que não era mais para ele fazer isto comigo, pois eu já tinha marido. Quando ele crescesse poderia procurar uma mulher para ele também. Ele me ouve, sério.

Tempos depois, mudo de consultório. Não há mais pátio que permita trabalhar com água. Deixo então de comprar tintas. Ele fica muito zangado e durante várias sessões reivindica a tinta, chegando a ficar novamente agressivo e a tentar me bater. São várias sessões onde ele tira meu sapato, ou o arco que uso no cabelo, apelida-me de “Leizoca”. Falamos sobre ter uma falta, não ter tudo. Ele começa a falar de namoradas - uma menina da escola que acha bonita. Depois me conta que beijou a funcionária do escritório do pai. Quer dar “beijo na boca” das mulheres, inclusive em mim. Conversamos sobre o que é um “namoro” - que tem que ter uma conquista, e que o beijo é algo que surge quando os dois querem. São coisas para ele ir descobrindo.

Observamos que sua reação à castração ainda é violenta, denotando esta falha na simbolização da Lei a que ele esteve exposto. A sexualidade aparece “à flor da pele”, a diferença dos sexos fazendo questão em ato. Soma-se a isto um meio familiar e uma cultura da comunidade (da escola inclusive) bastante repressivos, que não permitem uma continuidade entre suas conquistas de análise e os outros

que encontra - só ficando aberto o caminho dos actings. A conjugação da lei com o desejo é um enigma que ele vai começar, nas próximas sessões, a tentar decifrar.

6.1.6. Os Profetas da Nomeação

A partir de personagens bíblicos de louça que ganhou de sua madrinha, começa a se delinear uma nova história: num carrinho (de lego, já montado, que encontrou no consultório) um menino e uma menina seguem os profetas, nomeados um por um.

An.: “O menino e a menina querem saber sobre o futuro?”

H.: “Olhe quantos andares tem este carro!”

“Cuidado!” (O carro cai, desmantela-se)

“Não adiantou, eles já caíram”.

“Agora aumentou o tamanho, tem que ir segurando, senão vai virar” (Vira novamente).

An.: “Eles têm que descobrir como crescer sem cair”. (Diminui um pouco as peças, tenta novamente, nova queda, e assim por diante).

H.: “É por causa disto que fica virando” (Refere-se à peça de lego oval que tem um par de olhos; tira-a fora e guarda-a na estante).

“Vamos montar sem aquelas partes que ficam atrapalhando, não fica melhor?”

An.: “O menino descobriu que não dá para crescer muito rápido, tem que crescer aos poucos”.

Num outro dia, monta o carrinho de lego de um modo diferente do que encontrou, baseando-se nos modelos que estão nas caixas. Maravilha-se com isto.

H.: “Tá cheio de tipos, dá para escolher!”

Na sessão seguinte, entretanto, encontra tudo desmontado e perturba-se:

H.: “Esqueci como é que se monta...” Mas recobra-se em seguida: “Não esqueci, não”. “Vá ditando onde que são as peças que eu não sei”.

An.: “Trata-se de inventar alguma coisa”.

H.: “Não sei inventar, só copiar da caixa”. Novamente se recobra: “Hoje é uma outra invenção que vou fazer”.

Explica que desta vez a menina vai num carro e o menino vai noutra, porque “desencaixaram”.

An.: “Hoje separaram-se”.

H.: “É, hoje separamos, porque ontem todo mundo tinha medo de cair, era muito grande, tinha um monte de andar”.

Os personagens fazem o trajeto até a casa, onde entram para conhecer. Ele ressalta: “Eles só estão vendo”.

An.: “Eles estão no tempo de ver, imaginar, descobrir”.

H.: “Agora eles vão sair. Olhe o carro do Daniel como é pequenininho. E o do Joel como é grandão. Olhe como tem uns com roda e outros sem roda!”

Um dia, chega comentando:

H.: “O Ulysses Guimarães morreu porque caiu o helicóptero, ele caiu no mar”.

An.: “É, morreu no mar como seu antepassado”.

Ele recapitula a história.

An.: “O Ulysses Guimarães era um político, como aquele Hélio que seu pai admirava”.

H.: “É, só que ele caiu no mar dentro do helicóptero”.

An.: “E aquele político?”

H.: “Não lembro mais disso, foi no outro consultório”.

Hélio parece saber que, para nomear-se, é preciso negar a marca e fazer uma leitura do traço Um.

Resolve fazer a genealogia dos profetas, dando-lhes mãe e pai, marcando a data do casamento dos casais.

An.: “E seus pais, quando casaram?”

H.: “Há dez anos atrás”. Cita a data, escreve no quadro o nome dele e o da irmã embaixo, com a data dos respectivos nascimentos.

Dias depois, vem contando que vai comprar um peixe para pôr no aquário que ganhou: “Imagina se eu vou pôr peixe morto no meu aquário”.

Conta quais peixes comprou e fala dos outros bichos que tem: um periquito, um cachorro. Relata que fez uma limpeza no aquário:

H.: “Antes estava todo sujo, agora está bem transparente”.

An.: “Parece a história do lago”.

H.: “Não, foi no outro consultório”..

An.: “Mas está na nossa memória, na sua pasta...”

Pega os trabalhos e relembra as histórias, mostrando-me os personagens.

An.: “Agora é você que põe os peixes no aquário e limpa a água para eles viverem.

Inicia-se um tempo de identificação com o pai, que inclui a idéia de série, de pertença a esta seqüência familiar e geracional, vivências do terceiro tempo do Édipo.

Seguem-se sessões repetitivas, que retomam as pinturas de sorvetes, com novos sabores, onde o único movimento parece ser a troca dos trabalhos na parede, porque “perderam a validade”, e onde aponto a seqüência das gerações.

Proponho que façamos uma sessão com a participação do pai. Ele não quer, mas digo-lhe da importância de ele poder ouvir o que o pai tem a dizer sobre sua história, já que ele é um homem como ele. Hélio acaba concordando. O pai fala da pesquisa que vem fazendo sobre a origem da família dele na Itália, para obter dupla cidadania. Conta que tem um tio que tinha uma confeitaria e que na lojinha que ele próprio tem vende sorvetes. Hélio fala de seu projeto de trabalhar na fábrica de cerâmicas como ceramista. O pai conta que trabalhou nesta fábrica, embora em outra função.

Estamos no quinto ano da análise, quem o traz agora é o pai. Quando o pai vai fazer o pagamento das sessões, Hélio, por sua própria iniciativa, também faz o seu “cheque”.

6.1.7. A Árvore do Lago

Hélio faz uma nova história com peixinhos, um homem que salva os peixes. Logo interrompe.

H.: “Não tem história desta vez. Você vive falando de história”.

An.: “Seu pai também nos contou aqui como está interessado na história do sobrenome de vocês”.

H.: “Só que é uma história muito triste, porque teve guerra”.

“Leda, você já comeu raiz? De árvore?”

An.: “Você já comeu?”

H.: “Eu não, só índio”.

An.: “Toda família tem suas raízes, é a árvore genealógica, lembra?”

Repete várias vezes que é triste cortar a raiz da árvore.

An.: “Quando os italianos vieram para o Brasil, cortaram sua raiz, sua origem. Seu pai está tentando recuperá-la”.

Volta a falar do homem que salvou os peixes.

Falo das semelhanças das histórias - que os antepassados dele também não podiam sobreviver na Itália: não tinham trabalho, havia a guerra. Eles trocaram as águas da Itália pelas águas do Brasil. Ele fica escutando, sério.

An.: “E deu certo, pois eles plantaram aqui, ganharam dinheiro, tiveram filhos, netos, bisnetos. E é essa a história da qual você faz parte, é a continuação”.

Sessões depois, ele chega, animado:

H.: “Hoje vou fazer uma árvore”.

An.: “Faz parte da história do peixe?”

H.: “Claro! Ela fica perto do lago”. Vai ao desenho que fizera em outro momento e escreve: “árvore do rio”. Apaga “rio” e põe “lago”:

H.: “É pequeno, não é ainda rio”.

“Sabe do quê é esta árvore?”

An.: ?

H.: “De palmito”. “Depois, vou fazer uma árvore de cereja”. “Não. Vou desenhar uma árvore de ameixa, que já vi lá no meu avô”. Pendura os desenhos.

H.: “Agora já está limpo o lago, já criou bastante peixe. Tem o peixe e a peixa. O peixe pôs a semente na peixa, foi se formando, já ficou nove meses e já nasceu

peixinho. Não está aparecendo porque eles estão embaixo, ele ficam no fundo do lago”.

Vê alguns trabalhos na sua pasta que não reconhece como seus. Decide pôr no lixo: “Vão virar papel novo para desenhar”.

Vê o trabalho de uma outra criança e critica. Falo do tempo em que ele desenhava assim.

H.: “É, eu fiz chafariz e depois joguei no lixo. Agora faço tudo desenhado”.

An.: “Você cresceu”.

Pede para sair mais cedo porque quer andar de bicicleta.

Os pais solicitam uma entrevista - querem saber sobre o término do tratamento, mas ao mesmo tempo contam de sua preocupação com o isolamento de Hélio, sua falta de amigos.

Comento com Hélio, na sua sessão, ele diz: “Claro, só tenho um amigo, o B. Só ele vai lá em casa”.

Digo-lhe que conversei com os pais sobre o término do trabalho, que era algo que eu discutiria com ele, quando ele achasse que não precisaria mais vir, quando ele não tivesse mais histórias para inventar.

H.: “Eu venho só mais este ano. Por isso tenho que falar tudo o que tenho”.

Anal.: “Aqui não é escola, que tem prazo marcado. É um lugar para você ocupar enquanto precisar.

H.: “Se aqui não é escola, que lugar é?”

*É só neste momento, muitos anos depois de iniciada sua análise, que ele se detém a pensar de que se trata. É uma questão de **nomeação** que surge, juntamente com a questão transferencial: quem é a analista, para ele? Questão que fica em aberto, pois, como formula coerentemente Erik Porge (1995), esta é mais uma especificidade da análise de crianças: **“A transferência sobre a própria pessoa do analista não pode ser analisada enquanto tal pela criança”**. Para ele, há um limite estrutural para esta análise, que inclusive garante que a criança possa, mais tarde, fazer uma demanda de análise: é que não há transferência amorosa*

criança/analista. *“Esta é sistematicamente projetada no plano edípico”*, diz Porge (p.21).

A mãe fala comigo antes da sessão dele, ele quer saber sobre o quê. Respondo: “dos medos que você tem da escola, dos colegas” (ele chegou a ter febre no início das aulas).

H.: “Sabe por que tenho medo? Da professora. Um dia eu não levei a lição e ela brigou comigo”.

Falamos do papel da professora, que faz parte do papel dela dar ordens e dizer “não”, coisas que são difíceis para ele. Conta de um colega que ele “odeia”. Encadeia com as aulas de música, que “odiava” e agora a mãe concordou em tirá-lo. Falo que, pelo que a mãe relatou, está muito claro o lugar que ele tem em casa e na família. Mas que precisa entender melhor seu lugar na escola e entre os colegas, que podemos trabalhar juntos sobre isto.

Estas sessões apontam para uma saída do Édipo e uma entrada no tempo da Latência. Hélio sai do universo familiar e o mundo escolar começa a fazer questão, pois o grupo dos pares não deixa de colocá-lo à prova nas suas vacilações subjetivas. Ao mesmo tempo, sua análise se encaminha para o final.

6.1.8. Uma Dupla Travessia

Hélio inventa uma história em que me inclui como personagem, desenhando-me.

H.: “É a história da Leda que inundou. Não tinha árvore para ela se proteger. É a inundação do temporal. Só os passarinhos tinham árvore para se proteger. A Leda estava na calçada, veio um temporal e inundou”. (Ele derramou água sobre o desenho da personagem que eu represento. Depois que secou, contornou por cima com caneta hidrográfica).

An.: “Aconteceu como com o peixinho do lago poluído”.

H.: “Daí esta Leda pediu socorro, foi pro espelho secar. Daí a tinta foi por cima e ela não se apagou. Nem o nome nem o desenho”.

An.: “Não fosse você ter passado a tinta em cima, teria apagado esta Leda”.

H.: “É, eu passei tinta na Leda e no nome dela”.

An.: “Quase que eu fiquei sem corpo e sem nome”.

H.: “Agora vou desenhar a casa da Leda aqui”.

An.: “Você fez pela Leda a mesma coisa que seu pai fez com o peixinho do lago poluído”.

H.: “Eu salvei a Leda e meu pai salvou o peixe”.

Descreve novamente toda a inundação (trata-se de uma época em que os telejornais noticiavam uma grande enchente).

Ao lado da casa, desenha uma árvore, um castanheiro.

H.: “Depois que anoiteceu, veio o dia seguinte ensolarado”.

An.: “A Leda pôde sobreviver ao temporal e viver aquele dia seguinte ensolarado”.

Penso que nesta sessão coube a mim, na transferência, fazer a travessia desta fantasia originária de morrer na água. Esta travessia continua na próxima série, onde, enquanto semblante de objeto, tenho que me deixar usar enquanto pura boca para falar o que ele determina.

Numa sessão, Hélio joga um boneco para a outra sala. É a saga do urso que retorna, para ser vivida desta vez por um boneco, numa reprise de humilhações e torturas sob um novo ângulo: são os colegas que desprezam este boneco, para o qual tenho que servir de voz, enquanto ele encarna os outros personagens. Fazemos os diálogos:

An.: *Vocês não podem me bater tanto, eu tenho um nome.*

H.: “Como é?”

An.: *Aníbal.* (Nome que me vem na hora, com certeza não por acaso...)

H.: “Que esquisito, parece animal!”

Aníbal: *Eu acho bonito, foi meu pai que escolheu.*

H.: “Parece nome de mulher”.

Aníbal: *É de homem, é um deus grego*” *

* Na verdade, trata-se de um equívoco da analista (pois Aníbal foi um célebre general e conquistador), provavelmente provocado pelo verdadeiro nome de Hélio. Não posso deixar de citar aqui, contudo, que na época eu já conhecia a história de Freud sobre a humilhação de seu pai e de como ele se refugiara na figura de Aníbal, para resgatar algo de ideal do pai.

Passam-se várias sessões em que Aníbal é agredido de todas as formas, colocado sempre em situações de exclusão, sem que ninguém apareça para ajudá-lo. Ele é posto na água gelada, pisam em cima dele, batem no pipi dele... Os motivos alegados são a pouca idade de Aníbal e as coisas que ele ainda faz: xixi e cocô nas calças, pôr meleca de nariz nos colegas...

H.: “Eu chamei ele de mulher, de Aníba, mariquinha”.

An.: “Que difícil que é para ele ser aceito como um menino. Como ele sofre”.

H.: “Ela não gosta de menino” (Designa a boneca-chefe do grupo).

Ele vai me dando indicações para eu compor as falas e os comportamentos do Aníbal.

Muitos meses e sessões depois, surge um primeiro amigo para o Aníbal. Hélio pede para que eu os faça conversar, jogar futebol. Muito surpresa, comento:

Anal.: “Hoje a história tem um final diferente, finalmente apareceu um amigo para o Aníbal!”

Ele monta várias situações de companheirismo entre o Aníbal e seu amigo, que nomeou Jorge, fazendo um desenho para cada um.

Aníbal ganhou uma vara de pescar de seu pai, ele pesca um peixe que eles cozinham. Comem frutos das árvores (que estão nos desenhos pendurados na parede, da série anterior). Vão fazer lanche na lanchonete. Aparece um novo amigo: Rafael.

As situações montadas são sempre em torno da comida, depois vêm outras atividades.

Um dia, Aníbal não vem brincar com os amigos para poder comprar codornas, à maneira do próprio Hélio, que cria codornas no viveiro de sua casa. No Natal deste ano, ele me presenteia com um vidro de ovos de codorna em conserva.

Entramos no sexto ano de trabalho. Hélio volta das férias e prossegue a história de Aníbal. Este “ganhou um bugue do pai e vai à praia com os amigos, nos fins-de-semana”. Aparece um bebê - Carlos - que faz cocô nas calças e é rejeitado pelo grupo”.

Comento com ele que em toda história que inventa tem sempre um que é castigado, este comentário parece ter muito efeito sobre ele, que concorda, sério.

Passadas algumas sessões, Carlos arranja um amigo e Hélio me anuncia que na sessão seguinte haverá uma festa porque a história de Aníbal vai terminar.

Anuncia a história seguinte: “A praia e a árvore”.

Conta-me então que o Carlos morreu - afogado: encontraram o corpo dele no mar e vai haver o velório dele.

Desenha a árvore e a praia. Faz o alagamento da praia: molha várias vezes o desenho, que quase apaga. Pede tinta para “salvá-lo”.

Procura em revistas fotos de árvore e de praia, que cola num papel. Recompõe o desenho alagado.

Conta-me que o corpo de Carlos não foi encontrado, “comeram todo o corpo dele”, “cortaram a barriga dele e fizeram churrasco”. Carlos morreu porque “tomou soda cáustica”. Pede-me para ajudá-lo a montar a cena: a mulher dando a mamadeira com soda e todo o resto. Diz que a foto de Carlos saiu no jornal. Fala então que não vai mais se saber do Carlos, acabou a história dele.

Cola na parede as fotos da praia e da árvore e me pede para dar um nome para a praia, que começasse com a letra “i”. Proponho praia “Italiana”.

Na sessão ulterior, pede-me para desenhar a foto do Carlos, enquanto ele faz o texto que saiu no jornal. Ele desenha a foto dos seqüestradores de Carlos. (Nos meios-de-comunicação da época, fala-se muito de uma criança que teria sido seqüestrada e morta num ritual).

Ele me pergunta o que achei da história do Carlos. Respondo-lhe que achei terrível, pois é proibido matar e mais ainda comer pessoas. Ele concorda.

Pega Carlos e diz que não vai mais se falar dele. “Se aparecer outro nenê, não vai ser ele”, diz. Joga-o no lixo. Prende os criminosos na cadeia.

Na sessão seguinte, procura Carlos no meio dos bonecos. Lembra que o jogou no lixo. Conta toda a história novamente.

Rejubila-se porque a história acabou - pula e me dá um beijo. Chega a fazer um pouco de xixi, molhando a calça.

Falo que ele tem razão de estar alegre, porque acabou esta história triste e me deu um beijo porque eu o acompanhei nisto.

Ele mostra, constrangido, a calça molhada. Falo da pequena inundação que ele sofreu - e relembramos todas as outras de que foi questão ao longo do tratamento - e como ele não se apagou. Ele sobreviveu.

Esta sessão registra o momento em que ele próprio pôde encenar a travessia deste lugar mortífero que recebeu: atravessou o espelho que finalmente se apresenta plano, de aço, um Outro barrado, onde ele pode enfim se contemplar.

Seguem-se sessões onde se inverteram os papéis: cabia-me agora fazer os desenhos e ele escrevia as histórias. A mais significativa da época foi a história que montou de um urso velho que morreu e foi enterrado por um descendente, o Urso Tate. Este Urso conhece uma Ursa, Tata, com quem começa a namorar. Este namoro consiste num tempo de passeios, jogos. Depois, os ursos passam a dormir juntos na caverna e decidem se casar.

Um dia, Hélio me convida para jogar damas. Eu perco a partida e ele exulta. Está satisfeitiíssimo porque acabou com “todas as minhas damas comilonas”.

Digo então que, agora que ele já sabe se defender das damas comilonas e que a história do Urso Tate e da Ursa Tata parece estar chegando ao fim, poderíamos falar do dia em que ele deixaria de vir ali. Ele marca a data para dali a três sessões, mais espaçadas.

No último dia, ele vem sem os óculos e de aparelho nos dentes. Fala-me que pretende andar mais de bicicleta e que vai deixar seus desenhos, suas histórias, ali.

Conta-me da viagem que fez a Disneyworld, com os pais. Teve um churrasco na volta, para o grupo que viajou. Ele sentou-se no “grupo dos jovens”. Mas só tinha ele de homem. Pergunta-me o que acho de ele se sentar com as garotas. Pergunto sobre as outras mesas. Fala que tinha a mesa dos adultos e a mesa das crianças. Respondo então que ele se sentou no lugar que lhe correspondia, dos jovens. Ele me conta sobre sua namorada, como é, qual seu nome.

Na entrevista final com os pais, a mãe continua com dificuldades para acreditar no filho. O pai faz observações coerentes, mas sem muita ênfase. Falam da “namorada” do filho, que é muito mais velha. Preocupam-se com a “ingenuidade” dele, que cai nas brincadeiras dos colegas. Contam que ele não fica mais em casa, só quer estar lá fora, de bicicleta, e que continua com poucos amigos, fato que não incomoda tanto ao pai, pois relata ter sido assim também com ele.

A mãe disse que ele está se recusando a usar óculos, diz não precisar mais deles. Ela vai levá-lo ao oculista para reavaliação. Conta que agora é ele quem quer comprar suas próprias roupas.

Dois anos depois, recebi uma visita de Hélio, então com catorze anos: ele estava passando perto do consultório e resolveu subir. Realmente, não estava mais usando óculos e ficou muito satisfeito ao me ver, comentando: “como você está pequena, Leda”. Ele cresceu, mudou de voz e realmente, parece que decresci no seu conceito!

O que a análise de Hélio nos permite acompanhar é esta trajetória, refeita num tempo cronológico tardio, dos tempos lógicos de sua estruturação: do traço unário, significante que o destinava a um lugar psicótico na série familiar, ao seu apagamento deste signo, a partir do desenho de uma letra que lhe abriu as portas do campo pulsional, para então poder encontrar os significantes por onde passou e que fizeram trilhas, deixando suas marcas pelo caminho. Destas marcas, ele pôde fazer metáfora e montar sua versão particular, à sua medida, do que é ter este corpo, este nome, o que é um pai e o que é uma mulher, passando pela confrontação da idéia da morte.

*Hélio teve que arcar com o peso desta estruturação defasada do tempo cronológico - perante a família, os colegas e sua própria imagem narcísica. Provavelmente, vai carregar consigo as “seqüelas” que ficaram como resto desta bagagem que recebeu do Outro: sua ingenuidade, sua timidez, sua relação frágil com o “não”. Isto tudo fará parte de seu estilo e do sinthoma que escolher. Porém, o que podemos perceber no relato de sua análise é que um **sujeito desejante passou por ali.***

6.2. O Anjo Negro

- “eu ficava com medo, aí fazia o Anjo Negro, um cara forte... acho” -

Walter tem doze anos, está com sérias dificuldades na escola - não consegue prestar atenção, não se coloca nas aulas, tira notas muito baixas nas provas, apesar de ter estudado. A orientadora educacional sugere um trabalho psicológico.

Recebo-o inicialmente, sozinho, em três entrevistas. Ele fala dos medos que tem, principalmente de elevador (sobe e desce a pé os dezenove andares até meu consultório). Associa este subir muito alto com ter entrado muito cedo na escola. Conta que tem um irmão três anos mais novo e que brigam muito.

Fala detalhadamente da “situação” a partir da qual “*tudo passou a ir mal*”(SIC): aos dez anos, estavam de férias na casa da avó, na praia, ele acordou para ir ao banheiro. Chegando lá, percebeu que os pais estavam lá dentro mantendo relações sexuais. Ficou muito chocado, saiu correndo, escondeu-se no porão e não queria falar com ninguém.

Não se lembra de muita coisa de quando era pequeno, sabe que houve algo no parto, quando de seu nascimento, mas não lembra o que é. Proponho então convidar sua mãe para vir a uma sessão com ele, rapidamente ele concorda.

Conta sobre a história do pai, que desistiu de ser padre para se casar. Relata que os pais têm muitas atividades na igreja. Questiona-se sobre isso: não quer ser padre, quer ter descendentes e ganhar dinheiro.

Quando a mãe comparece, conta a história familiar num tom monocórdio, pronunciando muito lentamente as palavras, com um estilo de “beata”: tudo é paz, harmonia e o marido é o centro de tudo.

Conta que o nascimento de Walter foi num hospital público e que foi muito difícil para ela, pois “*não sabia de nada*” e o marido não pôde entrar junto com ela na sala de parto. Houveram complicações e Walter teve a clavícula quebrada, ela teve muito medo e associa com os medos atuais dele. O filho mais novo, segundo ela, é

diferente, “*é como o pai*”. Ela sempre foi muito tímida, muito presa à família. Sua mãe também tinha muitos medos e era muito fria, afetivamente, “*como Walter*”.

Relata que Walter não suporta ser contrariado, que reage de modo muito violento. Não demonstra afeto, é muito “frio”, não chorou na morte do avô, por exemplo.

Walter ficou a sessão toda calado, desenhando. Ao final, tenho uma surpresa com seu desenho: ao tom paradisíaco da fala materna ele respondeu com uma produção que chamou de “*Jogo do Inferno*”, que ficamos de comentar na sessão seguinte.

Quando lhe falo do contraste que me chamou a atenção, entre a fala da mãe e o desenho, ele diz: “*vocês falavam de coisas tristes, de problemas, então desenhei algo triste*”. Explica que se trata da luta entre o “*soldado*” e o “*anjo negro*” - dois personagens no melhor estilo das revistas em quadrinhos (ele desenha muito bem). O soldado atravessa o pescoço do anjo-negro e ergue-o do chão com suas garras. Tem muito sangue no rosto, nos braços e na boca do anjo negro, que aparece numa estranha posição: o corpo voltado para frente e a cabeça voltada para trás.

Fico sabendo que houve um tempo, na infância, em que ele queria ser soldado: fez com que a mãe confeccionasse uma roupa para ele, tinha uma série de objetos de soldado e só brincava disto. Houve outro tempo, porém, em que queria ser anjo (o “*negro*” refere-se provavelmente à cor de sua pele). Conta que fez muitos desenhos nestas fases e os tem guardados.

Volta à situação da praia e à revolta que sentiu. Pergunto se havia acontecido alguma coisa antes disso, se ele se recordava. Ele não sabe responder, acha que talvez o pai saiba. Combinamos de convidá-lo para a próxima entrevista.

Quando ele e o pai chegam, o pai está bastante abalado com a conversa que tiveram no trajeto até o consultório. Walter lhe contou o que acontecera “antes”: o relacionamento sexual que manteve com uma prima mais velha, dos sete aos dez anos, aproximadamente. Walter descreve friamente os detalhes da situação, como se fossem dois objetos interagindo, e seu alheamento da situação me surpreende bastante.

O pai, por sua vez, fala de outro “antes”: uma explicação sexual que resolveu dar aos filhos. Conta que pediu para a esposa deitar-se sem roupa, chamou os filhos e explicou-lhes *in loco* as partes do corpo e como um casal se relacionava. Ele tinha vivido na Suécia e queria, como eles, “*tratar estes assuntos de modo bem aberto*” . Walter imediatamente comenta: “*Só que nós não estamos na Suécia!*”

Fico muito espantada e marco como o pai, ali, deu livre acesso ao corpo da mãe para os filhos. Este lembra que seu terapeuta também lhe apontara isto (o pai é psiquiatra).

O pai conta das dificuldades escolares do filho e do tratamento que quis dar-lhe: recebia-o em terapia (!) e não deu certo.

Limito-me a apontar para o pai que, por duas vezes, ele ocupou posições que o tiraram do lugar de pai: como “professor” de educação sexual e como terapeuta. Ele fica muito incomodado, mas parece estar decidido a apoiar o trabalho ali, principalmente pelo que o filho havia lhe contado naquele dia.

Finalizo dizendo para Walter que poderíamos, então, iniciar o trabalho na próxima sessão.

Na sessão seguinte, Walter vem questionando este “trabalho”: como , iniciar, se ele já havia começado? (!) Proponho retomar o que ele falou na sessão com o pai e pergunto-lhe se ele gostaria de construir estas histórias através de desenhos, o que ele aceita.

Nas sessões seguintes, traz-me uma pasta com seus desenhos de infância e trabalhamos suas produções, bem como alguns sonhos.

Ao refletir sobre estas entrevistas preliminares, penso na posição de Walter como muito frágil.

Trata-se de um pai que, ao invés de sustentar a operação de Recalque, encarnando uma proibição da mãe enquanto objeto de amor, ao oferecê-la através de seu ato, como um corpo real, abre caminho para sua Foraclusão.

Walter fica incapacitado de simbolizar o que quer que seja do campo da sexualidade, remetido ao real como está. Por isso, a percepção de que os pais têm

um relacionamento sexual lhe retorna desde fora e o precipita num mundo sem significação: seria uma psicose?

Talvez por isso tenha aceitado as propostas da prima: se não há interdição enquanto dom, não há inibição do contato físico, mas não passa disto: dois corpos reais em funcionamento.

O pai relata que ele não suporta ver o irmão se masturbando, que é algo que ele não faz. Podemos pensar que a atividade da fantasia não se instaurou: não havendo a perda de um objeto transformado em dom, não há nada que sustente esta atividade.

Sua posição comprometida revela-se na aprendizagem: como dar lugar ao conhecimento sem os movimentos anteriores de recalque e sublimação?

Na transferência, o sintoma desenvolve-se sob a versão de uma fobia... de elevador. Há um imperativo familiar de subir na vida ao qual ele responde com horror, retrocedendo.

Do ponto de vista fenomenológico, de uma sintomatologia psicótica, podemos observar: sua dissociação afetiva (extrema frieza diante de fatos relevantes), sua insuportabilidade à castração (violência ao ser contrariado), seu apego ao real dos objetos (a descrição dos atos sexuais como atos mecânicos envolvendo partes reais do corpo, como se não houvessem sujeitos ali), episódios de despersonalização (não se sentir dentro do corpo, mas destacado dele) e de idéias de estilo injuntivo (medo de passar ao ato quanto ao desejo de morte em relação ao irmão, ao pai).

Ao mesmo tempo, sua abertura ao trabalho analítico, sua disponibilidade de utilizar meios simbólicos (desenho, escrita), sua surpresa com os lapsos que produz e com a possibilidade de trabalhar com seus sonhos, bem como seu espanto com os “aparecimentos” do inconsciente apontavam para uma não definição destes traços psicóticos como estrutura.

Concluo que Walter tem uma psicose não-decida. Está paralisado num tempo de latência pura, em suspenso diante desta primeira posição foraclusiva que se produziu em sua história.

A proximidade da adolescência implica esta escolha: ou reedita a foraclusão ou inventa um modo de constituir sinthoma para uma nova simbolização.

Sigo atenta, apostando que haverá, na sua posição discursiva, o surgimento de significantes para falar disso, pois pode ser que tenham sido pronunciados.

Nos dois anos de sua análise, trabalhamos basicamente suas associações a partir de desenhos e de sonhos.

Apresentarei uma seqüência de fragmentos, para ilustrar o percurso que fizemos e refletir sobre o papel do tratamento psicanalítico nestes momentos de vacilação subjetiva, onde o risco de psicose se apresenta.

Apesar de a análise ter sido empreendida com Walter, os pais compareceram a algumas entrevistas, momentos fundamentais onde foram chamados a se “reposicionar” diante do lugar que reservavam para este filho. Sem este movimento da parte deles, não teria sido possível para Walter o salto que pôde dar.

6.2.1. Desenhos de Infância

A partir do significante “maquinista”, uma primeira lembrança infantil apareceu:

W.: “Eu estava no trem, bem pequenininho, ainda usava fraldas, havia dois casais de suecos, bem loiros. Estava tudo claro e de repente ficou tudo escuro, eu chorei”.

Segundo as associações, vem um “antes” e um “depois” do nascimento dele.

An.: “Preocupação com seu passado e seu futuro”.

W.: “A pessoa de repente morre. Como o Ayrton Senna. A gente pode morrer de repente”.

Depois, relata dois sonhos. No primeiro, ele e a família estão em outro planeta, de temperatura muito elevada. Ele foge, quando volta para casa, o pai lhe diz que seu irmão morreu. No segundo, é uma expedição com a família dele. O irmão briga com o primo, que o asfixiava, e quase mata o primo de tantos chutes, Walter teve que detê-lo.

Fala de “coisas que ninguém consegue controlar”, “coisas que eu penso que sei, mas não sei”, “seria bem mais fácil descobrir as coisas”.

O claro/escuro, antes/depois, apontam para o significante que se instaura e faz trauma: a questão da cena primitiva real que o precipitou no escuro da falta de significações é associada à outra perda de lugar, quando do nascimento do irmão, e à morte. A castração apresenta-se aparentemente no real.

Mais adiante, de um fragmento do sonho onde “ele tinha R\$ 12,00, gastou 2,00 e devolveu 10,00”, ele associa: “com dois anos eu ficava brincando no berço e acabei caindo. Com dez anos teve aquela coisa com a minha prima e eu acabei com tudo. Doze anos é agora, o presente”.

An.: “Por que acabou com tudo?”

W.: “Não ia dar certo, meu pai ia descobrir, o pai dela também, ia dar confusão”.

Seguindo mais no sonho, ele lembra:

W.: “De vez em quando, em pequeno, eu me concentrava e começava a pensar: o que estou fazendo aqui, o que eu sou, estou dentro deste corpo?”

An.: “Encontrava respostas?”

W.: “Vim por causa do meu pai e da minha mãe, nasci assim”.

Descreve outra experiência assim, a partir da frase “um sinal para ficar parado” e que aconteceu uma semana antes deste sonho: “fiquei doente, estava de cama. Tinha um peso na mão, eu pensava: é minha imaginação que tá fazendo isso. Tinha que distribuir este peso na casa inteira. Levantei, abri os braços e soltei os pesos no espaço livre do quarto. Notei que era minha imaginação, eu estava deitado e com febre”.

Ele relacionou com “uma coisa que eu tô levando nas costas e não sei o que é. Pode ser aquele fato...” “Peguei meu pai e minha mãe... eu não sabia deles, só dos outros”.

An.: “Tirou alguma conclusão?”

W.: “Meu pai não era perfeito: pensei que só ia transar para ter filho. Por que não falou que também era para ter prazer? Ele falava que era santo, quando via pornografia na TV ele desligava, eu pensava: ele não é como os pais dos meus amigos”.

An.: “Mas antes disto houve outra coisa”.

W.: “É, eu e minha prima. Eu não entendia nada, tinha sete anos, tava no primário”.

An.: “Comentava com alguém?”

W.: “Com ninguém. Só com ela. Não era uma pessoa estranha, era uma prima, era como se fosse uma professora, só que a gente não sabia o que era aquilo. Que podia ocasionar um filho. Não sabia o que era prazer, era uma brincadeira”.

An.: “Quando soube que não era brincadeira?”

W.: Quando começaram a comentar na escola de um colega que pegou o pai com a amante. Vi que era coisa séria, já tinha aulas de ciências”. “Era como se fosse um vício, eu não tinha nenhum prazer, não sabia nada. Era como cuspir e tomar coca-cola, se repete várias vezes. Eu fazia porque gostava, não a relação, mas como vinha brincando com ela de professora, de outras coisas”.

An.: “Virou um peso”.

W.: “No futuro eu sabia que ia acontecer um problema com aquilo, podia ter um filho se continuasse”.

Lembra então de um “peso interior” quando era menor: “Sempre sonhava que era jogado de uma altura e dava cambalhota no ar, enjôo, uma sensação estranha”, ou então “eu sonhava estar andando numa escada e tinha que me segurar, na vida real eu me mexia na cama, dava uma sensação ruim”.

Aparecem estas descrições de estranhamento do corpo, que sugerem estas “quedas” subjetivas, cujo risco ele vem sofrendo e que o confrontam constantemente com este medo de cair, no real. Há uma vacilação entre gozo e desejo, que levam a pensar numa falha na sua possibilidade de leitura e apropriação da escrita do outro, através da letra. Vejamos como isto vai se dando no decorrer das sessões.

Outro dia, outro fragmento de sonho: “uma mulher alta começou a temperar uma coisa. Eu cheguei por trás, para ela não ver. Ela abriu o roupão e ficou uma escuridão como num filme antigo, quando acaba e diz THE END”. Associa o tempero à comida, carne:

W.: “No chá, você coloca açúcar para ficar mais doce”.

Associa também com a educação física: “os professores fazem tempero nos times - masculino e feminino”.

Ao “chegar por trás” associa “detetive, alguém que persegue”.

Ao “abrir o roupão”, associa uma cena de TV, uma prova, “uma mulher fazia strip tease e o cara não podia passar de uma certa pulsação cardíaca”: “ele não podia demonstrar que estava gostando, tinha que se controlar”. “Esta mulher deu uma entrevista e meu pai tirou do canal”. Pergunto sobre a “educação liberal” que o pai pretendia dar aos filhos, ele ri. Conta então do cine privê (filmes pornográficos) a que assistiu na casa do primo.

O “sexual” vai sendo metaforizado, inserido numa série, a partir dos significantes que traz.

Sonha com “dois esquilos que encontrou debaixo da cama”. Relaciona: “eu e minha prima, a gente se escondia debaixo da cama”.

“Estes esquilos tiveram que achar um lugar para se reproduzir e continuar a raça deles”. Associa: “Uma vez, eu falei pro meu pai e um amigo dele que não queria ser padre porque senão não teria chance de ter uma pessoa igual a mim, um descendente. Aí eu nunca ia morrer. E meu pai disse que também quis ter uma família”.

An.: “Diante do risco de ter um filho, você parou de se relacionar com a prima”.

W.: “É, não teria sentido pra gente”.

An.: “Foi o momento em que você entendeu o sentido daquilo”

“Podia ser o sonho dos ex-quilos!”. Ele ri.

É interessante notar como há aí, nesta relação com a prima, que vai das brincadeiras sexuais infantis ao encontro com um real irrepresentável, um aspecto simbólico importante, quando se insere a questão da “paternidade”. Penso que a questão de “o que é um pai” já se apresenta para ele: há o significante do pai, o que aponta para uma possibilidade de chegar a uma combinação que lhe dê acesso a esta função.

6.2.2. Era uma vez um Avô

Mais adiante, outro fragmento de sonho: “Eu estava saindo da fazenda do meu avô e indo pra fazenda do meu pai. Eu sabia a placa - estava escrito fazenda tal e tal. No meio da viagem, nunca chegava. A placa não dizia a mesma coisa, era outro letreiro”.

Relaciona com “herança, com uma vizinha que é filha adotiva e não sabe, uma pessoa que não sabe se o pai é verdadeiro ou não”.

An.: “No sonho é você”.

W.: “Fiquei confuso. Sei que é meu pai pela semelhança”.

An.: “No sonho é uma placa, um nome”.

Ele fala que gosta do seu nome, “apesar de ser estrangeiro”, “porque é um nome bonito”.

Falamos um pouco sobre os nomes na família dele. Eu lhe propus montarmos sua árvore genealógica, ele gostou da idéia. Pesquisou os nomes e trouxe. Pudemos comentar sobre as mudanças de posição de uma geração a outra.

Continuamos na busca do significante Pai, pois, como apontou Erik Porge (1998), “o pai introduz uma ordenação na linhagem. É unicamente a partir do momento em que falamos de descendência de masculino a masculino que se introduz um corte, que é a diferença das gerações” (p.34).

Outro sonho traz novamente o personagem do avô, nas associações sobre uma “porta pesada”: “se eu fosse mais velho, teria visto o pai do meu pai construir a casa”.

Lembra ainda de “porta divisória”: “algo que separa um campo de outro”.

Remeto à porta do banheiro, na praia. Ele demora a lembrar:

W.: “Separou eu fora e eles lá dentro”. “Fiquei surpreso”.

An.: “O que você pensou?”

W.: “Que eles eram pessoas normais”.

An.: “E sobre esta separação?”

W.: “Eles fecharam a porta, como quando a gente se troca. Eles não queriam que eu soubesse, ou não era tempo de mostrar”.

Ele fala como se fosse natural algum dia mostrar, sem se implicar, fico muito espantada e comento isto.

Na sessão seguinte, fala do enterro do avô: “não senti que meu avô morreu. O corpo dele sim, mas a alma não”. Aponto novamente a não implicação dele.

W.: “Estou ali, mas não sinto emoção”.

Sessões depois, sonha que “está atravessando um parque igual ao do filme *Esqueceram de Mim* e pensou: ‘imagine os alunos da noite o que deveriam fazer, porque parque é perigoso’ ”. Conta uma situação no parque, onde foi assaltado e ficou sem seu boné. Falamos dos perigos que levam a perder algo. Aos “perigos do parque” ele associa com sexo, drogas.

An.: “Os perigos de crescer”.

Do Pai, ele desloca seu percurso para a castração, que tentamos metaforizar também. Uma castração no real deixa o sujeito sem acesso à representação do sexual - afeta um corpo mas não marca sua alma, como Walter denunciou. Neste sentido, encontrar significantes para falar disto nas sessões é uma aposta na possibilidade de fazer o percurso imaginário e simbólico destes cortes. Acho importante marcar seus lugares de enunciação, naquilo que relata.

Os pais comparecem com ele para uma entrevista. A mãe traz muitas queixas: na escola, ele sempre vai mal nas provas; não dá para acreditar no que ele diz. Ela não entende este filho e não sabe como agir com ele, “ele herdou tudo de ruim de nós”, diz. Assustava-se com algumas coisas que ele dizia - “de matar as pessoas”.

O pai, em contraposição, coloca-se mais tranquilo - diz que confia no filho e está percebendo que ele está melhor com o trabalho ali.

Na sessão seguinte, comentamos a entrevista com os pais. Ele disse que fez várias perguntas para a mãe quando voltavam para casa, mas esqueceu. Lembra que conversou sobre este “desejo de matar alguém que ela disse que ele teve, quando

“tinha sete anos, em relação a um amigo três anos mais velho”, ele não sabe a razão. Fala que tinha pensamentos de matar toda a família e se matar, antes.

An.: “Antes?”

W.: “É, antes da análise”.

Comento que sua mãe falou de coisas muito pesadas a respeito dele. Como se sentiu ao ouvir? Ele lembra que ela falou que ele só herdou coisa ruim. Diz não ligar para isto. Falo das coisas pesadas que fazem parte da história dele. Diz que não dá atenção. Digo que é justamente esta a queixa que os professores têm dele...

Passamos a falar dos desenhos que ele fez enquanto ouvia os pais. O primeiro desenho é de uma caveira, com USA escrito na parte superior e a bandeira deste país ao lado, com letras repetindo-se ao redor de toda a folha. Ele associa com signos de grupos de rock dos quais não gosta, signos de perigo que aparecem em fósforo, álcool, bebida. Lembra do avô (materno, desta vez), que morreu em consequência de alcoolismo.

Comento que as letras que aparecem são as do seu nome, só faltando o “L”. Ele associa o L com luva que protege na luta e com lugar.

Aponto o lugar difícil que ele parece ter nas palavras da mãe, mas que o pai parece lhe dar um lugar diferente, de confiança. Ele concorda.

An.: “Você reparou como reagiu às palavras de sua mãe?”

W.: “É, eu desenhei”.

An.: “Você tem sua maneira de reagir”.

O segundo desenho, que tem o mesmo molde de rosto do outro, é um busto moreno, alguém mostrando a língua, com óculos escuros e cabelos despenteados, com uma mão levantada com punho cerrado, de luva. O rosto está de frente, mas o busto está de costas, o braço também. Nas costas da camiseta está escrito: EU - TERRA - UNIVERSO - DEUS. Ao lado tem um desenho estilizado de um boneco, um globo, um sistema solar e uns riscos indefinidos. Em cima à esquerda tem um distintivo escrito “USA” e à direita a bandeira dos Estados Unidos.

W.: “É uma pergunta sobre a origem”.

Desta vez, aponto o que me chamou a atenção já da outra vez, sobre a cabeça estar voltada para a frente e o corpo voltado para trás. Ele se surpreende:

W.: “Está desequilibrado!”

Falo do personagem, que quer ir para a frente responder às interrogações que carrega nas costas, mas para isto precisa olhar para trás.

Proponho construirmos juntos uma história para pôr palavras naquelas imagens, que são seus desenhos, do seu momento. Ele aceita.

A relação entre a fala da mãe e seu desenho permitem-nos um acesso a uma representação desta alienação, disto que o marcou da fantasmática materna. A possibilidade de ir mais além desta “imagem ruim” está em jogo. Walter começa a tentar se situar no tempo, diante da testemunha que represento ali. É quando lhe proponho a história, como possibilidade de encontrar um sentido para o passado, que lhe restitua o tempo presente.

6.2.3. O Herói Perdido

Na sessão seguinte, ele traz um sonho: “Uma festa de ricos. Peguei o elevador, desci de novo. Tinha uma mulher, baixinha, que controlava o elevador: subia e descia na mesma reta. Pedi um andar, o último. O elevador começou descendo e aí foi se inclinando e como de cabeça para baixo começou a subir - comecei a ver lá em cima que eu estava no passado. No sonho, o único herói era o Batman. Eu dizia: não posso esperar o Batman vir, eu que sou ele. Tenho que me disfarçar para salvar as pessoas. Peguei um carro e desci. Passou rápido um carro preto - era o Batman. Tive a esperança de que ele estivesse à procura da pessoa perdida, que faltava salvar, que era eu”.

Associa com dois sentimentos: encontrar um herói, “que está perdido na minha vida”. “Só sei explicar no herói o que eu gostaria de ser”. Em segundo lugar: “no futuro, encontrar uma mulher que eu ame não pelo desejo, prazer, mas por ter um sentimento, gostar dela”.

Lembro do nosso combinado sobre os desenhos, ele fala que não sabe direito como fazer uma história, “não sei se o personagem é branco ou preto, como ele é”. Comento se não seria um bom modo de começar, colocando estas questões.

Ele faz uma história. Surpreendentemente, monta em quadrinhos o encontro de um personagem mascarado com uma mulher! Dá o título de “O herói perdido”. Digo que pode ser entendido em dois sentidos. Ele entende como “um herói que não sabe o que fazer com seus problemas”. Aponto que também pode fazer pensar que, uma vez perdido o herói, um homem, com falhas, sentimentos, desejos, possa aparecer.

No sonho, parece haver uma alusão ao meu papel na transferência (a “mulher baixinha que controlava o elevador”) que não me pareceu conveniente, naquele momento, apontar. O que me pareceu importante foi a confirmação de que estávamos no caminho certo, já que minha intervenção da sessão anterior culminou na produção deste sonho. As associações nos conduziram para a sua quebra narcísica, condição para ocupar um lugar de desejante.

Sessões depois, traz uma história em três quadros: no primeiro, Cebolinha e Cascão discutem, o primeiro diz ter mais experiência que o segundo. No segundo quadro, Cascão fala que já roubou o “Coelhinho da Mônica e o Cebolinha diz que ele é que vai roubar. Finalmente, no terceiro quadro, o Cascão aparece como o Gene Kelly de *Cantando na Chuva*, com a seguinte fala: “Tô feliz”, protegido debaixo do guarda-chuva. No letreiro, a explicação: “O Cascão ficou feliz pela Mônica ter perdido seu Coelhinho e a Mônica ficou triste porque perdeu seu Coelhinho”. Acrescenta: “Ele usa terno. Amadureceu, como eu”.

Confirmando o trabalho que vem fazendo, temos aí ilustrada a Separação: o Outro o perdeu, ele pode buscar um lugar próprio. Vemos que a castração adquire um novo viés, é passível de imaginarização.

6.2.4. Os pais Atropelados

Outra sessão, outro sonho: “era como se fosse de verdade!” Descreve: “Tinha dois ‘loucão’ - um homem e uma mulher. Tinha uma subida para planador e para baixo tinha um precipício. Vamos fazer uma manobra radical - eles estavam de jet

ski. Eu fiquei olhando, só que eles não estavam de avião e sim de moto. No meio do caminho era como se eu estivesse na moto: começaram a subir. Me deu um frio na barriga de verdade. Eu é que tinha que me segurar para não cair no precipício. Aí a moto continua girando e nós também: eu, o cara e a mulher”.

Associações: “Era como se fosse um simulador, um treinamento que eu tivesse que fazer”, “Frio na barriga como no elevador, antes (agora já sobe normalmente de elevadores), ou na praia, quando pego onda e é muito grande”.

“Eu não via meu corpo, só minha mão e meus olhos. Estou sentindo com os olhos, mas não estou reparando eu ali”. Lembra da escola: “Presto atenção, vendo e escutando, escrevo com a mão”; “aula de história - sobre Idade Média, igrejas, coisas religiosas” (Fala da professora: chamou sua atenção a calma dela e a história que ela contou).

An.: “E se fosse ao contrário: dormindo, com olhos abertos? (Ele tinha falado que estava dormindo, mas é como se estivesse acordado, com olhos fechados) .

W.: “Como quando a gente come uma maçã e vê uma larvinha - você não quer ver para não perder o apetite?”

Encadeia: “Meu avô era porcão: comia pepino e tirava pedaço com larvinhas, eu via, que nojo...”

An.: “O sonho fala de você e um casal”.

W.: “Casal? Meu pai, mãe, meu tio e a mulher dele...”

An.: “Pais, ... algo que não quer ver”.

Relembra a situação dos pais na praia e a vontade dele de fazer xixi: “perdi a vontade”.

Lembro a explicação sexual do pai.

W.: “É, eu não queria ver. Se fosse outra mulher, bonita... Eu não queria ver meu pai, minha mãe, meu irmão ali. Fazia como se fosse uma brincadeira”.

Comento que o que apareceu no sonho foi medo, queda. Marco o quanto ele pôde retomar àquele momento, através do sonho, vivendo-o, desta vez. E se pôde falar disto, não vai mais cair no precipício.

Ele me olha, confuso.

An.: “Pode recuperar seu apetite perdido”.

W.: “Uma coisa que notei é que não estou mais preocupado com o que fiz, estou vivendo mais”.

Relendo esta sessão, questionei o caráter de forçamento de minhas intervenções em direção à situação traumática. Penso que eu estava bastante envolvida neste lugar transferencial e intervim desde as associações a que eu mesma fui remetida. Entretanto, o efeito de simbolização produzido na seqüência confirmou este direcionamento.

Walter vem contando do novo assalto que sofreu no parque. Disse que esperou praticamente para ser assaltado: “dei bobeira”, “não tomei uma atitude, só guardei o relógio”.

An.: “O que você quis proteger foi o relógio”.

W.: “Guardei duas coisas: a vida e o relógio”.

An.: “Duas coisas relacionadas com ‘ficar paralisado’”.

W.: “É, teve partes em mim que não cresci: a situação da minha mãe e do meu pai, a ‘experiência’”. “Só com a minha prima é que não fiquei paralisado, senão teria dado besteira, mas isso foi antes daquelas coisas lá, antes eu tomava atitude legal”.

O significante que ele escolhe para representar o trauma - “a experiência”, situa bem o horror que viveu. É um momento de nomeação e interpretação daquele tempo, que vai sendo simbolizado como parte de seu passado - um apagamento pode ser efetivado.

Situação de alarme: os pais descobrem que ele comprou uma revista pornográfica. A mãe mexeu nas coisas dele e achou.

W.: “Eles vão ficar com uma imagem ruim de mim”.

O pai, por sua vez, segundo relata W., preocupa-se que eu ache que é ele que está levando o filho para este caminho, por causa da “experiência”.

Proponho falarmos com os pais na semana seguinte, ele está de acordo.

Questiono um pouco a “imagem ruim”, para quem seria? Ele percebe que há diferença entre as posições do pai e da mãe. Interroga-se “de que lado fica?” Falo

sobre os pais terem colocado numa das entrevistas que esperavam que ele “evoluísse” e agora ele está crescendo. Ele se pergunta: “será que eles querem que eu cresça ou fique criança?”

Observamos como os dois lados se apresentam para ele como possibilidades de escolha e de identificação. A preocupação com a “imagem ruim” é dele em relação à mãe e do pai em relação a mim, no que há uma identificação entre o pai e ele, mais além da questão com a mãe. É a posição da analista como terceiro termo que move o processo.

Sessão “emergencial” com os pais e Walter. A mãe fala que Walter sempre a “atropela”, ela tem que reagir e depois chamar o pai dele.

O pai comentou que primeiro foi “atropelado” também pela questão da revista: “a gente não acreditava que ele pudesse comprar”. Contou que, inicialmente, ia “picar” a revista. Depois, falou com amigos da igreja e viu que era normal - aconteceu com os filhos deles. Descobriu que o filho estava fazendo o que ele nunca teve coragem de fazer e até queria. Resolveu então ver a revista junto com o filho.

Resultado: viram todos juntos a revista, o pai, ele, o irmão e a mãe(!)...

Walter reclama: “eu queria ver só com você, pai”.

Falo sobre as mudanças de Walter - está fazendo coisas de rapaz. O pai reconhece. Aponto a importância de eles se adaptarem a este novo lugar do filho, para não serem “atropelados” novamente.

A mãe continua reclamando muito de Walter, tentando incluir e proteger o outro filho. Mas Walter desta vez se coloca, discorda do que ela fala, expõe o que pensa.

Falo da questão da privacidade - como foi difícil para Walter se situar após aquela explicação desastrosa do pai que incluía a mãe e que ocasionou uma parada na evolução dele. O quanto era importante, agora que ele tinha um lugar para trabalhar suas coisas, que os pais pudessem ter uma postura mais cuidadosa: respeitar as coisas dele, o tempo dele, o espaço dele. Sugiro que a mãe não seja mais incluída nestas descobertas de “homem” que ele vem fazendo.

A mãe, compreensivelmente, aceita muito mal minhas observações. O marido acaba lhe “traduzindo” tudo novamente.

Ela se queixa, por fim, de que também não tem o espaço dela, o tempo dela, que largou tudo pelos filhos. Digo-lhe que podia entender como era difícil para ela este momento e que seria interessante ela procurar recuperar um pouco do que largou.

O pai, aparentemente, estava de acordo com as colocações.

Walter desenhava, mas estava muito atento e pronto para corrigir ou perguntar sobre o que os pais falavam. Ficamos de conversar sobre os desenhos na sessão seguinte. Porém, não posso deixar de me surpreender com o colorido destes desenhos.

Como combinado, retomamos os desenhos da sessão anterior. São duas paisagens de praia. Uma mostra a praia ao amanhecer, uma palmeira inclinada, um barco e embaixo o trajeto Curitiba-Florianópolis, a quilometragem que separa as duas cidades, um avião, o nome da empresa aérea, com a indicação 1 hora e, riscado: de ‘Vôou’. O outro desenho mostra a praia ao pôr-do-sol, um coqueiro ereto, com cocos, uma prancha de surfe e embaixo o mesmo trajeto, a quilometragem e um ônibus, com o nome da empresa rodoviária.

Peço que associe com a conversa dos pais, ele diz: “praia, pessoas sem roupa, revista pornô, praia de nudismo”.

Fazemos a comparação entre os desenhos: uma palmeira vergada pelo vento, o coqueiro ereto, com frutos; uma praia tranqüila, outra agitada; um veleiro, uma prancha de surfe; um avião, um ônibus.

Fala do vidro preto do ônibus, que associa com “privacidade”: “foi sobre isso que meus pais conversaram em casa, depois da entrevista”.

No final, marco algo que havia em comum entre os desenhos e o que os pais notaram nele: que ele “mudou de praia”.

Ele fala das coisas que têm para fazer na praia e não sabe ainda como são ... surfe, body-board.

An.: “Nesta nova praia há coisas para descobrir”.

Esta sessão foi um marco em seu percurso: aí se encenou o abandono do tempo infantil e o ingresso num tempo outro, da adolescência. Fruto do reconhecimento dos pais, na sessão conjunta, de que ele realmente tinha crescido e, principalmente, consequência de uma operação de apagamento que ele pôde realizar. Só-depois, na releitura do caso, é que me dei conta de algo que nos ‘escapou’ no trabalho dos desenhos: a rasura do VÔOU, cujo ato falho trouxe justamente o VÔ e algo que ele pôde apagar ali e fazer letra.

6.2.5. O Avô Ressuscitado

Volta contando um sonho que teve na noite daquele dia da sessão: “eu entrei num mini-ônibus que me levou por ruas pequenas até a casa de minha avó, ela mora num morro. Numa das pedras da praia o cara saiu do ônibus e subiu nela. Eu vi e pensei: parece com meu avô, é o meu avô. Não era imagem. Ele consegue o que Jesus conseguiu: ressuscitar. Vou rápido contar pro meu pai”.

Lembra da comparação entre as duas praias, na última sessão, entre ele e o pai e não lembra da última frase: “era diferente, algo novo...”

Com “ruas pequenas” associa as ruas da casa da avó mesmo, um desenho que segue a mesma rota do sonho: salvar pessoas.

An.: “No desenho, quem se salva é seu avô”.

W.: “Ressuscitou, mas só Jesus...”

An.: “Ressuscitar pode ser também falar sobre a pessoa, lembrar dela”.

W.: “Meu pai fala, tem fita de vídeo, tudo”.

An.: “O que seu avô fazia?”

W.: “Era mestre de obras, construía prédios, construía coisas em prancheta”.

An.: “Como você?”

W.: “Só que ele trabalhava com isso, eu só acho bonito”.

An.: “Você tem algo dele”.

W.: ?

An.: “Este dom (para o desenho)”.

W.: “Pena que ele estava doente. O que ele fazia de bom era contar histórias pros netos”.

Antes de interrompermos o trabalho para as férias, ele falta a uma sessão. O pai me telefona e conta que Walter foi reprovado de ano na escola. O pai está tranqüilo, porque achava mesmo que ele precisava estar melhor preparado para a série seguinte. Fala que Walter decidiu sair de férias da análise também, “para tirar férias de tudo”. Insisto em que ele venha até o dia combinado, o pai dispõe-se a isto.

Walter vem e conversamos sobre a reprovação. Observo-lhe que fiquei surpresa ao saber, pois ele não comentara nada.

W.: “É que era a última que eu vinha antes das férias e eu estava tão ligado no passeio que ia fazer depois...”

- “Já sabia que ia reprovar, que não ia conseguir”.

An.: “Foi a frase que apareceu no sonho: medo de subir e medo de despencar”. Interpreto, dizendo-lhe que ele tem medo de subir na vida.

Ele diz que tem medo de aprender a dirigir.

An.: “Você não está conseguindo dirigir sua vida. Algo está dirigindo e é para baixo, para despencar. Isto é sério, você não acha?!”

W.: “Só pode ser o medo. Meu medo de cachorro passou para medo de aranha, fico paralisado”.

Conta um medo que tinha “quando era bebê”: “um reflexo no espelho - imagem de uma bruxa”. Lembra a partir de uma foto: quando tinha quatro anos dormiu e viu a imagem.

Outra imagem que via: “um rosto, uma bola que se abre da cabeça até a cintura, uma veste grande - como se fosse uma bruxa”.

Com dez anos, via o reflexo da imagem de outra árvore, à noite, por causa da sombra.

Associa bruxa com “coisa má”, “meu pai quando não quer me dar alguma coisa” “Sacanagem, apelido para outra pessoa”. “uma pessoa matar outra - eu matar o meu pai”.

An.: “Coisa ruim?”

W.: “É, coisa que alguém faz com outra pessoa, experimentar pimenta e berrar”.

An.: “Algo que acontece na boca”. “Pode ser o que se ouve também” : lembro a fala da mãe.

W.: “Até esqueci... Disse que eu só herdei coisa ruim. Da família dela, que tem muita coisa de ruim”.

An.: “Você faz parte desta família também”.

W.: “Tive uma reação igual à da família da minha mãe, quando liguei para não vir à consulta... Não quero ser continuação disso que é ruim”.

An.: “Pode ser que estas palavras fortes tenham muito peso”.

W.: “Isto eu não notei”.

Falo do que ouvi dele, do pai e da mãe: parece que tem uma ‘bruxa’ na história.

W.: “É, mas não sei quem é. Sempre vejo nas situações: será que sou mesmo filho deles? Fico procurando afirmações: minha cor, o sobrenome, o que herdei deles. Tem coisas que não herdei nem de um nem de outro”.

Aponto que são questões importantes para ajudá-lo a descobrir quem ele é.

Nesta sessão, pude interpretar-lhe o lugar em que ele se coloca. Produziu-se o movimento de apropriação, por ele, do espaço da análise: não é mais algo determinado pelo pai, mas um espaço dele, ele pode decidir vir, independente das férias escolares. É o início de sua análise propriamente dita.

Vem trazendo “coisas que o pai falou” e ele notou: que antes não se interessava em namorar, que não gostava do irmão e sobre o filme a que assistiu, onde um personagem mata outro”. “Imagina se eu matasse alguém, meu pai, minha mãe, meu irmão”.

Lembra-se de uma situação que o pai contou: “ter que matar o filho porque é drogado”.

An.: “Nas três situações, tem a fala de alguém. Primeiro, você sente as coisas, aí vem a fala de alguém para você entender”.

W.: “Me deixo influenciar por outras pessoas”.

An.: “Que tal tentar encontrar **suas** palavras?”.

Começa a contar sobre sua relação com as meninas: fala, fala, mas não entra em ação. Aí conta sobre o irmão e uma briga que tiveram, onde ele ficou muito violento. Relata outras situações semelhantes.

An.: “Quando você parte para a ação pode ser perigoso”.

W.: “Eu vi que se eu entrar pra valer, ou eu me machuco, ou elimino a pessoa mesmo”.

An.: “Como se você não conseguisse se controlar”.

Lembra-se de outra situação com o irmão, em que deu um soco na barriga dele. Diz: “A mãe **dele** deu batidas nas costas dele”.

An.: “A mãe **dele**?”

Fica muito surpreso com o lapso:

W.: “É minha mãe também! Falei como se fosse outra pessoa” ...

An.: ?

W.: “Aí não existiria eu, ou eu seria diferente. Ou se eu fosse filho único. Aí ele seria um primo, um amigo”.

Pergunto o que ele pensa do irmão.

W.: “Ele é diferente de mim. Faz mais amizades.”

Conta das meninas que o irmão conhece e “desperdiça”, enquanto com ele e o primo isto não acontece. Lembra então das chances que seu pai “desperdiçou” na vida: não foi morar na Suécia porque a esposa não quis; ganhou um carro e recusou-se a recebê-lo.

An.: “Seu pai também tinha medo de subir na vida”.

Fala novamente sobre “matar pessoas”: “é uma sensação muito forte, como se eu tivesse matado mesmo e tivesse aquela sensação depois: como é que eu fiz isto?”

Comento sobre a diferença entre pensar, desejar e realizar. Como era grave não ter claro esta diferença e como era importante falar disto ali.

Ele concorda, dizendo que por isso decidira falar disto primeiro, antes de entrar em férias.

O “assassinato” do pai é abordado por ele desta maneira, mostrando como isto lhe vem de fora, como ele é instado a atos reais, na falta de atos simbólicos. Não há acesso ainda à simbolização permitida pelo processo edípico, que aí falha.

Faço a opção de tentar incluir os três registros, Imaginário/Real/Simbólico nesta articulação, mesmo que “pedagogicamente”. Como pude perceber só-depois, parece que isto teve uma função de referência para ele, pois suas inibições ao ato se resolveram a partir daí.

Quando retorna das férias, traz desenhos que fez “antes da situação da praia” e “depois”. São desenhos do Batman, do Homem Aranha. Resolve deixar os desenhos na sua pasta ali (ao contrário das outras vezes, em que mostrava os desenhos e os levava de volta): “Não vou utilizar mais”.

Depois, conta exaustivamente situações da escola e de casa onde ele percebeu que “cresceu”.

Na sessão ulterior, fala de dois episódios em que ficou pensando sobre suas reações: um jogo de futebol do qual saiu antes, para não ter que brigar pelo campo com um grupo que chegou; concluiu que fez certo, pois “não poderia enfrentá-los”. O outro episódio foi com uma menina, de quem se aproximou e “puxou papo”, diferente da situação que relatara outro dia, onde não conseguira falar.

Algo o surpreendeu: foi fazer sua própria caricatura e acabou saindo muito parecido com um tio de seu pai, que já morreu e em quem ele nunca mais tinha pensado: “é da família N., como eu - é só mudar um pouco que sai outra pessoa!”

Marco o fato de que, para fazer seu retrato, ele teve que pensar na história de sua família, em quem veio antes.

A dimensão simbólica, no nível familiar das gerações que marcam um passado, uma antecedência e uma seqüência no tempo, começa a se construir para ele. Antes, como vimos, havia o presente - do qual era incapaz de extrair um sentido - e um futuro temível e inacessível.

Na sessão seguinte, traz a caricatura a que se referiu e comenta que tem aí as assinaturas que está treinando para assinar seus desenhos.

Lembra do enterro de seu avô, onde só estavam ele e o irmão, dos netos. Então, compara com o que ocorreu com seu pai no enterro deste tio-avô: ele era o representante da nova geração, como seu pai o foi no enterro do tio.

Conta outra situação, em que o pai foi intervir numa briga de vizinhos e “levou um corridão”: “Ele dizia que era fortão, mas correu”.

É possível reconhecer que o pai é faltante, não é mais um ideal inatingível, uma identificação com ele e com a linhagem masculina torna-se possível. Ele passa a ter acesso às lembranças do passado e ao mesmo tempo situar-se na ordem familiar.

Na outra sessão, traz novamente um sonho de passar obstáculos, onde se repetem questões antigas: medo de cair, medo do abismo, ele tinha que atravessar, passar para o outro lado. E é a primeira vez que o sonho vai adiante neste ponto, sem que ele acorde no momento do impasse. Aponto isto, muito admirada, ao que ele responde: “Agora já consigo estudar sozinho, não preciso mais perguntar para meu pai”.

No sonho, tem rio, trovão, ele associa com “uma força muito grande dentro de você, dá uma explosão e fica forte”, “senti isto quando levei um choque na tomada, fui com tudo para trás”.

An.: “Uma vez houve um choque que fez você ir para trás e agora tem uma força que faz você ir para a frente, no sonho”.

Há também a palavra animal, no sonho, que ele associa com porco, com “xingar outro time, na torcida do Palmeiras”, “uma pessoa nojenta”.

Neste momento, ele pede para sair da sessão para ir ao banheiro.

Quando ele retorna, falo da coincidência: aquele dia em que ele levantou para ir ao banheiro e viu os pais lá.

An.: “O que poderia ter a ver com porco? Pais?”

W.: “O ato deles, eu não sabia na vida real como era”. Associa com o Kart, que nunca dirigiu e não sabia o que aconteceria se acelerasse muito, “não entrei, não fui”.

An.: “E a situação dos pais?”

W.: “Eu não tinha visto filme, nada na vida real. Foi um impacto para mim”.

An.: “Mas, e a situação com a prima?”

W.: “É, tinha isso, mas era como se fosse uma brincadeira”.

An.: “Uma brincadeira que dava muito medo”.

W.: “É, tinha que me esconder, ou ir ao banheiro e fazer que ia tomar banho”.

Relaciono o animal que aparece no sonho com a prima. Falamos da arma que aparece no sonho, com a dúvida: “é de brincadeira, é de verdade?”

Aparecem também alguns números. Ele associa: “tempo que foi passando e eu ia indo para frente, para chegar onde eu queria”.

Anal.: “Aparece um desejo de ir para a frente e não para trás”.

Na sessão seguinte, ele retoma o sonho e conclui: “várias coisas que eu não conseguia, com a psicanálise já estou conseguindo: comparei com outros sonhos que eu tive e neste eu consegui passar obstáculos”.

Conta então do grupo de samba que ele, o irmão e o primo estão formando. Mostra o desenho com a marca do grupo.

Seu ‘acting’ nesta sessão - ir ao banheiro no momento em que se repete, através das associações do sonho, a situação traumática - resgatado em seu sentido de mensagem pela escuta que pude fazer e interpretar para ele - foi fundamental para sua elaboração do trauma, pelo encontro de uma significação e posterior recalçamento. É o momento em que ele se situa no tempo, o que nos remete à atuação do Nome-do-Pai como ordenador, como aponta Erik Porge (1998): “A sincronia dos três registros do nomear se superpõe à diacronia das três gerações. Mais que a inscrição temporal do Nome-do-Pai, isto mostra o caráter decisivo deste significante para a referência temporal do sujeito” (p.183).

Outro sonho, outro dia: “mar, ondas enormes, quando se chocavam no chão fazia uma ventania. Minha mãe falou: não vai lá, não quer morrer, não é? Falei pro pai: dá para a gente ir pro mar. Ele falou: mas aqui não tem mar. Eu fui ver, era só lama. Teve um estrondo: cadê o mar? Secou tudo. Ficou dividido. Eu pensei: é o fim do mundo. Pulei o muro que separava a casa, da praia. Encontrei minha mãe, ela disse: cuidado, está cheio de buraco, você vai ser engolido. Meu irmão chegou. Tinha um bloco enorme e do outro lado um vale bem fundo e bem bonito, com palmeiras”.

Associações: “eu gostava muito daquilo e some sem mais nem menos: um choque”.

An.: “Você perdeu algo importante”.

W.: “ficar dividido: tem três meninas, você namora todas elas. Um dia estão todas juntas, você tem que escolher - deixar de lado umas”.

An.: “Tem a ver com escolher”.

W.: “É, eu não sabia se ouvia minha mãe ou ia com meu pai”.

An.: “Havia o lado da mãe e o lado das palmeiras”.

W.: “Fiquei dividido entre ir e correr o risco de me afogar. Aí esperei meu pai para ter segurança. Só que daí sumiu o mar”.

An.: “Parece haver relação entre mãe - mar”.

W.: “É, o bebê fica na água, na bolsa, dentro da mãe”.

An.: “Escolha entre o mundo da mãe e o mundo das Palmeiras?”

Ele lembra que seu time é o Palmeiras.

An.: “Ah! Então você escolheu seu lado, seu time?” Ele ri.

Sonho que remete à mãe, agora situada no registro de objeto de amor, dom, que foi perdido. O sonho aponta ainda o vazio do lugar do pai enquanto terceiro termo. Há ainda uma provável referência ao nascimento do irmão, como veremos adiante.

6.2.6. Um garoto relê seu diário de infância

Walter conta que ficou em reforço nas aulas de inglês e que o pai disse que não ia mais tolerar notas baixas.

Demonstro meu espanto: “em inglês?!”

W.: “É, eu sei, justo eu que quero ir pros Estados Unidos...”

Anal.: “Na matéria que tem a ver com o que você quer, você vai mal, que esquisito!”

Ele ri. As palavras em inglês o remetem a um diário que ele escrevia quando criança. Fico muito interessada.

Na sessão seguinte, trouxe o diário e começa a lê-lo: ali conta que ele andava bem de skate e que parou por causa da queda que teve e que quase o matou.

O diário traz frases em inglês que ele já não entende, “porque agora sou ruim em inglês”.

Lê uma poesia que diz: “falo com a caneta”. Percebe como era difícil se expressar e como ele devia parecer, aos onze anos, “um louco para os outros”.

Há uma frase: “começo nova vida”, que ele relaciona com o fato que testemunhou dos pais. Aponto que é a primeira vez que ele se refere a este fato como algo bom na vida dele. Ele fica muito surpreso.

Destaca uma frase: “I am an intelligent boy”, que relaciona com “saber sobre as coisas”.

Há no diário um trecho que copiou do diário de seu pai sobre sexualidade: conflitos do pai por não se controlar e querer ser padre.

Proponho que ele marque os trechos do seu diário que quer discutir ali, as frases em inglês que não entende mais. Então ele conta que escrevia em inglês para a mãe não entender, já que às vezes ela costumava ler o diário!

Este tempo de leitura de uma escrita produzida anos antes, demonstra sua possibilidade atual de produzir significações próprias e apropriar-se de sua história. Foi apostando nisto que me pareceu importante dar lugar a esta produção, a princípio exterior à análise.

Noutra sessão, traz um sonho que fala de mar: “pensei que era o mar e na verdade não era”. “Eu estava na praia, fui me trocar e de repente voltei, não tinha mais praia”.

Relaciona com coisas sem limites: “planeta terra, universo, o universo está dentro do quê? Não tem nada que segure”.

Lembra de coisas suas que o irmão estragou, ou quando o avô sentou no lugar dele na mesa.

Pergunto quantos anos ele tinha quando o irmão nasceu. Ele responde: “dois anos e meio, três anos”.

An.: “Quais mudanças ocorreram?”

W.: “Na páscoa, vi ele mamando e joguei os ovos no chão, bravo”.

An.: “Uma primeira mudança em sua vida”.

W.: “É”.

Ele lembra de uma situação, ele teria uns seis anos: o irmão com uma motoca, não deixava uma menininha subir. Remeto o sonho ao nascimento do irmão.

W.: “Acho que já sei o que aconteceu. Meu irmão ficou no berço, que era meu, e eu fui pro beliche”.

As sucessivas faltas em sua história - a partir da operação da castração - começam a ser resgatadas e simbolizadas, revertendo num sentido para si mesmo que vai aos poucos se delineando para ele.

Traz o diário para “mostrar umas coisas que achou interessantes”. “Tudo na época era movido pelo skate”. Conta que agora ocorre o mesmo com o teclado.

An.: “São seus objetos”.

Fala do cachorro, do passarinho, do skate. Da queda que teve com o skate.

An.: “Você se machucou?”

W.: “Não, eu ia machucar forte a cabeça, mas por sorte bati no joelho de um cara. Quando eu caio, nos dois sentidos da palavra, não consigo levantar”.

An.: “Dois sentidos?”

W.: “Cair do skate e em vez de andar de novo, ficar com medo. No outro sentido, estar quase chegando lá e não tentar mais por medo”.

Lembro dos medos dele de cair, relacionando esta queda com aquela, do berço. Ele demorou a lembrar-se.

An.: “Caiu nos dois sentidos”...

W.: “Como?”

An.: “Cair do berço, perder o berço”.

W.: “É, caía e não levantava mais”.

An.: “Neste sentido, o nascimento do irmão foi um baque”.

W.: “É, dá nojo o que ele faz, quando come e faz barulho. Ele mamando no colo da mãe, como eu fiquei bravo. Ele pegou uma parte do meu território”.

Depois do skate, conta que veio o tênis, depois o boné, que roubaram.

An.: “O diário fala das coisas que você perdeu.

Conta então que o diário acabou no dia que o avô morreu, foi o último relato que fez. Lê o que escreveu: “foi chocante para mim, mas lembrei uma frase do meu avô - ‘quem anda nos caminhos de Deus encontra a paz’”.

An.: “Como você entendeu esta frase?”

W.: “Quem anda no caminho certo encontra o céu”.

Então, há no diário o desenho do “Anjo Negro” e seu inimigo.

W.: “Eu ficava com medo, aí fazia o Anjo Negro, um cara forte, acho”.

No momento, não pude perceber o valor desta sessão. Penso agora que o “Anjo Negro” surgiu no momento da morte deste avô, referência simbólica para ele, que deixou como mensagem o “caminho do céu”, ou seja, a paz e a morte. No só-depois desta releitura, percebo que aí se produziu uma identificação regressiva com o objeto perdido, e que foi mortífera para Walter, por resultar neste traço, um lugar de anjo, que como sabemos está fora da sexualidade e da vida... (lugar que já fora dado ao pai, com o mandato de ser padre, do qual ele pôde escapar). Podemos associar isto com a rasura do VÔOU, que remete tanto ao avô quanto ao que voa (anjo/céu), apagamento do traço. Podemos identificar aí uma travessia que o posicionou diferentemente.

O diário termina com várias linhas com a palavra “dia” repetida.

An.: “O que lembra?”

W.: “Dias melhores, dia-a-dia”.

An.: “Adia?”

W.: “É, tem um pouco a ver, adiar as coisas. Nunca tirava nota boa num bimestre”.

An.: “É também um pedaço da palavra diá-rio. O “rio” ficou de fora”.

W.: “Como ? Ah, entendi! É, também quer dizer rir, expressar emoção, a emoção ficava de fora. Rio Grande, nome de cidade, estado, Rio que passa...”

An.: “O rio tem um curso”.

Conta que, na última folha do diário, que estava vaga, fez um desenho colorido, há uns dois meses: “um desenho tribal, tem tatuagens, pranchas de surfe”.

An.: “Uma marca. É também o primeiro desenho colorido no diário. Foi feito num outro tempo, como você falou”.

Pode-se observar como Walter acompanha o trabalho com os significantes e a dimensão simbólica em jogo nesta sessão: o diário continha suas possibilidades de enunciação, elididas de sua realidade naquele momento pela falta de um interlocutor viável. Ao vir à luz no contexto da relação analítica, permitiram um reconhecimento deste “antes” e deste “depois”, escandidos pela morte do avô.

Questiona-se sobre o diário: “Estou pensando se deixo ele aqui ou guardo. Dei uma olhada - meus desenhos eram diferentes dos de agora. A emoção saía no desenho. Agora não têm mais tanta emoção. Antes eu não tinha tanta técnica e saía melhor. Agora tento colocar muito detalhe e fica feio. Eu não chorava, não ria, e saía tudo no desenho”. “Nessa época, eu pensava coisas sem sentido e ficava tentando dar sentido. Por exemplo: ‘somos todos irmãos’. E também pensava em anjo. Eu era uma criança inocente, que se deixava enrolar. Eu queria afirmar coisas em que não tinha razão”. “Era como no sonho: aconteciam as coisas e eu não expressava. Eu caía no precipício e nunca chegava lá embaixo. Não transmitia se era bom ou ruim. Ficava naquela agonia”.

An.: “Que importante foi o diário para você”.

W.: “É, eu podia falar para minha mãe, meu pai, mas era tímido, preferia escrever. Minha avó é assim também, puxei dela, da mãe da minha mãe”.

An.: “Foi uma solução que você mesmo encontrou”.

W.: “É, eu pensava que era bobo, mas eu pensei nisto. Eu gostava, tinha obrigação de fazer, foi minha opção”.

An.: “Algo só seu”.

W.: “É, quis achar uma saída que fosse só minha. Eu vi o diário do meu pai e tive a idéia”.

An.: “Neste caso, puxou ao pai!”

W.: “É, mas ele queria documentar a viagem à Suécia. E eu queria ter um amigo. Aqui também documenta a época que eu passei”. “O diário é da cor do meu time (Palmeiras) e também da cor do time que eu odeio (Coritiba) (!).

Revela-se nesta sessão a função fundamental da escrita, para Walter, oportunidade de aproximação com um pai não tão idealizado, como lhe parecia ser seu pai da realidade. Este pai que escrevia um diário e questionava-se sobre seu desejo e suas escolhas. Possibilidade de pôr em palavras este mundo que parecia não ter sentido, onde ele não se situava senão como letra. Destacamos aí a iniciativa de Walter, de proceder ali, no espaço da análise, a uma leitura desta escrita, até então impossível.

6.2.7. Fechando a caixa das aranhas

Relata dois sonhos que teve com o pai e o avô:

W.: “No primeiro, meu pai tinha ressuscitado o pai dele, meu avô, chegou com ele como se fosse um boneco de palha. Meu pai colocou-o na porta, só a metade do corpo apareceu. Eu olhei a mão dele, estava como se fosse sugada, fininha. Meu irmão começou a gritar, eu entrei numa crise, no ar, todo esticado, não sei como, comecei a gritar”.

“No segundo, meu pai chegou para mim e falou algo do avô, eu comecei a chorar e não parava mais”.

Associações:

“Como se fosse um boneco”: “era um boneco de pano, não tinha expressão, não tinha sentimento, era uma coisa morta. Boneco nos dois sentidos: paralisado, sem vida, alguém tem que segurar”. “Minha mãe tinha uma boneca de pano que deu pra gente brincar, eu tinha sete, oito anos, na época brincava de dançar”.

An.: “De quem ela ganhou a boneca?”

W.: “Acho que foi a mãe dela que fez, mas não sei”. “Meu pai fez um revólver de madeira e ela me deu a boneca, eu usei os dois: era como se fosse um soldado morto” (*sou dado morto ?!*).

Esta boneca situa sua imagem de corpo - condensando provavelmente sua leitura do lugar fantasmático que sua mãe lhe dera. A descrição que ele faz corresponde ao que vivia na época, onde precisou se paramentar de soldado e se armar de objetos de soldado para se proteger deste olhar mortífero, que não lhe permitia unificação a não ser enquanto morto-vivo.

Sessões depois, traz um sonho que anotou, que fala de gangues inimigas. Ele era chefe de uma gangue, tinha que passar por labirintos, uma piscina de loucos, por várias vezes quase foi pego, até que passou uma fronteira e não podiam mais persegui-lo. Uma mulher veio e falou: “ainda bem que você conseguiu sair”.

Associa a mulher com uma professora de religião, que já saiu ou morreu. Diz que o labirinto também seria para loucos, para não fugir. Comenta: “quando eu era pequeno, aconteceu uma cena forte e isso trouxe problemas para mim. No sonho é o contrário: vi esta cena e não me trouxe problemas”.

An.: “Você ultrapassa uma fronteira e não pode mais ser perseguido”.

W.: “Quando saí, não era mais escuro, já era um dia de sol. Uma saída para um outro lugar”.

No sonho, as referências ao seu lugar na análise, ao lugar da analista e ao percurso que fizemos são bastante explícitas: só me coube manifestar meu testemunho de que, como no sonho, houve uma passagem sem volta.

Um outro sonho o remete àquela cena infantil que já aparecera algumas vezes, a partir da lembrança de um quadro que havia no quarto dos pais.

W.: “Quando eu era pequeno, tinha um berço, e o reflexo da árvore se movimentando, parecia uma bruxinha”.

An.: “Imagem, quarto dos pais, berço, movimento”.

.....

An.: “Talvez, no berço, no quarto dos pais, você visse algum movimento”.

W.: “Eu tinha medo de sombra. Quando fui para o beliche, no meu quarto, já tinha visto história de bruxas: Branca de Neve, Madrasta”.

“Quando eu era pequeno, tinha medo que a bruxinha me pegasse, pedia pro meu pai me proteger da bruxinha”.

An.: “Talvez se relacione com a imagem que você viu no banheiro, aquela vez”.

W.: “A imagem que me vem é de uma mulher, de idade bem avançada”.

“O quarto dos meus pais era muito quente, escuro, a luz entrava pelas janelas e formava imagens, reflexos, onde eu estava”.

An.: “Imagens que dão medo, paralisam”.

W.: “Algo que eu vi num tempo e depois de bastante tempo vejo de novo”.

An.: “Imagem do berço, imagem do banheiro”.

W.: “Lembro de enxada, olho, lençol, escrita diferente, Anjo Negro...”

Retomo outra frase do sonho: “veio uma dor no meu corpo inteiro”.

W.: “Sentir as coisas saindo”.

An.: “Ter consciência do próprio corpo”.

Sessão onde se formula a fantasia de visão da cena primária enquanto tal, primeira cena que serviu de base à “cena traumática” do banheiro, se nos referirmos às séries complementares freudianas. Foi possível juntar os fragmentos de lembrança que já vinham aparecendo, produzindo um efeito de significação, com a possibilidade agora de habitar um campo de desejo e de objetos desejantes. Isto põe em questão sua relação com um corpo, agora pulsional, marcado pela castração e pelas identificações.

A partir desta sessão, Walter passa a falar de situações e sensações que envolvem seu corpo.

W.: “Este ano sou o melhor da classe em futebol. Nos outros anos não me mostrava. No campeonato da sala, fui bater um pênalti e pensei: tenho obrigação de fazer este gol, aí senti a perna fraca”.

Relaciona com o assalto que sofreu, quando ficou paralisado. E com o handebol, quando sentia “fraqueza na mão”.

W.: “Sempre que glorificam o carinha, ele fica com aquilo: eu sou o melhor. Chega na hora de representar a classe, eu tenho que tomar decisão própria, não sei se vou conseguir. Eu tenho que fazer”.

An.: “E o que você pensa?”

W.: “Aparece a obrigação e eu quero fugir. Não quero fazer aquilo”.

An.: “Por que será que não aparece como uma vontade sua?”

W.: “Se conhecem o potencial da pessoa, acabam colocando como se fosse muito perfeito”.

Na sua relação com o corpo, aparece o conflito dos ideais: sua imagem narcísica (eu ideal) se choca com o traço unário (Ideal do Eu), e entre a “coisa ruim” e a “paralisação”, como sustentar um lugar fálico, sem cair? É a sua questão.

Na sessão seguinte, o tema continua com o relato de outro sonho, quando o pai dele aparece com uma “cabeça de catorze anos e um corpo de adulto”.

W.: “Um impacto. Uma emoção forte, não é físico. Você imagina uma pessoa bonita e quando vai ver o corpo, a beleza que ela é acaba não sendo o que você gosta”.

An.: “Impacto tem a ver com se decepcionar?”

Outro fragmento do sonho: “Eu vi o menino vendo - não sei o que tinha a ver este menino. Ele era um tipo de santo”.

An.: “Você comentou isto sobre seu pai, numa das sessões”.

W.: “Ele era um pai, uma autoridade, eu não via ele no papel de uma pessoa. Namorar, coisas pessoais, achava que já tinha passado, que não tinha sexo”.

An.: “Um menino que vê a verdadeira cara do santo”.

W.: “Mudou a relação com as coisas”.

An.: “Algo que fez você mudar”.

W.: “Mas eu fiquei muito fraco, muito inibido”.

Mais um fragmento: “No início do tempo, eu estava na escravidão, nos Estados Unidos”. Associa com o avô, que nasceu dois anos após a abolição da escravatura.

An.: “O sonho fala de tempos”

W.: “É, passado, presente, futuro. Meu avô, meu pai e eu”.

Lacan refere-se aos efeitos devastadores dos pais que se colocam como muito ideais, pois a consequência disto pode ser a exclusão do Nome-do-Pai de sua posição de significante. Walter ilustra aí como teve que se confrontar com isto e como atravessou este confronto, a partir do reconhecimento paulatino que foi se dando, na análise, de que o pai não era nem santo, nem tão forte nem tão perfeito assim. O que lhe permitiu passar do Pai do Nome ao Nome-do-Pai. Sua inclusão na série familiar masculina, nesta sessão, mostra como a identificação se fez possível.

Sessões depois, ele conta: “tem gente que não quer sair do time de futebol, é difícil escolher. Fico pensando: imagine quem não está na lista, como está sofrendo...” “Eu já sou titular, eu e o goleiro”.

An.: “Você está na lista”. Ele ri.

Traz um sonho que fala de partituras de música, duas folhas, uma verde e atrás um desenho todo preto, onde só aparecia a cara de uma pessoa iluminada. Associa com seu gosto por música, a folha verde remete-o a um folheto sobre uma palestra para os pais na escola, sobre jovens, adolescentes.

Sobre o contraste preto e pessoa iluminada, relaciona: “a pessoa fez coisa errada, está se dando mal, coisa escura. E no meio a coisa que você quer, iluminada”.

An.: “Uma coisa desejada?”

W.: “Lembra berço, noite, bruxinha e cara”.

An.: “Coisas que falam do desejo”.

W.: “Que tipo de desejo?”

An.: “Você está incluído na lista dos que desejam”. Ele ri.

Minha intervenção neste sessão pôde apontar-lhe sua passagem à significação fálica. Walter demonstra estar habitando um mundo fálico - tem um lugar para ele ali, entre seus pares. A questão para ele é como se sustentar neste lugar. Haveria recursos suficientes?

Na sessão seguinte, conta que o pai foi ser psiquiatra para resolver os problemas dos pais dele. Sua mãe disse que foi Deus quem mandou o pai entrar na família dela. Pergunto se ele acredita nisto, diz que “em parte, sim”.

Falamos sobre as escolhas que o pai dele fez, relacionando com a sessão anterior, onde falamos de desejos. Antes, como padre, o pai estava de fora destas questões, depois fez duas escolhas importantes: de profissão e de companheira.

Walter conta do choque que teve ao perceber a cena dos pais. Recorda os sintomas que tinha naquela época: carregava blocos de ar, à noite, ficava acordado, mas como se fosse um sonho; tirava notas baixas; tinha dificuldade de conviver com os colegas. Questiona-se: “herdei tudo isso, é meu mesmo, ou herdei da família da minha mãe?”

Aponto as palmeiras que ele está desenhando, algo que **ele** fez, que já tinha desenhado antes, quando começou a falar de **suas** coisas. Ele se recorda. Marco como esta questão é importante para o nosso trabalho ali, o que realmente é **dele?**

Em outra sessão, trabalhamos outro fragmento de sonho: “Apareceu minha mãe, eu não acreditava e aconteceu de verdade. Ela chega com uma caixa cheia de aranhas”. Ele comenta: “não é normal uma mãe mostrar coisa assustadora para filho”.

An.: “O que lembra?”

W.: “A mãe mostrar o lado negativo do filho, como ela falou aqui”.

An.: “Situações que dão medo”.

Associa com momento do pênalti, no futebol, onda grande no surfe: “não sei se vou para frente ou para trás”. Lembra do assalto, quando perdeu o tênis.

Outro fragmento: “casa mal-assombrada, luzes apagadas”. Ele associa com a situação na casa dele, nesta semana em que o pai foi viajar.

An.: “Luzes apagadas tem a ver com o pai longe”. Falo dos momentos difíceis pelos quais ele passou, que se relacionavam com o pai não estar ocupando o lugar de pai, então ele não sabia mais qual era seu próprio lugar, que tínhamos podido trabalhar estas “experiências” ali, tínhamos enfrentado a “caixa de aranhas” e ele estava em outra posição, agora.

Ele se lembra de uma cena infantil: ele e o irmão pequenos, o pai estava com eles, de bicicleta. O pai bateu a bicicleta e eles caíram no asfalto. Diz: “depois não tinha mais segurança”.

Realmente, na história de Walter, o pai saiu do lugar, e toda a análise se fez nesta direção: recolocar o pai no lugar. Apareceu também uma alusão a esta mãe à qual foi confrontado enquanto Coisa, no sentido da Das Ding lacaniana. Mas a série associativa não nos levou para este caminho, o que me pareceu importante respeitar. Certamente, isto abriria uma outra dimensão para a análise: colocando como eixo uma indagação sobre A Mulher. Penso que aí se situou o limite de sua análise enquanto inserida numa clínica psicanalítica de crianças.

6.2.8. A Espada era a Lei

A partir desta sessão, começa a se perguntar como será a vida sem os pais. Começa a falar também em interromper a análise.

W.: “Como vai ser quando for eu sozinho, sem pai nem mãe? Quando for só eu?”

An.: “Como que é ser adulto?”

W.: “Quero resolver sozinho os problemas, não precisar dos outros”.

An.: “Este é o projeto de todo adolescente”.

Conta que desta vez falou sozinho com o pai, sobre seu desejo de viajar com ele, não precisou a mãe interceder e deu certo.

W.: “Eu mudei o meu jeito de agir. Arrumei um jeito de ficar como eu era, mas sem guardar para mim”. “Comecei a me preocupar com as coisas que eu tinha, com as pessoas e comigo mesmo”.

*Podemos observar como Walter está posicionado agora diante do lugar do Outro: desidealizando-o, tentando imaginar-se sem ele, podendo **servir-se** dele. Ao mesmo tempo, há uma movimento de apropriação de sua história.*

Trabalhamos um último sonho: “eu estou num barco, depois troco de lugar para eu vendo eu sumindo no barco que vai para longe”. “Fico pensando: dois Walter, só que era a mesma pessoa. O que quer dizer?” “Eu vejo duas pessoas que são a mesma, um vê a si próprio, ir para longe, sumir, até que não apareço mais”.

“Um seria o Walter, criança, sumindo para nunca mais voltar - aquela parte da vida já foi. Troquei por outro barco, maior”.

Aparece uma dúvida: “como se um ideal tivesse se perdido, algo que eu gostava”. “No barco grande havia uma espada. Eu estava no salva-vidas e pulei para ele. O que queria dizer esta espada?”

An.: “Nunca teve uma espada?”

W.: “Com cinco, seis anos, uma de plástico”. “Mais tarde, com nove, dez anos, uma espada de ninja, só que de plástico”.

An.: “E como era a do sonho?”

W.: “Era de verdade, grande, afiada, brilhava, de fazer corte”.

An.: “Funciona?”

W.: “Sim, algo que eu queria e consegui”.

An.: “Saiu do faz-de-conta!”

Na última sessão, comenta sobre a análise, que ficou comparando: “eu pensava que tinha conselhos, eu pensava que era assim e não era”. “Fiz comparações: ingenuidades que acabaram, coisas que não dava valor e agora dou”. “Pensei no que não tinha melhorado. Juntei tudo ontem: coisas deixadas para trás. Se me preocupo com uma coisa não me importo com outras”.

An.: “Pensou em como vai ser não vir mais aqui?”

W.: “Fiquei pensando daqui para a frente, lembrei das etapas. Certas horas me sentia maduro, outras não. Outras que eu pensava saber tudo e outras não saber nada”.

Pergunto se não está sendo muito exigente consigo mesmo, que fizemos uma trajetória juntos, mas que há muitas coisas para acontecer na história dele ainda, que está levantando questões de adolescente, momento que está começando a viver.

Ele fala de uns desenhos que trouxe, onde aparece um novo nome: uma palavra, em inglês, semelhante à sonoridade de seu nome verdadeiro, que é como ele vem sendo chamado pelos amigos.

An.: “É um apelido?”

W.: “Assino os desenhos. É um tipo de assinatura”.

An.: “Como é?”

Ele escreve o novo nome numa folha e me mostra, comentando:

W.: “Não assino, eu coloco um jeito na palavra, é um tipo de assinar”.

An.: “Ah, é a sua nova marca!”

E neste ponto terminamos.

Como se pôde acompanhar, fizemos uma boa caminhada nesta análise. Walter acabou produzindo alguns sintomas, alguns enodamentos que o colocaram a uma certa distância de seu fantasma mortífero.

Penso que ele fez o que lhe era possível, diante do ideal familiar que lhe era apresentado. Este momento em que decidiu interromper sua análise não era necessariamente o de um fim de análise, mas o do fim da infância. Parece que foi confrontado aí com o fato de ter que demonstrar suficiência aos pais, apareceu o desejo de ‘estar curado’.

*Esta análise foi um primeiro passo, onde ele pôde ter acesso a um lugar de desejante e fazer a travessia da infância rumo à adolescência, munido de um remanejamento de sua fantasia originária, que o situou numa outra posição subjetiva, onde o falo é o referente e o risco de psicose pode ser afastado: ele colocou **seu jeito nas palavras** - não é uma definição preciosa para o que se espera de uma análise, uma mudança de posição subjetiva frente aos significantes?*

7. O PAPEL DO TRATAMENTO PSICANALÍTICO NAS PSICOSES NÃO-DECIDIDAS

A angústia é correlativa do momento em que o sujeito está suspenso entre um tempo em que ele não sabe mais onde está, em direção a um tempo onde ele será alguma coisa na qual jamais se poderá reencontrar. É isso aí, a angústia.
Jacques Lacan, Sem. IV.

Do que pudemos desenvolver de pesquisa bibliográfica, salientamos duas funções essenciais para o surgimento de um sujeito humano: o **Outro**, enquanto estrutura da linguagem, das leis e da cultura e o **outro** enquanto portador de objetos de desejo, de olhar e de voz, modelos de identificação.

O sujeito precisa de um outro para introduzi-lo na linguagem e precisa da linguagem para ter uma representação de seu corpo próprio, para poder então começar a representar-se a realidade externa e para poder relacionar-se com os outros.

No processo de inscrição dos significantes primordiais, que levam a uma identificação própria, destacamos esta importância da linguagem e da relação com um Outro na definição de uma estrutura subjetiva, que nada mais é senão o modo particular de posicionamento do sujeito na linguagem, nesta Ordem Simbólica que o antecedeu.

Sendo assim, retomemos os principais pontos já desenvolvidos:

- só as palavras têm o poder de incidir neste processo, nesta estrutura que nada mais é do que uma resultante dos efeitos destas palavras que marcaram o sujeito em seu corpo, sua imagem e sua posição simbólica;

- só a relação com um outro colocado neste lugar duplo de encarnação do Outro e de semblante de objeto (outro) pode introduzir o sujeito neste processo; e
- só a intervenção de um terceiro, introdutor da falta nesta relação pode apontar uma saída para esta situação de equilíbrio perfeito para o sujeito, necessária como preliminar, mas mortífera se permanente.

Os objetos, o mundo externo, só têm unidade a partir da noção de unidade do próprio sujeito: sua imagem do corpo. Mais além da imagem, mas suportando-a numa anterioridade lógica, está o traço unário, simbólico, de reconhecimento pelo outro e de reconhecimento do outro. A unidade vem com o Imaginário, a partir da imagem do corpo, do narcisismo primário ao secundário. A consistência desta unidade vem com a nomeação simbólica, um “Tu és...” que se inverte numa asserção subjetiva, “Eu sou...”, produto da travessia edípica.

Ressaltamos aí o lugar das palavras e dos objetos mais importantes: os outros de cada um, falantes, que fundam os processos de pensamento, os quais sem as palavras permaneceriam inconscientes.

Ainda é preciso que a fala, a linguagem e esta estrutura tenham um ordenador, em termos do que determina as posições dos elementos em jogo, isto é, do que permite a significação. É a função cumprida pelo Falo, enquanto significante, de presentificar a falta, ao mesmo tempo apontando-a e, neste ato, tapando-a. O elemento organizador, condensador do falo, é o Nome-do-Pai, conceito trabalhado por Lacan em várias instâncias, que tem este papel de baliza dos ordenamentos e das significações na história deste novo sujeito, aquele que, marcado por esta função, não é mais puro objeto do desejo materno, podendo barrar este significado maciço, este signo do que ele era para seu Outro Primordial, abrindo uma brecha para o inusitado, o novo, o **non sens**. É o que faz do destino de cada sujeito um enigma que lhe cabe decifrar.

Este significante do Nome-do-Pai é na verdade plural, pois Lacan (1974 a) mesmo aponta que se necessitam de pelo menos três, na verdade quatro, para ter este efeito de significante - e aí entram as gerações de pais que fazem a linhagem de cada família. Este significante tem tempos de instauração e tempos de confirmação desta instauração, que se desdobram no tempo linear do desenvolvimento de um pequeno

sujeito. Entrecruzam-se estes diversos momentos lógicos onde se recoloca o apelo ao Nome-do-Pai, cada vez diferentemente.

Esta instauração da lei se dá através de uma operação de linguagem, que pode fundar ou não um sujeito neste campo: são os tempos da afirmação/negação/negação da negação.

A afirmação lança a Coisa à dignidade de um objeto a ser amado ou odiado, mas já capturado como **dom**. A negação corresponde ao apagamento da coisa real e sua passagem para a letra do desejo, **a**, aberta a todas as substituições que o deslocamento e a condensação permitirem. A negação da negação dá lugar ao significante.

Resultante destes três tempos, a inscrição primordial funda a identificação primária ao(s) Pai(s): a incorporação deste Outro primordial - ao mesmo tempo barrado enquanto objeto real (objeto mítico do incesto, proibido porque impossível) e lugar da Lei (da linguagem, que formula esta interdição: imperativo da alienação).

Este é o pré-requisito para que haja acesso à falta, nos níveis da privação, da frustração e da castração - caminho de simbolização da ausência materna, ilustrado pelas diversas operações psíquicas, do estágio do espelho, passando pelo Fort!Da! ao processo edípico. É neste lugar potencialmente vago - do objeto - que se instala o Nome-do-Pai, enquanto uma significação outra, diferente daquela atribuída pela mãe ao pequeno sujeito. Temos aí a montagem permitida pela metáfora paterna. Da formulação do Nome-do-Pai às conseqüências desta, é uma trajetória que depende de várias apresentações deste pai - do real, ao imaginário, até o simbólico propiciador de identificações. São avatares deste processo a passagem da castração imaginária à simbólica e a passagem da vergonha infantil à culpa, precursora da dívida simbólica. Da montagem à posta à prova desta operação, temos o intervalo entre o Édipo e a adolescência. No momento das escolhas, início da vida adulta, teremos, ou não, a produção de um sujeito novo, cujo desejo vai tomar as vias do sintoma para se manifestar, ou, no melhor dos casos, as da sublimação.

Numa psicanálise, o motor do tratamento é a transferência, o instrumento de trabalho é a palavra e o condutor do processo o inconsciente. Pensamos encontrar aí os mesmos elementos básicos de intervenção que atuam no processo de constituição

de um sujeito singular: a linguagem, suportada enquanto estrutura e função por um outro, ao mesmo tempo **Outro** enquanto alteridade e **outro** enquanto semelhante, semblante de objeto - funções do analista na transferência.

Certamente, como exemplificamos através das análises de Hélio e de Walter, o material significativo ou já está instalado, ou só pode se instalar no interior da rede dos significantes familiares. Não se trata de propor algo novo, retificador, adaptativo, exterior ao processo. Trata-se, sim, de trabalhar com o que já está instaurado ou com o que pode ser re combinado a partir de novas articulações, trabalhar a posição do sujeito perante estes significantes e, muitas vezes, também a posição destes familiares que fazem função de Outro para ele.

Como pudemos acompanhar, tanto Hélio quanto Walter - que partiram cada qual de uma fantasmática própria - confrontavam-se com um lugar mortífero, pelo que estavam destinados à psicose. Esta fantasia originária é seu ponto de partida e continuará sendo sua base fantasmática, mas, longe de consistirem seu corpo todo como objeto oferecido ao gozo do Outro, com a operação de queda do objeto real propiciada pela análise, esta mesma fantasia pode ser a base para um gozo - fálico - que inaugura uma série de objetos possíveis.

Nos dois casos, a análise sediou o que poderíamos chamar de travessia da fantasia, dentro dos limites do que isto pode representar na psicanálise de uma criança, que tem por contexto as questões edípicas por excelência. Houve uma posta em cena, na relação transferencial, da realização do desejo de morte do Outro para com o sujeito e um atravessamento deste lugar, no sentido mesmo de cruzar uma fronteira: percorrer uma linha divisória (morte/vida) e passar para outro território. Em outras palavras: houve uma saída em ato do lugar de objeto para o lugar de sujeito pulsional, o novo sujeito. Passagem de objeto real para as séries significantes.

É o caso de Hélio com sua fantasia formulada a partir desta imagem infantil do doce de chocolate, de louça, pendurado sobre seu berço, que não oferecia senão um contato frio e sem sabor, objeto real do qual pôde rir, na análise, metaforizar e depois até sonhar em ser... ceramista.

Seu traço, aquilo que posteriormente pôde ser lido como sua marca de reconhecimento simbólico, foi o que fez marca real naquele momento inaugural.

Com a operação de apagamento posta em cena na análise, porém, Hélio pôde tomar distância em relação a ele e marcar sua diferença por deslocamento.

Walter pôde fazer do anjo negro um herói perdido, por exemplo. Sua imagem narcísica devolve-lhe uma impossibilidade de contemplação especular, que pôde ser transposta com a distância interposta diante deste olhar devastador que apontava o ruim, o não-falicizado, pela contraposição do valor fálico atribuído à figura paterna retrabalhada na análise.

A construção de Um Pai, para cada um deles, pôde distanciar o pai da realidade do pai ideal e compor através de diversos personagens (na série geracional) os significantes para dar conta do lugar de pai simbólico.

O que a análise lhes permitiu foi uma mudança de posição diante de seus significantes primordiais, já instaurados, mas rearranjados através das novas combinatórias que puderam fazer, das séries significantes com as quais puderam construir edifícios de significações.

Jean-Jacques Rassial (1997 a), referindo-se ao quarto nó, reparador, do Nome-do-Pai, proposto por Lacan no *Seminário XXIII*, aponta o papel essencial da operação analítica na infância e na adolescência, ao permitir “*o desenodamento/reenodamento deste aro do modo mais econômico para o sujeito, isto é, protegendo-o da loucura de um desenodamento e limitando as conseqüências, sintomáticas desta vez, dos cruzamentos deste fio com cada um dos três aros RSI.*”

Hélio e Walter, cada qual a sua maneira, puderam passar do traço real a um lugar simbólico de reconhecimento, da imagem de mortos-vivos para uma imagem contemplável, e de sua fantasia originária a serviço do Outro para os devaneios e fantasias de seu gozo fálico singular. Como assinala Lacan (1960-1961), quando a criança volta-se para o adulto que a carrega (no estádio do espelho) não se pode dizer o que ela espera disto com certeza, “*se é da ordem de um acordo ou de um testemunho, mas a referência ao Outro vem desempenhar aí uma função essencial*” (p. 342).

Esta é, sem dúvida, a função do analista de crianças: sustentar esta referência ali onde ela falta, enquanto ela falta, até que possa ser sustentada pelos pais ou, na falta disto, pela própria criança quando a função já cumpriu seu efeito. Efeito que Lacan (*Op.cit.*) coloca como o do surgimento do *eu autêntico*: “*Será através da*

evolução, com todas as ambigüidades do termo, que o autêntico eu virá à luz, e será desta vez amado apesar de tudo, apesar de não ser a perfeição” (p. 342).

Nestes momentos de indecisão subjetiva, que, como marcamos no capítulo cinco, são tempos de suspensão, de espera, entre poder sofrer uma inscrição e dar conta dela, entre passar por uma castração e saber qual o passo seguinte, nestes momentos em que a criança faz um apelo - mudo ou gritante - aos seus Outros, se aí aparece um vazio, um não-dito, respostas falsas ou mentirosas, ou um mandato para calar-se, a defesa se constitui de acordo com esta posição que os adultos propuseram: ou Recalque, ou Desmentido, ou Foraclusão. Como se sabe, é da posição do Outro em relação à falta que vai se derivar que a criança possa tomá-lo como faltante ou não. Como disse Lacan, (1964-1965) *“a angústia de castração é como um fio que perfura todas as etapas do desenvolvimento. Ela orienta as relações que são anteriores à sua aparição propriamente dita - desmame, disciplina anal, etc. Ela cristaliza cada um desses momentos numa dialética que tem por centro um mau encontro. Se os estágios são consistentes, é em função de seu registro possível em termos de mau encontro” (p.65).*

Se a castração é uma ameaça real, nos casos em que o encaminhamento é para a Foraclusão, o fato, para a criança, de encontrar um analista, e de seus pais propiciarem e sustentarem estes encontros, pode situá-la diante de um **bom entendedor**. É assim que Erik Porge (1995) define o analista de crianças, o que parece um bom termo para definir o apelo de que se trata: da urgência de encontrar um outro que possa escutar e entender algo desta mensagem que elas portam sem saber (às vezes em seu corpo, em carne-viva), que é sempre transmitida por meias palavras. Para que destas meias palavras possa se pronunciar Um Pai, é necessário um espaço analítico, sustentado por um **bom entendedor**. Só então pode-se passar do real para uma escrita e uma leitura possíveis de uma subjetividade.

Erik Porge propõe este termo num texto exemplar, *Os bastidores da transferência*, no contexto da especificidade da transferência na clínica psicanalítica de crianças. Segundo Porge, a transferência da criança é estabelecida primariamente em relação aos pais, supostos saber por excelência para ela. Desse modo, a análise de crianças é procedente sempre que a transferência da criança para com os pais é

rompida, o que ocorre sempre que um dos pais falha no estabelecimento deste processo. Para este autor, na análise de crianças tratar-se-ia de uma **transferência indireta**, que ele propõe chamar de **transferência nos bastidores**, pois o destinatário da fala, do sintoma da criança, sua platéia essencial seriam os pais. Segundo Porge, “*é uma transferência indireta que visa a sustentar a transferência na pessoa que, no início, revelou-se inapta para suportá-la*” (p. 20). Ele enfatiza que esta transferência indireta ao analista é “*contemporânea ao estabelecimento de um laço de transferência num dos pais, no momento em que este último falha*” (p. 20). O papel do analista seria restabelecer esta transferência e a análise deveria durar o justo tempo necessário para a criança poder “*contar com seus próprios recursos simbolizantes*”, no entender de Porge (p. 23).

Se Lacan marca no Seminário I (1955-56) que na infância precoce a neurose infantil “*é exatamente a mesma coisa que uma psicanálise*” (p. 220), Porge contrapõe que esta neurose de transferência (que ele entende como um curto circuito entre criança e pais), enquanto neurose infantil, pode ser capaz de evolução espontânea, sem uma análise, **mas** - ele diz e nós enfatizamos - “*seguramente não sem que, num momento ou noutro, encontre-se com um bom entendedor*” (p. 23).

Vale lembrar que todas estas valiosas proposições de E. Porge referem-se ao contexto da **neurose**: ele fala de crianças que apresentam sintomas, que sofrem com eles.

Nossa proposta é dizer o quanto este conceito - do **bom entendedor** - merece ser importado para esta clínica das psicoses não-decidas. Neste campo, a falha dos pais aparece como anterior ao estabelecimento de uma transferência criança/pais: os pais não chegam a se constituir como destinatários das questões da criança; pelas mais variadas razões, este lugar se encontra vazio, em branco - num determinado momento, diante de alguma questão pontual, ou a partir de alguma contingência. Mas é importante ressaltar: ao invés do fechamento ao Outro, estas crianças demonstram **estar à espera**, que entendemos justamente como **à espera de um bom entendedor**. Têm potencialmente capacidade de transferência, mas carecem de destinatário.

Alfredo Jerusalinsky (1996 b) comenta: “*é típico desta posição de psicose não-decida que o sujeito oscile violentamente entre a produção de atos simbólicos e de significantes reais, ou seja, de significações reais*”. Diante destas

características, os pais costumam ficar desorientados e pouco disponíveis a ouvir a mensagem de que se trata.

Pudemos notar isto nas histórias de Hélio e Walter. O pai de Hélio é-lhe no início totalmente desconhecido e sua mãe aparecia não como suposto saber, mas como detentora de todo saber. O pai de Walter, por sua vez, derrapou sintomaticamente num momento da história do filho, saiu do lugar de pai e o deixou vago, enquanto sua mãe nada sabia a não ser alienar-se no saber (perverso) do marido. Entretanto, o lugar do Outro ali estava, e a capacidade de transferência dos dois pacientes na análise o demonstrou. Situar a analista neste lugar de destinatário de suas meias palavras sustentou o circuito das palavras, para as condições simbolizantes destas crianças emergirem e produzirem efeitos de reconciliação com o saber parental.

Na trajetória da análise, nos casos das psicoses não-decididas da infância, não se trata de restabelecer o laço transferencial criança-pais como situa Porge para as neuroses. Trata-se, sim, de **estabelecê-lo**. Pudemos acompanhar, no caso de Hélio, como de uma completa ignorância para com seu pai da realidade ele passou a uma construção em análise do pai simbólico, para então poder relacionar-se com este pai que o gerou e o educava, fazendo-lhe então apelos, dirigindo-se a ele para algumas questões e tomando-o como modelo identificatório. O pai também fez um percurso nesta análise, sua participação em algumas sessões foi fundamental para que ele pudesse dar-se conta da repetição que se produzia do desentendimento com seu próprio pai na relação com seu filho, para que ele pudesse certificar-se de que sua posição contava e era valorizada, em contraposição à posição da esposa que o colocava de lado na relação com o filho. Quanto à mãe, apesar de suas dificuldades, sua análise pessoal e seu comparecimento a algumas sessões de Hélio permitiram sua saída de cena enquanto lugar de saber, abrindo um espaço para a construção do estilo do filho, segundo os meios languageiros de que ele mesmo dispunha.

Já no caso de Walter, o pai - instaurado num lugar ideal e totalmente inacessível - não estava situado numa posição de outro, capaz de responder aos apelos do filho. A caminhada que Walter fez na análise passou pela castração deste pai, no sentido de poder percebê-lo em sua realidade humana e então dirigir-se a ele e com ele identificar-se. A análise também teve, neste caso, a função de estabelecer a

relação pai-filho, rompida porque literalmente o pai saiu de seu lugar. Quanto à mãe, mais resistente à análise, pelo menos tentou acompanhar a posição do marido, como era seu hábito.

Continuando nossa argumentação, vamos dar mais um passo: outra condição para que a criança possa seguir este caminho, do objeto *a* ao falo enquanto representante da falta, seria encontrar, neste **bom entendedor**, uma disposição para **doar sua falta**, como disse Marie-Christine Laznik, para que desta brecha possa surgir desejo, interpretação do desejo e posicionamento de um sujeito. Laznik (1997) estabeleceu esta expressão no registro de sua clínica com crianças autistas, onde as operações como a experiência especular só são possíveis “*se a criança estiver vinculada a um Outro (lugar sustentado na transferência pelo analista) capaz de suportar algo de sua própria descompletude*” (p. 238). Esta autora aponta a necessidade de o Outro primordial poder “*dar sua falta*” (o que no esquema completo do espelho proposto no *Seminário X* por Lacan, corresponde ao menos-fi), para poder falicizar a criança, falicização que “*se situa somente no olhar do Outro*” (p. 37). Para ela, “*o dom que a mãe faz a sua criança, do que lhe falta, tem uma relação direta com o que constitui para ela o pai*” (p. 38). Laznik situa aí a identificação primária ao pai, por incorporação, proposta por Freud - destacando-a como a condição para a criança ouvir, do Outro, algo que lhe diga respeito.

Chegamos agora ao momento de formular mais uma questão de vulto: o que determina que em alguns casos, a forclusão se instale definitivamente e em outros haja possibilidade de reversão do quadro? Pensamos que não depende propriamente da criança em questão - pois vimos como as possibilidades de instauração e confirmação das estruturas estão abertas neste tempo da infância. Poderíamos dizer que - e é também nossa hipótese - isto depende muito mais das **possibilidades de falta** que apresentam aqueles que, para a criança, encarnam o Outro. Depende da rigidez ou não do lugar da criança na história fantasmática dos pais, ou de um dos pais. Se eles estão dispostos (ou não) a abrir mão deste lugar de objeto de sua verdade que a criança ocupa, o que só pode se dar às custas de sua própria implicação subjetiva (dos pais).

Lacan (1969) de certa forma referia-se a isto, num fragmento de suas *Deux remarques sur l'enfant*, onde se refere à criança psicótica como a que *realiza o*

objeto a . Segundo ele, “Ao substituir este objeto, ela satura o modo de falta onde se especifica o desejo da mãe”.

Maud Mannoni (1967) descreveu de maneira bastante extensiva isto que chamou de prognóstico, avaliação da possibilidade analítica dos pais: “Se essa confrontação não se pode fazer a não ser com o risco da morte do pai ou do agravamento de suas perturbações, há pouca esperança de chegar a curar a criança, Esta alternativa que dirige a cura (ou a morte ou a vida de um ou de outro) é ainda mais perigosa quando desconhecida pelo pai patogênico. O que dá acesso ao discurso do drama é a possibilidade que parece ter esse sujeito de assumir uma verdade ‘mesmo sob o risco de morrer’ (e nesse caso trata-se de morte imaginária). Vemos então aparecer o papel representado pela criança como garantia do não-saber do adulto” (p. 125).

Na clínica das psicoses na infância, que propomos em sua maioria como não decididas, se a criança apresentar alguma abertura à função simbólica do Outro (indicação de que a foraclusão não está instalada) e se no tratamento a que se dirigir puder encontrar um analista nesta posição de **bom entendedor** e, ainda, se seus pais (ou pelo menos um dos pais) sustentarem este percurso, deixando-se abalar minimamente pelos efeitos aí produzidos, então haverá a possibilidade de não instalação da psicose .

CONCLUSÃO

Ao nascimento, o Simbólico prima. Há todo um universo organizado em leis, linguagem, cultura, que antecede o bebê. Ter acesso a este universo demanda uma introdução, a ser cumprida necessariamente por alguém da espécie - o agente materno - que dê conta do desamparo originário do **infans**. É neste contexto de atendimento de necessidades biológicas a partir do mal-entendido da linguagem - que institui criança e mãe em referência ao falo, transformando objetos reais em dons - que se constitui o espaço do Imaginário.

O Real deste universo, percebido em sua totalidade mas incapaz de registrar-se, só poderá sê-lo na interligação com os registros Simbólico e Imaginário. Em outras palavras, nesta relação com o agente materno, a criança será tomada como objeto imaginário, sofrendo a ação do traço simbólico - S1, signo do que ela é para o Outro (aí o agente materno). Tempo da operação da Alienação, que a coloca dentro do discurso ao preço de uma escrita: marca do Outro.

A entrada da função paterna, permitida pelo agente materno, vai fazer desta marca pura da linguagem, desejo materno inconsciente, um apagamento, instituindo o Recalque Originário que barra o gozo criança-mãe. Tempo da operação de Separação, permitido pela letra que fez litoral entre saber (Inconsciente Simbólico) e gozo (organismo, Inconsciente real).

Resto destas operações, esta letra constituirá o objeto para sempre perdido, resgatável somente na fantasia, que o realiza enquanto representação.

Fundam-se então, num mesmo movimento, significante e sujeito. Movendo-se nos desfiladeiros do desejo, aparecendo e desaparecendo entre um e outro significante, o sujeito é este x enigmático, a decifrar.

Nestes desfiladeiros, nos diversos encontros com a falta, como simbolizá-la sem sucumbir? É o papel do mito edípico, oferecendo algum recurso simbólico para o percurso que desemboca na metáfora paterna, versão particular do Nome-do-Pai.

Referenciar-se segundo uma novela familiar particular: nova tarefa a ser cumprida e recalçada. Temos aí o sujeito que se fundou num **infantil** - seu ponto de partida e de eterno retorno.

Ainda é necessária a operação adolescente, para colocá-lo a uma distância justa do Outro e permitir-lhe a escolha de nomes-do-pai (agora minúsculos, desidealizados) que lhe sirvam de balizamento.

É um novo sujeito, este que a psicanálise descobriu: assujeitado à linguagem mas desejante, capaz de repetir mas também de criar.

Trata-se, pois, de um desenvolvimento subjetivo: da dependência à independência relativa (como dizia Winnicott); das diversas castrações, oral, anal, fálica e simboligênica (como defendia Dolto); de um outro ao Outro (como sustentava Lacan) - onde um tempo antecede e produz o outro, linearmente, mas sofrendo os efeitos lógicos da retroação, do depois que ressignifica o antes.

Assim, a infância é o ponto de encontro entre um tempo de desenvolvimento de estruturas e funções com as leis do inconsciente e da linguagem. Os elementos se põem em jogo e - por esta particular condição de inacabamento da infância, enquanto tempo de construção - são imprevisíveis quanto aos seus desdobramentos.

Há momentos-chave no processo de constituição subjetiva, intercalados por tempos de suspensão, de passagem, que marcam as mudanças do lugar do Outro para o pequeno sujeito, ao mesmo tempo em que refletem em sua consistência egóica e situam retroativamente novas possibilidades de enunciação subjetiva.

Como vimos, um primeiro momento de passagem refere-se à inscrição primordial e ao estabelecimento do narcisismo primário, fundador do tempo especular. Um segundo momento alude à passagem do Estádio do Espelho ao Fort! Da!, fundador do sujeito enquanto falasser. Um terceiro momento contempla a passagem do Fort!Da! ao Édipo, fundador do sujeito enquanto desejante. Enfim, um quarto momento refere-se à passagem da Latência à Operação Adolescente, permitindo o movimento de desidealização e independização em relação ao Outro.

Nestes momentos-chave, a ausência de um interlocutor viável rompe a relação do sujeito com o Outro, bloqueando a passagem de que se trata e apresentando o risco de queda subjetiva.

Este risco pode apresentar-se à observação diagnóstica através de uma sintomatologia autista ou psicótica. É necessário um tempo de escuta até que se possa confirmar ou não que se trata de uma estrutura definida enquanto psicose e não apenas de uma sintomatologia de aparência psicótica. Entrevistas, exames e observações diagnósticas são insuficientes para permitir este desdobramento. A escuta psicanalítica adquire todo um relevo nesta questão, pelo uso instrumental da transferência, pois, como vimos, os diversos encontros que a criança vai tendo com os outros que encarnam para ela a função de Outro é que delineiam seu desenvolvimento e seu lugar no discurso.

Pensar as psicoses no tempo da infância como não-decidas é coerente com esta imprevisibilidade e indecisão próprias deste período do desenvolvimento, e também da estrutura, que se instaura e se configura através dos tempos lógicos, suas escansões, tendo em vista a função da pressa, ou a paralisação.

Retomemos a pergunta condutora de nossa pesquisa: PODE O TRATAMENTO PSICANALÍTICO INFLETIR O RUMO DA PSICOSE NA CRIANÇA, QUANDO ESTA NÃO ESTÁ DECIDIDA?

Diante da argumentação teórica desenvolvida e baseados na apresentação clínica do percurso psicanalítico de duas crianças que se apresentavam à beira de um encaminhamento psicótico e tiveram, com a psicanálise, condições de evoluir rumo à neurose, pensamos poder responder que é possível a reversão destes quadros a partir do tratamento psicanalítico.

Considerando o que já desenvolvemos sobre os intrincamentos da maturação orgânica com a construção do aparelho psíquico, regidos por uma estrutura de linguagem que é inconsciente, podemos afirmar que a psicanálise tem um papel a desempenhar a cada momento que este processo se bloqueia de um Outro lugar, determinante mas desconhecido. De nada adianta trabalhar o sistema neurológico,

cerebral, fisiológico, “emocional”, etc., se o centro de organização do sujeito - este lugar justamente excêntrico - continua produzindo suas determinações mortíferas.

Se na linguagem impera o mal-entendido, quando este mal-entendido se transforma em signo e captura a criança numa rede psicótica, suas possibilidades de exercer seu papel de sujeito, desejante, cidadão criativo e único se perdem.

Para operar sobre um mal-entendido, é preciso não se deixar tomar dentro de sua rede, a não ser como semblante; e permitir que se possa passar do signo ao significante, isto é, passar de um sentido único, fechado, para a ausência de sentido do significante, que é também abertura para todos os sentidos possíveis. Os significantes, quando articulados, produzem significância. Esta é a função da análise e este é o lugar do psicanalista na transferência.

A posição do psicanalista, ao se instalar no lugar de escuta - permitido pela análise pessoal, supervisão e contínua formação teórico/clínica, dando condições para esta **doação da falta** de que falamos - oferece à criança o encontro com um **bom entendedor**, no sentido de alguém que sabe escutar de maneira tal a aproximá-la novamente (ou apresentá-la) ao Outro perdido.

Portanto, a psicanálise tem um papel decisivo na história de uma criança atingida em seu lugar de sujeito, toda vez que se exerce desde um lugar ético, isto é, quando aponta para um desejo decidido, que cabe a cada analisante assumir, a partir de um percurso singular de formação.

Não há como colocar objetivos, fins, para isto que não é nada mais do que uma “aventura”, como dizia Françoise Dolto. Entretanto, sem esta afirmação de que o tratamento psicanalítico pode infletir decisivamente o rumo destes quadros clínicos como as psicoses não-decididas da infância, desde as idades mais precoces, deixamos de dar à psicanálise a oportunidade de se revelar operante ali onde ela realmente o é, como as descrições clínicas o demonstram desde os trabalhos de Melanie Klein (ver o caso Dick), nos anos 30. E de poder se colocar como um lugar que provoca demandas de atendimento nesta direção, isto é, no lugar de suposto saber necessário para mover o processo; o que não vem sendo o caso nos últimos anos de avanço das terapias que servem aos ideais utilitaristas e pragmáticos da sociedade atual - que são bem sucedidos ao fomentar demandas, mas muito mal sucedidos nos resultados que

promovem (a não ser que tomemos como “sucesso” uma adaptação produtora de “autômatos” que simplesmente ignora o sujeito como desejante).

A psicanálise pode “*salvaguardar a saúde das crianças*”, não daquelas que, como Freud (1932) disse “*não mostram sinais de algum distúrbio*”, pois estas já dispõem de interlocutores para sustentar seus momentos de suspensão. Mas, até certo ponto, a psicanálise pode salvaguardar a saúde das crianças **que estão em risco**, risco de não encontrar um sentido para si nem para o mundo que as rodeia.

Marie-Christine Laznik (1997 b) aponta, por exemplo, a partir de seus trabalhos sobre o autismo, a importância do diagnóstico precoce deste risco, o que permite um encaminhamento de crianças que ainda não completaram quatro anos para um tratamento analítico.

Abre-se aqui toda uma discussão sobre o papel preventivo da psicanálise, com questões que deixamos em aberto, por ultrapassarem os limites deste trabalho, embora nossas conclusões não possam deixar de apontar nesta direção.

Concluindo, podemos dizer que o tratamento psicanalítico pode infletir o rumo das psicoses da infância - que propomos considerar como não-decidas, neste momento em que há falta de confirmação da forclusão do Nome-do-Pai enquanto defesa instaurada como estrutura - ao ponto de modificar o encaminhamento psicótico para um encaminhamento neurótico.

Se o sujeito é sempre uma antecipação no tempo, se depende de um **infantil** para o qual retornar, em busca de consistência, o que o analista suporta, na transferência, é este lugar **atemporal** e impossível do inconsciente, que pode permitir ao neurótico construir uma significação para seu passado e ir em frente, tanto quanto sediar o trajeto de construção significativa de uma criança, ao sustentar a antecipação de um sujeito ali onde só se supunha carne, defeito ou coisa .

Freud (1905 b) referia-se à educabilidade como uma das condições necessárias para empreender uma análise. Se as crianças dispõem desta educabilidade à qual ele se referia, é porque estão potencialmente à espera de serem educadas no sentido psicanalítico do termo, isto é, inseridas no Simbólico. O não-encontro com um outro que se coloque neste lugar Outro de educador, neste registro de permitir o

surgimento de um sujeito, coloca-a em risco de desaparecimento simbólico e em posição de defesa quanto a isto.

Tomar esta defesa como estrutura é fechá-la neste desencontro, é atribuir-lhe como destino o que é apenas provisório. Quando estas defesas encontram, ao contrário, uma abertura para seu desdobramento e se tornam palavras a serem escutadas, há possibilidade de reconciliação com o Outro.

E ali onde Isso era, um sujeito pode advir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALBO, Gabriel. A escolha autística da bi-univocidade contra a incorporação
significante. In: LAZNIK, Marie-Christine. *O que a clínica do autismo pode
ensinar aos psicanalistas*. Salvador, BA, Agalma, 1991 a.
- _____ O desenho como originária passagem à escritura. In: TEIXEIRA,
Angela. *O mundo a gente traça*. Salvador, BA, Ágalma, 1991 b.
- BERGSON, Henri. *Durée et simultanéité*. Paris, P.U.F., 1968.
- BETTELHEIM, Bruno. *A fortaleza vazia*. São Paulo, Martins fontes, 1987.
- BIANCHI, Henri . *O eu e o tempo: psicanálise do tempo e do envelhecimento*. São
Paulo, Casa do Psicólogo, 1993.
- CORIAT, Elsa. De que se trata... uma criança? In: *Trata-se uma criança/I Congresso
internacional de psicanálise e suas conexões*. Rio de Janeiro, Companhia de
Freud, 1999.
- CORIAT, Lydia & JERUSALINSKY, Alfredo. Desenvolvimento e maturação. In:
Escritos da criança, n.º 1, 2ª ed. Porto Alegre, Centro Lydia Coriat, 1987.
- DERRIDA, Jacques. Freud et la scène de l'écriture. In: *L'Écriture et la différence*.
Paris, Ed. Du Seuil, 1967.
- DOLTO, Françoise. Prefácio. In: MANNONI, Maud. *A primeira entrevista em
psicanálise*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- DOR, Joël. "Verbete Inconsciente". In: KAUFMANN, P. (org.) *Dicionário
enciclopédico de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- DUROZOI, Gérard & ROUSSEL, André. *Dicionário de filosofia*. Campinas,
Papyrus, 1996.
- FOSTER, Owen & JERUSALINSKY, Alfredo. Bases neurofisiológicas da
estimulação precoce. In: JERUSALINSKY, Alfredo. *Psicanálise e
desenvolvimento infantil*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1988.
- FREUD, S. (1894) As psiconeuroses de defesa. In: *Primeiras publicações
psicanalíticas*. Obras completas, ESB, vol. III. Rio de Janeiro, Imago, 1972.

- _____ (1895) Projeto para uma psicologia científica. In: *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. Obras completas, ESB, vol. I. Rio de Janeiro, Imago, 1972.
- _____ (1896) Carta de 6/12/1896 a Fliess. In: *Publicações pré-psicanalíticas*. *Op. cit.*
- _____ (1897) Rascunho M2. In: *Publicações pré-psicanalíticas*. *Op. cit.*
- _____ (1900). *A interpretação dos sonhos*. Obras completas, ESB, vol. IV. Rio de Janeiro, Imago, 1972.
- _____ (1901). *Psicopatologia da vida cotidiana*. Obras completas, ESB, vol. VI. Rio de Janeiro, Imago, 1972.
- _____ (1905 a). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Obras completas, ESB vol. VII. Rio de Janeiro, Imago, 1972.
- _____ (1905 b). Sobre a psicoterapia. *Três ensaios sobre a sexualidade*. *Op. cit.*
- _____ (1909) Notas sobre um caso de neurose obsessiva. *Dois histórias clínicas*. Obras completas, ESB, vol. X. Rio de Janeiro, Imago, 1972.
- _____ (1911 a). *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*. Obras completas, ESB, vol. XII. Rio de Janeiro, Imago, 1972.
- _____ (1911 b). *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia descrito autobiograficamente*. Obras completas, ESB, vol. XII. Rio de Janeiro, Imago, 1972.
- _____ (1915). O inconsciente. In: *Artigos sobre metapsicologia*. Obras completas, ESB, vol. XIV. Rio de Janeiro, Imago, 1972.
- _____ (1917) Luto e melancolia. In: *A história do movimento psicanalítico*. Obras completas, ESB, vol. XIV. Rio de Janeiro, Imago, 1972.
- _____ (1918) *História de uma neurose infantil*. Obras completas, ESB, vol. XVII. Rio de Janeiro, Imago, 1972.
- _____ (1920) *Além do princípio do prazer*. Obras completas, ESB, vol. XVIII. Rio de Janeiro, Imago, 1972.
- _____ (1921) Psicologia das massas e análise do ego. In: *Além do princípio do prazer*. *Op. cit.*
- _____ (1923 a). *O ego e o id e outros trabalhos*. Obras completas, ESB, vol. XIX. Rio de Janeiro, Imago, 1972.

- _____ (1923 b) A organização genital infantil. In: *O ego e o id e outros trabalhos. Op. cit.*.
- _____ (1924) A dissolução do complexo de Édipo. In: *O ego e o id e outros trabalhos. Op. cit.*
- _____ (1925 a) A Negativa. In: *O ego e o id e outros trabalhos. Op. cit.*
- _____ (1925 b) Uma nota sobre o 'bloco mágico'. In: *O ego e o id e outros trabalhos. Op. cit.*
- _____ (1932) Conferência 34. In: *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. Obras completas, ESB, vol. XXII.*
- HAWKING, Stephen, *Uma breve história do tempo*. São Paulo, Círculo do livro, 1990.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. 2ª ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1990, 2ª ed.
- JERUSALINSKY, A. *Psicanálise e desenvolvimento infantil. Op. cit.*
- _____ Psicose e autismo na infância: uma questão de linguagem. *Psicose - Boletim da APPOA N.º 9*. Porto Alegre: Artes & Ofícios, novembro de 1993 (a).
- _____ *Seminário de clínica psicanalítica de crianças* {transcrição digitada de fita cassete}. Curitiba, agosto de 1993 b. Inédito.
- _____ Pequena história do tempo lógico em psicanálise. In: SLAVUTZKY, A., BRITO, E.L.S. & SOUZA, E.L.A. *História, clínica e perspectivas em cem anos de psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996 a.
- _____ *Seminário de Clínica psicanalítica de crianças* {transcrição digitada de fita cassete}. Curitiba, junho de 1996 b. Inédito.
- KANT, Immanuel. Crítica da razão pura e outros textos filosóficos. In: *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1974, vol. 25.
- KLEIN, Melanie. (1930) A psicoterapia das psicoses. In: *Contribuições à psicanálise*. São Paulo, Mestre Jou, 1981.
- _____ (1934) Uma contribuição à psicogênese dos estados maníaco - depressivos. In: *Contribuições à psicanálise. Op. cit.*
- LACAN, J. (1938). *Os complexos familiares*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1984.
- _____ (1945). O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In: *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1988, p. 69-86.

- _____ (1946) Formulações sobre a causalidade psíquica. In: *Escritos. Op. cit.*
- _____ (1949). O estádio do espelho como formador da função do Eu. In: *Escritos. Op. cit.* pp. 96-103.
- _____ (1953-1954) *O Seminário livro I: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1979, p. 276.
- _____ (1953 a) Resposta de Lacan ao comentário de Jean Hyppolite sobre a ‘Verneinung’. In: *Escritos. Op. cit.*, pp 879-902.
- _____ (1953 b) Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos. Op. cit.* pp 238-324.
- _____ (1954-1955) *O Seminário livro II: o Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- _____ (1955-1956) *O Seminário livro III: as psicoses*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985.
- _____ (1956-1957) *O Seminário livro IV: a relação de objeto*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1995.
- _____ (1956) O seminário sobre a ‘carta roubada’. In: *Escritos. Op.cit.* pp. 13-66.
- _____ (1957-1958 a) De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: *Escritos. Op. cit.* pp. 531-590.
- _____ (1957-1958 b) *Seminário V: As formações do inconsciente*. (Inédito) Publicação interna do Centro de Estudos Freudianos de Recife.
- _____ (1958 a) A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: *Escritos. Op. cit.* pp. 591-652.
- _____ (1958 b) A significação do falo. In: *Escritos. Op. cit.* pp. 692-703.
- _____ (1959-60) *O Seminário livro VII: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1988.
- _____ (1960-1961) *O Seminário livro VIII: A transferência*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.
- _____ (1961-1962) *L’identification - Séminaire 1961-1962*. Inédito. Publicação para circulação interna da Association Freudienne Internationale, 1996.
- _____ (1962-1963) *L’angoisse - Séminaire 1962-1963*. Inédito. Publicação

- para circulação interna da AFI, 1996.
- _____ (1964) *O Seminário livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____ “Deux remarques sur l’enfant”. In : *Ornicar?* 37. Paris, Ecole Freudienne de Paris, 1969, pp. 13-14.
- _____ (1970) *Seminário XVIII: De um discurso que não seria do semblante*. Inédito. Publicação para circulação interna do Centro de Estudos Freudianos do Recife.
- _____ (1972-73) *O Seminário livro XX: Mais, ainda*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- _____ L’Etourdit. In: *Scilicet* n# 4. Paris: École Freudienne de Paris, 1972.
- _____ (1973-1974) *Les non dupes errent*. Seminário XXI {texto digitado} inédito, aulas de 18/12/73 e 15/01/74.
- _____ (1974 a) *Shakespeare, Duras, Wedekind e Joyce*. Lisboa, Assírio & Alvim, 1989.
- _____ (1974 b) A Terceira. In: *Che Vuoi*. Ano I, n.º 0. São Paulo, Cooperativa Jacques Lacan, 1986.
- _____ (1974-75) R.S.I. In: *Ornicar?* N.º 1,2,3,4,5. Paris: Ecole Freudienne de Paris, 1975.
- _____ (1975-1976) *Le sinthome - Séminaire 1975-1976*. Inédito. Publicação para circulação interna da AFI, 1997.
- LACÔTE, Christiane. *L’inconscient*. Paris, Flammarion, 1998.
- LANG, Jean-Louis. *Nas fronteiras da psicose infantil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- LAZNIK, Marie-Christine. *O que a clínica do autismo pode ensinar aos psicanalistas*. Salvador: BA, Ágalma, 1991.
- _____ *Rumo à palavra*. São Paulo, Escuta, 1997 a .
- _____ “Poderíamos pensar numa prevenção da síndrome autística?”. In: WANDERLEY, D. (org.) *Palavras em torno do berço*. Salvador: Ágalma, 1997 b.
- LEFORT, Rosine & Robert. “Introdução à Jornada de Estudos do CEREDA”. In: MILLER, Judith (org.). *A criança do discurso analítico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

- LEVIN, Steban . *La infancia en escena*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1995.
- LISY-STEVENSON, Anne. Ce qu'on appelle des psychoses "non déclenchées". In: *Les Feuilles du Courtil* n.º 12. Belgique, Le Courtil, 1996.
- MAHLER, Margaret (1952) Sobre a psicose infantil e esquizofrenia: psicoses autísticas e simbiótica da infância. In: *As psicoses infantis e outros estudos*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1983.
- _____ (1976) Estudo longitudinal do tratamento de uma criança simbiótica através do projeto tripartido. In: *As psicoses infantis. Op. cit.*
- MANNONI, Maud.(1967). *A criança, sua doença e os outros*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- _____ (1970). *O psiquiatra, seu louco e a psicanálise*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- _____ (1984) *Enfance aliénée*. Paris, Denoël, 1984.
- MELMAN, Charles (1983-84). *Estruturas lacanianas das psicoses*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.
- MELTZER, Donald. Autisme? Tout le monde peut le faire. In *L'Âne, Magazine de Psychanalyse* n.º 14, 1983.
- MILLER, Jacques-Alain. *Apertura de las II Jornadas Nacionales: desarrollo y estructura en la dirección de la cura*. Buenos Aires, Centro Pequeno Hans, 1992.
- MILLER, Jacques-Alain. A conversação. In: DEWAMBRECHIES- LA SAGNA, Carole & DEFFIEUX, Jean-Pierre(org.) *Os casos raros, inclassificáveis, da clínica psicanalítica - a conversação de Arcahon*. São Paulo, Biblioteca Freudiana Brasileira, 1998.
- MISÈS, Roger. Os limites da psicose na criança. In: KOUPERNIK, C, LEBOVICI, S. & WIDLÖCHER, D. *As psicoses infantis*. Lisboa, Ed. Vega, 1978.
- MOREL, Geneviève. A conversação. *Op.cit.*
- POMMIER, Gérard. O conceito psicanalítico de infância. In: *Trata-se uma criança, op. cit.*
- PORGE, Erik. *Psicanálise e tempo - o tempo lógico em Lacan*. Rio de Janeiro: Campo matêmico, 1994.
- _____ Os bastidores da transferência. In: *Amarelinhas* n.º 2 - *Revista do*

- Departamento de Psicanálise de Crianças*. Curitiba, BFC, setembro de 1995.
- _____ *Os nomes do pai em Jacques Lacan*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 1998.
- RASSIAL, J.J. “Da mudança esperada do tratamento psicanalítico da criança”. In: BERNARDINO, Leda.M.F. (org). *Neurose infantil x neurose da criança*. Salvador: Ágalma, 1997 a .
- _____ Psicose na adolescência. In: *Escritos da criança*. N.º 4. Porto Alegre, Centro Lydia Coriat, 1997 b.
- _____ *O adolescente e o psicanalista*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 1999.
- SAFOUAN, Moustapha. *Estudos sobre o Édipo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, pp. 45-47.
- SOLER, Colette (1983). Hors discours: autisme et paranoïa. In: *Les Feuilles du Courtil* n.º 2. Belgique, Le Courtil, 1990.
- TUSTIN, Frances. *Estados autísticos em crianças*. Rio de Janeiro, Imago, 1984.
- VOLNOVICH, Jorge. *A psicose da criança*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993.
- VORCARO, Angela. *A criança na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 1997.
- WINNICOTT, D.W. (1952) Psicoses e cuidados maternos. In: *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.
- YANKELEVICH, Hector. O riso de Jérôme. In: LAZNIK, Marie-Christine. *O que a clínica do autismo pode ensinar aos psicanalistas*. *Op. cit.*

